

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

LIGIA GONÇALEZ SANCHEZ

O Ideb em pesquisas acadêmicas brasileiras entre 2007 e 2015

São Paulo

2017

LIGIA GONÇALEZ SANCHEZ

O Ideb em pesquisas acadêmicas brasileiras entre 2007 e 2015

Versão Corrigida

Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: Estado, Sociedade e Educação

Orientadora: Profa. Dra. Sandra Maria Zákia Lian Sousa

São Paulo

2017

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

37.04 Sanchez, Lígia Gonçalves

S211i O Ideb em pesquisas acadêmicas brasileiras entre 2007 e 2015 / Lígia Gonçalves Sanchez; orientação Sandra Maria Zákia Lian Sousa. São Paulo: s.n., 2017.

203 p. ils.; grafs.; tabs.; apêndice

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração: Estado, Sociedade e Educação) - - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

1. Qualidade da educação 2. Avaliação da educação 3. Indicadores sociais 4. Políticas públicas 5. Ideb I. Sousa, Sandra Maria Zákia Lian, orient.

Nome: SANCHEZ, Ligia Gonzalez

Título: O Ideb em pesquisas acadêmicas brasileiras entre 2007 e 2015

Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

A meu pai, Oswaldo (*in memoriam*), que me ensinou a amar as letras e o conhecimento, ainda em seu colo. E a minha mãe, Rosa, que me ensina o tempo todo, e tanto, a amar a vida.

AGRADECIMENTOS

À querida orientadora, Prof. Dra. Sandra Maria Zákia Lian de Sousa, por ter acreditado em minha capacidade e ter me acolhido e apoiado, com intervenções próprias de quem tem generosidade e sabedoria, fundamental para minha permanência e conclusão do curso.

Ao Prof. Dr. Ocimar Munhoz Alavarse (USP), envolvido em meu processo neste mestrado desde o ingresso, com contribuições especiais no exame de qualificação, na disciplina sobre avaliação externa e no Grupo de Estudos e Pesquisas em Avaliação Educacional (GEPAVE), com suas colocações provocativas e humor refinado.

À Prof. Dra. Adriana Bauer, que com paciência, carinho e atenção me reconduziu ao caminho estreito e árduo da pesquisa científica. A paciência, carinho e atenção foram embutidos em direcionamentos pautados pelo rigor da pesquisa.

À Prof. Dra. Angela Maria Martins (FCC), pela apreciação positiva durante o exame de qualificação, que me motivou a seguir com a pesquisa.

Ao Prof. Dr. Celso de Rui Beisiegel (USP), por eu ter tido a honra, o privilégio, de ter sido sua aluna (e este comentário não desmerece nenhum outro professor aqui mencionado, todos sabem). Avanços na educação brasileira e em sua interpretação foram realizados graças a atuações como a dele.

À Prof. Dra. Maria da Graça Jacintho Setton (USP) e Prof. Dr. Romualdo Portela de Oliveira (USP), com os quais realizei disciplinas, profícuas em estímulos para pensar a educação pública brasileira.

À Prof. Dra. Giselle Cristina Martins Real (UFGD), que pela simpatia de um gesto simples, originado em uma breve conversa durante a 37ª Reunião da Anped, em 2015, proporcionou uma extraordinária contribuição para minha compreensão mais organizada e sistematizada acerca do objeto do estudo.

Às amigas e colegas do grupo de orientadas da Prof. Dra. Sandra Zákia nestes últimos anos: Zara, Cláudia, Lucimara, Luciana e Ariane. A Vanda e a Bruna vieram depois e foi afinidade à primeira vista. Cada uma sabe a conta que tem nestes agradecimentos, mas registro algumas contribuições especiais: as de Cláudia, pelo carinho, companheirismo e sugestões, explicações, correções de rumo e orientações típicas de uma Professora; as de Zara,

com quem foi aquele amor de amizade à primeira vista, pelas broncas para me impulsionar adiante com o trabalho; a Lucimara e Luciana, que me ajudaram a ponderar os medos e entraves que o processo de pós-graduação infunde, com visões mais animadas e estimulantes.

Aos colegas das disciplinas e do GEPAVE, especialmente Maria Helena, Raíssa, Érica, Wolney, Neila e Eduardo, pelas trocas enriquecedoras durante o curso.

Aos funcionários da Secretaria de Pós-graduação da FEUSP, pela disponibilidade, dedicação, tranquilidade e precisão nas orientações. O serviço realizado por esta equipe é digno de nota com a atribuição de qualidade, como aquilo que se destaca pela excelência.

Aos profissionais da Seção Técnica de Informática da FEUSP (STIFE), pelo pronto e acertado atendimento.

Aos profissionais da Biblioteca da FEUSP, pela colaboração e disponibilidade em resolver dúvidas e prestar esclarecimentos para a pesquisa bibliográfica. Igualmente ao pessoal da Biblioteca de Teses e Dissertações da Capes, que, simplesmente por ter cumprido seu trabalho corretamente, viabilizou a formação da base de dados da pesquisa.

À Secretaria da Educação da Prefeitura Municipal de Osasco, pela concessão, em circunstâncias adversas, do afastamento temporário da função docente, essencial para o cumprimento desta dissertação, e aos profissionais da E.M.E.F. Prof. Max Zendron envolvidos com os procedimentos para que tal afastamento se efetivasse.

A Daniel, meu irmão, que me ajudou a decifrar números e cálculos relativos ao objeto de estudo. A Daniel Moreira, pela ajuda com os gráficos e tabelas da qualificação, que me levou a aprimorar o domínio de tais elementos para compor o trabalho final. A Ronaldo, por uma simples contribuição para a elaboração das tabelas, em momento crucial, daquelas que geram um grande resultado.

Às revisoras Flávia e Marina, pelo excelente trabalho, com rigor e cumprimento aos prazos. Qualquer erro ou ajuste que esta dissertação apresente (e há de ter alguns) estão sob minha responsabilidade.

A todos os profissionais que mantêm a organização e o funcionamento da faculdade e suas instalações.

Passo, agora, aos agradecimentos que tocam profundamente o coração, aos que estiveram o tempo todo a meu redor, longe ou perto, e foram afetados de alguma forma por esta empreitada.

A meu pai Oswaldo (*in memoriam*), que se esforçou pela formação acadêmica de seus filhos de modo imensurável e chegou apenas a saber de minha aprovação no processo seletivo do mestrado. A minha mãe Rosa, que me sugeriu, com insistência, para que eu ingressasse na pós-graduação, talvez por ver em mim o que eu não via. Além de me ter provido de todas as maneiras possíveis e imagináveis de ajuda, desde questões básicas da vida prática até o plano espiritual, durante o percurso.

A Daniel, Samuel, Márcia e Letícia, pela paciência e compreensão com minhas ausências, tensões e desatenções durante tanto tempo, por me animarem e me envolverem, mesmo quando não queria, nos momentos em família, o que mais vale na vida.

A todos os familiares – tios e tias, primos de todos os graus e de todos os lados – e amigos – de todos os círculos de amizade e intensidade – que igualmente ouviram recusas e sofreram desatenção, e sem perder a fraternidade e amizade, me deram estímulos e ânimos, compartilhando experiências felizes, ou apenas mandando um recado de que se lembravam de mim. Tudo isso amenizou as dificuldades, dando alegria e leveza a esta caminhada. Nomeá-los, aqui, poderia acabar incorrendo em injustiça; quem participou, sabe que está incluído. Agradecimentos especiais aos que atenderam minha mãe e Samuel nos momentos em que precisamos.

Às psicoterapeutas Nerci (também querida amiga) e Patrícia, pela força e pelo tratamento emocional, tão importante para muitos dos que passam por cursos de pós-graduação, no meu caso, em um momento especialmente delicado da vida.

Aos amigos da USP, Roberto, Chris, Zara, Cláudia e Neila, que fui conhecendo ou reconhecendo durante a caminhada universitária, que me ouviram, acolheram e compartilharam experiências, sensações, inquietações e angústias relacionadas à pós-graduação, apontando caminhos, saídas e soluções para muitos dos entraves com os quais tive que lidar. Ainda quanto a especificidades próprias da pós-graduação, recebi comentários e indicações das amigas Joana e Jordana. E quando a situação pesava e parecia insustentável todos me fizeram rir, melhor forma de enfrentar a vida.

A Deus, pela vida e pelo amor que me envolve.

“A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa.”

Paulo Freire
(Educação como prática da liberdade)

RESUMO

SANCHEZ, Ligia Gonzalez. **O Ideb em pesquisas acadêmicas brasileiras entre 2007 e 2015**. 2017. 203 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

Esta pesquisa analisa como o Índice de Desenvolvimento da Educação (Ideb) vem sendo tratado em produções acadêmicas de pós-graduação. Para tanto, realizou-se um levantamento bibliográfico de teses e dissertações que abordam o Índice, defendidas entre os anos de 2007 e 2015 no Brasil. A base de dados composta por tal conjunto de produções acadêmicas foi caracterizada por meio da apreciação das abordagens e tendências interpretativas nelas presentes. Procurou-se destacar contribuições dos estudos que trazem elementos para a compreensão de como o Ideb vem operando na configuração e na implementação de políticas públicas educacionais. Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo. Adotou-se procedimento de pesquisa documental, com tratamento dos dados por técnicas de análise de conteúdo. O referencial teórico foi constituído por contribuições de pesquisadores dos campos de políticas públicas educacionais, como Azevedo, Abrucio, Dourado e Oliveira, e de avaliação da educação, como Bonamino, Fernandes, Freitas, D. N., Freitas, L. C., Soares e Sousa. Como resultados, produziu sistematização da distribuição temporal e identificação do *locus* de produção das teses e dissertações. A leitura integral das teses e dissertações resultou na interpretação de cinco formas de abordagem ao Ideb, presentes em tal produção acadêmica: referência ao Ideb como indutor de políticas e programas; investigação de fatores para obtenção de alto ou de baixo Ideb por escolas ou redes públicas de ensino; referência ao Ideb como indicador de resultado de programas/políticas/gestão; uso de dados do Ideb no delineamento da pesquisa e/ou na análise dos dados, cenário em que o Índice é usualmente tratado como uma das variáveis explicativas dos resultados do estudo; e menção ao Ideb como um dos critérios de seleção de estados, municípios e/ou escolas a serem pesquisados ou como elemento de caracterização do contexto de realização do estudo. Considera-se que tais abordagens contribuem para a compreensão do Ideb no seio da política educacional e como portador de noções de avaliação e de qualidade.

Palavras-chave: Ideb. Qualidade da educação. Avaliação da educação. Políticas públicas. Indicadores sociais.

ABSTRACT

SANCHEZ, Ligia Gonzalez. **Ideb in postgraduate academic studies from 2007 to 2015**. 2017. 203 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

This research examines how postgraduate academic studies have treated the Basic Education Quality Indicator — in Portuguese, *Índice de Desenvolvimento da Educação Básica* (Ideb). The analysis was based on a bibliographical research of theses and dissertations dealing with the Index between 2007 and 2015 in Brazil. The database composed of such a set of academic productions was characterized by the appreciation of the approaches and interpretative tendencies in them. The purpose was to highlight contributions of the studies that bring elements to the understanding of how Ideb has been operating in the configuration and the implementation of educational public policies. This is a qualitative, exploratory and descriptive study. Documentary research procedure was adopted, with data treatment based on content analysis techniques. The theoretical framework consisted of contributions from researchers in the fields of educational public policies, such as Azevedo, Abrucio, Dourado and Oliveira, and education evaluation, such as Bonamino, Fernandes, Freitas, D. N., Freitas, L. C., Soares and Sousa. As results, it produced systematization of the distribution in time and identification of the *locus* of production of those theses and dissertations. The integral reading of the academic researches resulted in the interpretation of five forms of approach to Ideb, present in such academic production: reference to Ideb as an inducer of policies and programs; investigation of factors to obtain high or low Ideb by schools or public education networks; reference to Ideb as a program/policy/management result indicator; use of Ideb data in the research design and/or data analysis, where the Index is usually treated as one of the dependent or independent variables of the study results; and mention to Ideb as one of the criteria for selecting states, municipalities and/or schools to be surveyed or as an element of characterization of the context of the study. It is considered, in this research, that such approaches contribute to the understanding of Ideb within educational policy and as an idea of evaluation and quality.

Keywords: Ideb. Quality of education. Educational evaluation. Public policy. Social indicators.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição de trabalhos por nível da pós-graduação.....	65
Gráfico 2 – Distribuição por ano de publicação e nível de pós-graduação.....	66
Gráfico 3 – Distribuição da produção acadêmica que aborda Ideb, período 2007–2015, por Instituição de Ensino Superior segundo categoria administrativa.....	68
Gráfico 4 - Distribuição de teses e dissertações segundo a ênfase na abordagem ao Ideb (2007–2012).....	141

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Ideb: resultados e metas dos anos iniciais do ensino fundamental.....	35
Tabela 2 – Ideb: resultados e metas dos anos finais do ensino fundamental.....	35
Tabela 3 – Ideb: resultados e metas do ensino médio.....	36
Tabela 4 – Distribuição das teses e dissertações por Instituição de Ensino Superior com maior número de trabalhos.....	69
Tabela 5 – Distribuição regional de teses e dissertações entre os anos de 2007-2015.....	70

LISTA DE SIGLAS

ANA	Avaliação Nacional da Alfabetização
Aneb	Avaliação Nacional da Educação Básica
Anresc	Avaliação Nacional do Rendimento Escolar
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Edurural	Programa de Expansão e Melhoria da Educação no Meio Rural
Fundeb	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
Fundef	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
Ideb	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
Idesp	Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDI	Índice de Desenvolvimento Infantil
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAR	Plano de Ações Articuladas
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDE Escola	Plano de Desenvolvimento da Escola
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PIB	Produto Interno Bruto
Pisa	<i>Programme for International Student Assessment</i>
PMSE	Plano de Mobilização Social pela Educação

PNE	Plano Nacional de Educação
Praler	Programa de Apoio a Leitura e a escrita
PCN em Ação	Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) em Ação
Profa	Programa de Formação de Professores Alfabetizadores
Pró-Letramento	Programa de Formação Continuada de Professores dos Anos/Séries Iniciais do Ensino Fundamental – Alfabetização e Linguagem.
PUC-Campinas	Pontifícia Universidade Católica de Campinas
PUC-Goiás	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
PUC-Minas	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
PUC-PR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
PUC-Rio	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUC-RS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Reme	Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais na Rede Municipal de Ensino de Campo Grande
Saeb	Sistema de Avaliação da Educação Básica
Saresp	Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo
Semed	Secretaria Municipal de Educação
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UNB	Universidade de Brasília
Undime	União dos Dirigentes Municipais de Educação
Unesp	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas

Unicef	Fundo das Nações Unidas para a Infância
Unioeste	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Unisinos	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	33
Procedimentos metodológicos.....	38
CAPÍTULO 1: QUALIDADE DA EDUCAÇÃO, AVALIAÇÃO EXTERNA E USO DE INDICADORES EM POLÍTICAS PÚBLICAS.....	43
1.1 O DEBATE DA QUALIDADE NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA E NOS DOCUMENTOS LEGAIS.....	44
1.2 QUALIDADE E AVALIAÇÃO EXTERNA.....	46
1.3 QUALIDADE E AVALIAÇÃO EXTERNA: CONCEPÇÕES DE ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	49
1.4 USO DE INDICADORES EM POLÍTICAS PÚBLICAS.....	52
1.4.1 Ideb: possibilidades, limites e implicações.....	54
1.4.2 Ideb como instrumento de indução de política.....	58
CAPÍTULO 2: MAPEAMENTO E SISTEMATIZAÇÃO DA BASE DE DADOS..	63
2.1 TESES E DISSERTAÇÕES QUE ABORDAM O IDEB ENTRE 2007 E 2015.....	63
2.2 DISTRIBUIÇÃO TEMPORAL.....	66
2.3 DISTRIBUIÇÃO POR INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR.....	67
2.4 DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA.....	69
CAPÍTULO 3: TESES E DISSERTAÇÕES QUE ABORDAM O IDEB ENTRE 2007 E 2012.....	73
3.1 OS AGRUPAMENTOS.....	73
3.2 AS ABORDAGENS AO IDEB EM TESES E DISSERTAÇÕES.....	75
3.2.1 Pesquisas que fazem referência ao Ideb como indutor de políticas e programas.....	75
3.2.2 Pesquisas que investigam fatores para obtenção de alto ou de baixo Ideb por escolas ou redes públicas de ensino.....	98
3.2.3 Pesquisas que tratam o Ideb como indicador de resultado de programas/políticas/gestão.....	116

3.2.4	Uso de dados do Ideb no delineamento da pesquisa e/ou na análise dos dados, tratado usualmente como uma das variáveis explicativas dos resultados do estudo.....	125
3.2.5	Menção ao Ideb como um dos critérios de seleção de estados, municípios e/ou escolas a serem pesquisadas ou como elemento de caracterização do contexto de realização do estudo.....	136
3.3	NOTA SOBRE O CONJUNTO DAS PESQUISAS.....	138
CAPÍTULO 4:	APONTAMENTOS SOBRE AS ABORDAGENS AO IDEB NA PESQUISA ACADÊMICA.....	141
4.1	O IDEB NA POLÍTICA EDUCACIONAL SEGUNDO A PRODUÇÃO ACADÊMICA.....	143
4.2	IDEB E A IDEIA DE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO.....	148
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	151
	REFERÊNCIAS.....	155
	APÊNDICE A.....	162
	APÊNDICE B.....	201

INTRODUÇÃO

A presente dissertação trata de estudos acadêmicos de pós-graduação realizados no Brasil que abordam o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). A finalidade é analisar como este indicador vem sendo apropriado por pesquisadores no nível de pós-graduação *stricto sensu*. Trata-se de um trabalho de revisão bibliográfica sobre o Ideb e que se insere no contexto do crescimento e da consolidação, no País, de pesquisas e debates sobre qualidade e avaliação da educação, na sua inter-relação com o campo de políticas públicas educacionais.

No plano político-institucional, a elaboração do Ideb, em 2007, expressou inquietação com qualidade da educação, uma vez que se considerou que o desafio de acesso ao sistema educacional — historicamente identificado como grande entrave da educação brasileira até aquele momento — havia sido suficientemente superado (FERNANDES, 2007; KLEIN, 2013). Assim, a discussão sobre qualidade da educação, que então passava pela inclusão de toda a população em idade escolar à educação básica, foi assumindo a perspectiva de garantir o término do percurso, sem repetência e abandono, com aprendizagens.

O Ideb consiste em um indicador sintético de desenvolvimento educacional composto por rendimento (taxa de aprovação) e desempenho¹ — a partir dos resultados de avaliações externas em leitura e resolução de problemas. Segundo Fernandes (2007), a concepção do Índice procurou contribuir para o enfrentamento da repetência, pelo componente rendimento. Entretanto, como o cálculo envolve bom desempenho nas provas, para obter melhor Ideb, a escola/rede de ensino precisa não apenas aprovar, mas também garantir que os alunos apresentem melhores resultados nos exames, o que implica no desenvolvimento de ações voltadas para as aprendizagens.

Nessa relação em que avaliação externa e indicador de qualidade se entremeiam, os instrumentos Prova Brasil e Ideb destacaram-se na disseminação do debate sobre qualidade entre diversos setores da sociedade, impelindo a comunidade escolar a lidar com seus resultados — ainda que em relação a um valor específico de qualidade, que é aquele

¹ De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (Inep), “o Ideb é calculado a partir de dois componentes: taxa de rendimento escolar (aprovação) e médias de desempenho nos exames padronizados aplicados pelo Inep. Os índices de aprovação são obtidos a partir do Censo Escolar, realizado anualmente pelo Inep. As médias de desempenho utilizadas são as da Prova Brasil (para Idebs de escolas e municípios) e do SAEB (no caso dos Idebs dos estados e nacional)”. Fonte: <<http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/como-o-ideb-e-calculado>>. Acesso em 15 dez. 2015.

compreendido pelas avaliações (ALAVARSE; BRAVO; MACHADO, 2013). O Ideb teria assumido força como “ferramenta desencadeadora de uma sistemática nacional de monitoramento do padrão de escolarização oferecido sob o regime de cooperação federativa” (FREITAS; REAL, 2011, p. 8), que incidiu nas redes de ensino e unidades escolares em busca de interpretações, usos e desdobramento de iniciativas referenciadas ao Índice. Tal movimento vem sendo acompanhado pela pesquisa acadêmica nos últimos dez anos.

O crescimento, ao longo dos últimos anos, do interesse científico por avaliações educacionais externas e em larga escala no campo de políticas públicas educacionais está associado, entre outros fatores, aos efeitos do Ideb no plano político-institucional e na gestão de redes de ensino. Um mapeamento de pesquisas sobre sistema de avaliação educacional realizadas entre 1998 e 2011 identifica que

o número de trabalhos tem aumentado, observando-se alguns picos de produção entre 2004 e 2005 e sua acentuação a partir de 2009, provavelmente devido à consolidação do Ideb e da Prova Brasil. É provável que a natureza das informações disponibilizadas de forma censitária por este índice e pela avaliação federal tenha contribuído para o aumento do interesse, no meio acadêmico, por seu estudo (BAUER; REIS, 2013, p. 14).

O Ideb veio a público e passou a operar na educação pública como iniciativa concatenada a uma série de ações de amplo espectro — Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), Plano de Ações Articuladas (PAR) — que conformaram os rumos da política educacional dos últimos anos (ABRUCIO, 2010). Por seu delineamento e instrumentalização na política educacional, o Índice integra uma lógica da administração pública na qual formulação, desenvolvimento e implementação baseiam-se em tomada de decisão atrelada a evidências. A anunciada possibilidade de monitoramento da qualidade da educação desenvolve-se em meio à complexidade da administração pública sob duas perspectivas: a do federalismo brasileiro, inaugurado com a Constituição Federal de 1988 (ABRUCIO, 2010), e a da concepção de Estado pós-burocrático marcado por alta racionalidade técnica, regulação e desconcentração (BARROSO, 2005; FREITAS, 2007).

O Ideb completou dez anos em abril de 2017. Considerando que em 2007, quando o índice foi lançado, o cálculo compreendeu o ano de 2005, há dados disponíveis referentes aos últimos 12 anos, em seis edições: 2005, 2007, 2009, 2011, 2013 e 2015². A profusão de dados

² Os números de 2017 estão previstos para divulgação em 2018, caso se mantenha o padrão de publicização das edições anteriores.

derivados da implementação do Ideb torna-se mais contundente pela divulgação de notas em todas as esferas da gestão educacional: o Índice pode ser calculado para o conjunto da educação básica do País, de estados, municípios e por escolas. Esse nível de detalhe cumpre a função de, por um lado, prover informação para a gestão pública — segundo os propósitos de monitoramento da qualidade delineados para o Índice — e, por outro, incidir na comunidade escolar, provocando medidas que respondam a melhoria do processo educacional (representada na nota obtida).

Nas tabelas 1, 2 e 3 observam-se as metas projetadas e os resultados obtidos até o momento para o Ideb nacional.

Tabela 1 – Ideb: resultados e metas dos anos iniciais do ensino fundamental

	Ideb observado						Metas					
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2007	2009	2011	2013	2015	2021
Total	3,8	4,2	4,6	5	5,2	5,5	3,9	4,2	4,6	4,9	5,2	6
	Dependência administrativa											
Estadual	3,9	4,3	4,9	5,1	5,4	5,8	4	4,3	4,7	5	5,3	6,1
Municipal	3,4	4	4,4	4,7	4,9	5,3	3,5	3,8	4,2	4,5	4,8	5,7
Privada	5,9	6	6,4	6,5	6,7	6,8	6	6,3	6,6	6,8	7	7,5
Pública	3,6	4	4,4	4,7	4,9	5,3	3,6	4	4,4	4,7	5	5,8

Os resultados marcados em cinza claro referem-se ao Ideb que atingiu a meta.

Fonte: Saeb e Censo Escolar. Extraído do site do Inep (<http://ideb.inep.gov.br/>; acesso em abr. 2017).

Tabela 2 – Ideb: resultados e metas dos anos finais do ensino fundamental

	Ideb observado						Metas					
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2007	2009	2011	2013	2015	2021
Total	3,5	3,8	4	4,1	4,2	4,5	3,5	3,7	3,9	4,4	4,7	5,5
	Dependência administrativa											
Estadual	3,3	3,6	3,8	3,9	4	4,2	3,3	3,5	3,8	4,2	4,5	5,3
Municipal	3,1	3,4	3,6	3,8	3,8	4,1	3,1	3,3	3,5	3,9	4,3	5,1
Privada	5,8	5,8	5,9	6	5,9	6,1	5,8	6	6,2	6,5	6,8	7,3
Pública	3,2	3,5	3,7	3,9	4	4,2	3,3	3,4	3,7	4,1	4,5	5,2

Os resultados marcados em cinza claro referem-se ao Ideb que atingiu a meta.

Fonte: Saeb e Censo Escolar. Extraído do site do Inep (<http://ideb.inep.gov.br/>; acesso em abr. 2017).

Tabela 3 – Ideb: resultados e metas do ensino médio

	Ideb observado						Metas					
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2007	2009	2011	2013	2015	2021
Total	3,4	3,5	3,6	3,7	3,7	3,7	3,4	3,5	3,7	3,9	4,3	5,2
	Dependência administrativa											
Estadual	3	3,2	3,4	3,4	3,4	3,5	3,1	3,2	3,3	3,6	3,9	4,9
Privada	5,6	5,6	5,6	5,7	5,4	5,6	5,6	5,7	5,8	6	6,3	7
Pública	3,1	3,2	3,4	3,4	3,4	3,1	3,1	3,2	3,4	3,6	4	4,9

Os resultados marcados em cinza referem-se ao Ideb que atingiu a meta.

Fonte: Saeb e Censo Escolar. Extraído do site do Inep (<http://ideb.inep.gov.br/>; acesso em abr. 2017).

Uma análise simples dos dados das seis edições do Ideb, nos últimos 12 anos, indica evolução do Índice nas séries iniciais do ensino fundamental, de acordo com as metas estabelecidas quando de sua criação. Para as séries finais do ensino fundamental, embora tenha havido variação positiva, as projeções não são alcançadas desde 2011. A situação apresenta-se dramática nos resultados do ensino médio, com estagnação desde 2011. Nota-se, ainda, que as escolas privadas atingiram menos as metas — tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio — quando se comparam os resultados obtidos com as escolas atendidas pela esfera pública.

A meta estabelecida para o ensino fundamental está dimensionada pela busca de um padrão de qualidade referenciado na experiência internacional, traduzido pela nota 6,0, a ser atingida em 2021³. Cabe considerar que a qualidade expressa pelo Ideb compreende dois aspectos específicos do processo educacional: aprovação e desempenho em provas. Trata-se de uma noção importante ao se pensar o panorama da educação nacional, que efetivamente contempla multiplicidade de aspectos. Tais considerações se relacionam a questões de natureza técnica, que não deixam de estar atreladas ao plano político (SOUSA; OLIVEIRA, 2010). Nesse plano mais amplo, o “dimensionamento da qualidade da educação escolar se constitui num complexo problema político e pedagógico, pois concentra leituras da sociedade, da escola e das relações que entre elas se estabelecem” (MACHADO; ALAVARSE, 2014, p. 417).

³ Trata-se de cálculo de compatibilização dos níveis de desempenho adotados pelo *Programme for International Student Assessment* (Pisa) de 2003 com a escala do Saeb de 2003, por meio do qual a nota 6,0 representa o padrão educacional de países desenvolvidos (BRASIL; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS, 2009).

Fato é que a criação do Índice e de iniciativas de avaliação externa relacionadas desencadearam efeitos na gestão educacional — tanto no nível de sistemas de ensino, quanto no escolar — e também na pesquisa acadêmica, que procura interpretar como tal movimento se insere na busca por melhoria da qualidade da educação no país. Essa é uma questão sensível e que passa, no âmbito macro político, pelos processos de desenvolvimento, democratização e cidadania.

Na esteira dos desdobramentos do Ideb na política educacional, pesquisadores vêm investigando efeitos e resultados do Índice na prática educativa escolar. Alguns dos mais recentes estudos voltam-se à incidência do nível socioeconômico e informações de contexto de escolas/estudantes nas notas obtidas (ALVES; SOARES, 2013; MATOS; RODRIGUES, 2016). O aprimoramento das abordagens ao Índice procura situar sua constituição como instrumento de responsabilização da gestão de redes de ensino e de atores do processo educativo nas escolas (ALVES; SOARES, 2013), uma vez reconhecida a correlação do nível socioeconômico nos desempenhos de estudantes. Análises que constataram pontos sensíveis no estabelecimento das projeções que cada escola ou rede deve atingir começam a resultar em proposição de novos cálculos para as metas intermediárias do Ideb (PONTES; SOARES, 2016).

Assim, transcorrido um período considerável de tempo (em termos da análise de políticas públicas), compreende-se o Ideb em condição estável e em processo de consolidação como mecanismo da política educacional, referindo-se a uma noção de qualidade da educação — em articulação com a dinâmica de avaliações externas — e provocando crescente interesse científico e difusão na gestão pública. Além disso, observa-se a relevância do uso de indicadores na administração pública como expressão de uma forma de governo marcada por processos de regulação e desconcentração do poder.

Essa compreensão motivou o desenvolvimento da presente pesquisa, que procura responder às seguintes **questões**:

- a) Os pesquisadores que se referem ao Ideb em seus estudos recorrem ao Índice sob quais motivações?
- b) As pesquisas de mestrado e doutorado realizadas no período de 2007 a 2015 estão tomando o Ideb como medida de qualidade da educação no Brasil?
- c) As pesquisas sobre o Ideb trazem subsídios para a compreensão de como o Índice se insere e opera no âmbito das políticas públicas educacionais?

- d) Os resultados dos estudos trazem pistas que permitam afirmar que o Ideb tem incidido em ações potencialmente capazes de contribuir para melhoria da qualidade da educação?
- e) Os trabalhos aportam elementos sobre relações que se estabelecem na gestão educacional de redes de ensino e de unidades escolares face ao Ideb?

Para tanto, estabeleceu-se o objetivo geral de analisar dissertações de mestrado e teses de doutorado que fazem referência ao Ideb concluídas no Brasil entre 2007 e 2015, identificando modalidades de apropriação do Índice nessas produções.

Para orientar o desenvolvimento da pesquisa, estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos:

- a) Mapear pesquisas acadêmicas de mestrado e doutorado que abordam o Ideb, defendidas entre os anos de 2007 a 2015 no Brasil;
- b) Caracterizar como o Ideb vem sendo apropriado no âmbito dessas pesquisas, por meio da apreciação das abordagens e tendências interpretativas nelas presentes;
- c) Destacar contribuições dos estudos que tragam elementos para compreensão de como o Ideb vem operando na configuração e implementação de políticas públicas educacionais.

Procedimentos metodológicos

O estudo, de abordagem qualitativa, adotou procedimento de pesquisa documental (GIL, 2004), com tratamento dos dados por técnicas de análise de conteúdo (BARDIN, 1977). O referencial teórico foi constituído por contribuições de pesquisadores dos campos de políticas públicas educacionais e de avaliação da educação. Tomou-se como objeto de estudo levantamento de teses e dissertações (de mestrado acadêmico) publicadas entre 2007 e 2015 em programas de pós-graduação de universidades brasileiras. Como resultado, as produções acadêmicas foram agrupadas segundo a abordagem preponderante que apresentaram sobre o Ideb. Detalhes sobre o desenvolvimento metodológico da pesquisa foram inseridos ao longo dos capítulos.

A delimitação do levantamento bibliográfico a teses e dissertações deve-se ao escopo desta pesquisa — em nível de mestrado —, que se configura como descritiva e exploratória

(GIL, 2004), sem, contudo, chegar ao nível de esgotar a apreciação do estado atual de uma determinada área com o que já se sabe e quais as principais lacunas — como seria em um modelo de estado da arte ou estado do conhecimento, com trabalhos que demandam mais fôlego e experiência do pesquisador (LUNA, 2012).

A análise da apropriação do Ideb em teses e dissertações realiza-se atentando a especificidades próprias da pesquisa acadêmica no Brasil, particularmente no campo de políticas públicas educacionais, como refletem Freitas e Real (2011, p. 9):

De modo geral, sejam acadêmicas ou não, as pesquisas têm sido condicionadas, ainda em graus diferentes, pelas dificuldades próprias à investigação de políticas públicas educacionais. A complexidade desse empreendimento é bem conhecida, pois não escapa à injunção de se lidar com uma matéria difusa, múltipla, movida que, sobretudo, requer disposição e coragem de prescindir do distanciamento temporal necessário à observação mais acurada da realidade.

Pretende-se, com a consecução dos objetivos, sistematizar um conjunto de informações e conhecimentos produzidos acerca do indicador no âmbito das pesquisas de pós-graduação brasileiras, que possam contribuir para o campo de investigação de políticas públicas educacionais.

Estudos que se voltam para a análise de produção bibliográfica de um determinado campo de conhecimento, com recortes temporal e espacial definidos, trazem aportes que apoiam não apenas uma análise crítica da produção, evidenciando tendências, contribuições e lacunas, mas contêm possibilidades de indução de questões ou ênfases a serem observadas ou exploradas em pesquisas futuras, ao explicitarem facetas ou dimensões que demandam aprofundamento, que requerem correção de rumos ou, mesmo, que sejam ainda inexploradas (SOUSA, 2011).

O levantamento bibliográfico de estudos que tomaram o Ideb como objeto de pesquisa identificou três publicações que, igualmente ao propósito da presente dissertação, procuraram mapear e analisar teses e dissertações que abordam o Ideb. A interpretação e a análise desenvolvidas no âmbito da presente pesquisa procuraram estabelecer interlocução com apontamentos de tais trabalhos.

Silva (2013) apresenta, em monografia, uma revisão de literatura de teses e dissertações defendidas entre 2007 e 2012, em que analisou usos e concepções do Ideb nessas pesquisas. Como resultados, identificou a apropriação do Ideb como indicador de qualidade e seu uso como critério de seleção de amostra de pesquisas empíricas.

A base de dados foi obtida por pesquisa no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), com seleção de 137

trabalhos. A análise contemplou os resumos das teses e dissertações. No tratamento do material coletado, priorizou o uso do Ideb como referência de análise do contexto estudado. Além de análise da distribuição temporal e por universidades, a autora afirma que os estudos apontam que “é preciso dar continuidade no debate para que o Ideb seja alterado ou até mesmo que sejam utilizados outros indicadores em concomitância” (SILVA, 2013, p. 36).

O artigo de Sousa (2015) relata achados de estudo que analisou como a relação entre gestão escolar e Ideb tem sido tratada em pesquisas empíricas de pós-graduação no período de 2007 a 2015. A busca no banco de dados da Capes levou à seleção de 32 trabalhos. Pela análise de resumos, encontrou indícios de que as teses e dissertações examinadas apresentam consonância com estudiosos da gestão escolar e com recomendações do Ministério da Educação (MEC), além de demonstrarem problemáticas relacionadas a avaliações externas. Como resultado, classificou as teses e dissertações nas seguintes categorias: “variáveis que influenciam maiores ou menores índices” e “qualificação e função dos gestores e órgãos colegiados nos índices” (SOUSA, 2015, p. 251).

Andrade (2015), em estudo no nível de doutorado, realizou pesquisa bibliográfica de teses e dissertações defendidas no período de 2007 a 2011 que abordaram Prova Brasil e Ideb. O objetivo foi analisar as interpretações de indicadores de qualidade educacional presentes na produção científica.

A base de dados foi obtida no Banco de Resumos de Teses e Dissertações da Capes e no banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). O tratamento dos dados levou à seleção de 152 trabalhos. A análise considerou os resumos das pesquisas, por meio de técnicas de análise de conteúdo.

A autora classificou os trabalhos segundo categorias de análise elaboradas sob referencial teórico de campo científico — amparada em postulados de Pierre Bourdieu — e políticas educacionais. Entre os resultados, afirma que “constatações de pesquisa indicam que as formas de interpretação das informações produzidas pelas Avaliações em Larga Escala assumem significados e finalidades diferenciadas”, consoantes ao campo científico em que se inserem (ANDRADE, 2015, p. 173).

As formas de apropriação dos indicadores pelas teses e dissertações foram identificadas segundo os seguintes focos de interesse: variáveis, fatores e elementos; apropriação das políticas avaliativas; argumento ou critério que denota qualidade; análise

situacional; documentos conceituais/instrumentais da Avaliação em Larga Escala e análise da política (ANDRADE, 2015).

O contato com tais pesquisas de revisão bibliográfica sobre o Ideb ocorreu ao longo do período de tratamento e interpretação da presente base de dados. Assim, as análises contemplaram uma interlocução com achados das referidas publicações.

Além dos trabalhos de mapeamento de produções sobre o Ideb citados, utilizou-se contribuição de estudos do tipo (levantamento bibliográfico, estado da arte) sobre temas correlatos, a saber: avaliação educacional, Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp) e gestão educacional.

O balanço da produção acadêmica sobre avaliação educacional entre o período de 2008 a 2011, de Bauer e Reis (2014), forneceu pistas para a análise quantitativa, além de ter consistido em fonte para checagem do material na composição da base de dados. A dissertação de Oliveira Júnior (2013) consistiu em pesquisa de estado da arte da produção científica brasileira sobre o Saresp. A leitura contribuiu, sobretudo, como modelo para sistematização dos resumos analíticos desenvolvidos na descrição e na análise das teses e dissertações.

Publicação de estado da arte sobre gestão escolar (MARTINS, 2011) inspirou a organização visual das tabelas para apresentação da distribuição temporal, na análise quantitativa, além da classificação dos estudos em torno de temáticas em comum observadas na base de dados.

Esta dissertação estrutura-se do seguinte modo: além desta introdução — que apresenta o Ideb em articulação com os temas da qualidade e avaliação da educação, dentro da política pública educacional —, o conteúdo está organizado em quatro capítulos. Ainda na seção inicial, são definidos os objetivos e as questões do estudo, seu desenho metodológico e o registro de achados de pesquisas anteriores.

No primeiro capítulo são explorados conceitos e discussões acerca de qualidade da educação e avaliação externa e em larga escala, bem como a inserção do uso de indicadores sociais (no caso, educacionais) no âmbito de políticas públicas, tendo em perspectiva noções de Estado e da dinâmica de administração pública. Passa-se, então, a reflexões a respeito do Ideb, implicações em gestão e políticas públicas educacionais, bem como possibilidades, desafios e limitações que o Índice apresenta.

No segundo capítulo, os dados coletados para a pesquisa são tratados e quantificados, resultando em descrição de características referentes à identificação do *locus* de produção. Calcula-se a distribuição dos trabalhos por nível da pós-graduação, por universidades (se públicas ou privadas) e por regiões geográficas brasileiras. A distribuição temporal, ao longo dos anos, também foi quantificada nessa etapa.

O terceiro capítulo consiste em apreciação, a partir de leitura, interpretação e técnicas de análise de conteúdo (BARDIN, 1977), de teses e dissertações do período 2008-2012, com classificação dos trabalhos em agrupamentos formados segundo a ênfase com que abordam o Ideb. As teses e dissertações foram distribuídas em cinco formas de abordagem ao Índice.

Análises exploratórias desenvolvidas no quarto capítulo consistem em apontamentos levantados a partir das abordagens identificadas no capítulo anterior, estabelecendo-se relações com as reflexões tecidas no primeiro capítulo e em interlocução com pesquisas similares anteriores.

Nas considerações finais, ao retomar as perguntas que orientaram o desenvolvimento do estudo, busca-se responder os questionamentos e objetivos que motivaram esta pesquisa.

1 QUALIDADE DA EDUCAÇÃO, AVALIAÇÃO EXTERNA E USO DE INDICADORES EM POLÍTICAS PÚBLICAS

No presente capítulo, explora-se o entrelaçamento de conceitos e discussões acerca de qualidade da educação e avaliação externa e em larga escala da educação, bem como sua relação com indicadores educacionais no âmbito de políticas públicas. Complementa este primeiro bloco uma aproximação com concepções de Estado e com interpretações sobre possíveis implicações para os desdobramentos das políticas educacionais.

Ainda neste capítulo, são apresentadas reflexões captadas na literatura nacional sobre implicações, limites e possibilidades de uso do Ideb na educação básica, além de seu efeito como indutor da política educacional.

Com tais perspectivas acerca de qualidade e avaliação educacional, uso de indicadores em políticas públicas, concepções de Estado e de como o Ideb se insere e opera em tal cenário, procura-se desenvolver, a seguir, uma revisão bibliográfica extensiva, baseada em fontes e resultados de pesquisas da área de avaliação em larga escala e políticas públicas educacionais.

Optou-se por essa forma de sistematização teórica em detrimento do uso de referencial teórico com profundidade e amplitude para formulação de teoria (MINHOTO, 2015). Apesar do reconhecimento de que tal opção venha a implicar que o presente trabalho se caracterize por certo pragmatismo e possível fragilidade teórica para análises (BAUER; REIS, 2013), as vicissitudes do tema permitem apontar tal decisão como a melhor forma de obter consistência na elaboração de considerações e análises.

A revisão da literatura e o percurso metodológico adotado conduziram à conclusão de que fragilidade seria, na verdade, estabelecer associações insustentáveis entre uma base teórica sólida e as análises dos dados obtidos — com atenção às recomendações de se tomar cuidado com o uso de referenciais densos e díspares em uma mesma análise, para que as leituras teóricas não se sobreponham aos problemas da pesquisa (BRANDÃO, 2002). Tal cuidado atrelou-se ao reconhecimento da atualidade do Ideb no cenário educacional brasileiro e, como decorrência, ao fato de ainda serem recentes as pesquisas a respeito dele.

1.1 O DEBATE DA QUALIDADE NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA E NOS DOCUMENTOS LEGAIS

No atual cenário de políticas públicas educacionais, o debate sobre qualidade aparece com recorrência, conforme documentado por Dourado, Oliveira e Santos (2007). O tema assume diferentes formas — com abordagens a partir de vários ângulos, pontos de partida e sujeitos envolvidos no processo educacional —, o que leva a pontos de inflexão nas discussões, em que os atores (agentes públicos ou pesquisadores) por vezes assumem posições inconciliáveis ou expressam convergências de proposições.

Dourado e Oliveira (2009) propõem que a defesa da qualidade educacional entenda o conceito de forma multidimensional, em que se destacam as dimensões intra e extraescolares, socioeconômicas e culturais, de qualidade social, de processos educativos e resultados escolares, de oferta, de financiamento público, de estrutura e de características da escola, de ambiente escolar e instalações, de gestão escolar, de formação inicial e continuada de profissionais da educação e, por fim, de envolvimento da comunidade.

O conceito de qualidade educacional comporta múltiplas perspectivas e significados, sendo alvo de constante debate na esfera acadêmica e no âmbito de políticas públicas. Em diferentes momentos, documentos legais que expressam e orientam políticas educacionais apresentam (in)definições sobre qualidade que, em última análise, forçam a busca por seu sentido e sua concretização na prática.

No Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) (BRASIL, 2014), qualidade da educação é anunciada no artigo 2º como a quarta diretriz do plano, dentro de um conjunto de dez diretrizes. À sua frente aparecem apenas a erradicação do analfabetismo, a universalização do atendimento escolar e a superação das desigualdades educacionais. Enquanto a primeira diretriz (erradicação do analfabetismo) lida com resquícios de uma situação de precariedade vinculada a questões sociais⁴ que se refletem na educação no País, as duas seguintes (acesso e equidade no sistema educacional) estão intimamente ligadas a noções de qualidade em relação ao direito à educação, como reportado por Oliveira e Araújo (2005).

⁴ Tal afirmação apoia-se na constatação de que, sem desprezar movimentos históricos anteriores em sua integralidade, foi a Constituição Federal de 1988 que promoveu a educação como direito dos cidadãos de modo incisivo e abrangente, em uma perspectiva universalizante de direitos sociais (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2005; ABRUCIO, 2010)

No texto do PNE (BRASIL, 2014), a definição de qualidade não está explícita na apresentação da quarta diretriz. O significado de qualidade pode ser apreendido, então, quando o PNE apresenta o Ideb, no artigo 11 e na meta 7⁵. No artigo 11, o plano prevê um sistema nacional de avaliação da educação básica, incluindo produção de indicadores e elaboração e divulgação do Índice.

Na meta 7, o fomento à qualidade da educação básica toma como referência as metas do Ideb, listadas nos documentos de apresentação do Índice (FERNANDES, 2007; BRASIL, 2007c). Nas 36 estratégias referentes à meta 7, há uma considerável variedade de dimensões atreladas à melhoria da qualidade, compatíveis com aquelas compiladas por Dourado e Oliveira (2009), explicitadas anteriormente. Pode-se inferir, assim, que o PNE dá prioridade e destaque ao Ideb na abordagem de qualidade da educação básica, embora abarque múltiplas dimensões do processo educativo em suas estratégias atreladas à qualidade. Diante da prioridade e do destaque dados ao Ideb, não se pode deixar de distinguir os indicadores educacionais fluxo e desempenho, componentes do Índice. Para alguns pesquisadores, associar qualidade ao Ideb, que retrata apenas duas dimensões do processo educacional, sugere uma visão reducionista da qualidade, com consequências (MOREIRA, 2011; COSTA; DALBEN; FREITAS, 2013; SOARES; XAVIER, 2013; ALAVARSE; MACHADO, 2015).

Anteriormente, no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) (BRASIL, 2007a, 2007b) a noção de educação de qualidade apareceu relacionada à redução de desigualdades sociais e regionais, pela equalização de oportunidades educacionais. O próprio PDE anunciou-se como plano executivo para cumprimento de metas de qualidade; o tema da qualidade da educação também aparece relacionado a uma visão sistêmica da educação, bem como ao ordenamento territorial e ao desenvolvimento econômico e social do País, conforme os princípios republicanos da Constituição. Foi no âmbito do PDE que se anunciou o Ideb como indicador de qualidade da educação básica brasileira.

A atenção dedicada à qualidade no PDE (BRASIL, 2007a, 2007b) — com a busca tanto por uma definição abrangente quanto por mecanismos objetivos de estipulação de meta, aferição de resultados e execução de ações estratégicas — procura superar dificuldades no tratamento dado ao tema no PNE de 2001 a 2010, que, segundo o texto, continuava com foco no atendimento, embora o documento já reconhecesse a necessidade de se estabelecer avaliações e padrões de qualidade. Tal análise corrobora interpretações que situam as mais

⁵ A Lei nº 13.005 que regula o PNE é composta por 14 artigos, tendo em anexo 20 metas; cada meta comporta uma série de estratégias relativas a seu cumprimento.

recentes discussões sobre qualidade da educação dentro de um redimensionamento de noções mais gerais, como as presentes na Constituição de 88 (BRASIL, 1988) e na própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (BRASIL, 1996), que anunciam garantia de padrões de qualidade sem, entretanto, defini-los.

Assim, pode-se observar um debate sobre qualidade da educação que admite noções de múltiplas dimensões e sentidos para o termo, um cuidado expresso na abordagem de pesquisadores do campo de políticas públicas. Nos documentos oficiais que divulgam e norteiam as políticas na prática, é possível identificar, num primeiro momento, uma preocupação com a qualidade educacional sem que se defina o conceito, e uma posterior necessidade de ocupar tal espaço por duas vias: o reconhecimento da multiplicidade de aspectos que devem ser considerados e a busca por objetividade, com o estabelecimento de metas, aferição de resultados e produção de dados.

Na prática, a política pública da educação básica tem perseguido um ideal de qualidade colado à noção de desempenho e aprendizagem. “O nível do aprendizado dos estudantes domina o debate sobre a qualidade da educação [...] há um indicador [o Ideb] que informa adequadamente sobre o aprendizado” (SOARES; DELGADO, 2016, p. 757).

1.2 QUALIDADE E AVALIAÇÃO EXTERNA

Freitas (2007) aponta que a avaliação em larga escala apresenta-se não apenas como componente de monitoramento e de aferição de qualidade de resultados da educação, mas como indutora de um tipo de qualificação específico – atrelado a testes, medidas e dados quantitativos. As noções de qualidade que se desenvolveram nos últimos anos, dando forma ao contexto em que se instaura o Ideb, guardam estreita relação com as informações resultantes e os modos de operar de avaliações externas.

Os desdobramentos de iniciativas de avaliação externa têm apontado, nos últimos anos, para sua importância no centro das políticas públicas educacionais, de modo que

[...] O significado geral dessas iniciativas é polêmico e a literatura educacional tem refletido os diferentes pontos de vista acerca deste tema, incluindo a associação entre essas iniciativas e políticas neoliberais (Gentili, 1996), a valorização da avaliação como promotora da melhoria da qualidade da educação (Castro & Carnoy, 1997), o papel desempenhado pela avaliação no acompanhamento de políticas educacionais e a associação entre avaliação e promoção de políticas de equidade (Castro, 1999). (FRANCÓ; BONAMINO; COSCARELLI, 2002, p.92)

A inserção do Ideb no atual contexto de políticas públicas educacionais está associada, a princípio, à crescente proeminência que as avaliações externas e em larga escala conquistaram no cenário da educação pública brasileira nos últimos 30 anos. Por sua vez, tal fenômeno se insere na conjuntura de reforma da administração pública, iniciada na década de 1990, que prioriza elementos típicos do gerenciamento privado, como o uso de dados técnicos e indicadores (resultados de avaliações, entre outros indicadores) para a tomada de decisões e a definição de políticas e programas a serem implementados. Assim, a reforma gerencial fortalece o uso e a criação de avaliações externas, bem como de um elemento mais forte, que se concretiza na criação de um índice de qualidade – o Ideb. O tema será explorado adiante. Antes, cabe fazer um breve retrospecto das avaliações externas no País.

No final da década de 1980, duas experiências sinalizaram para o atual delineamento do Saeb: a avaliação do Projeto Edurural, nos estados da região nordeste (GATTI, 2013) e a proposta de criação do Sistema de Avaliação do Ensino Público de Primeiro Grau (Saep), que culminou no atual Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) (FREITAS, 2013). À época da apresentação do Ideb, por iniciativa do governo federal, o Saeb já estava em andamento, tendo realizado sua primeira aferição na década de 1990⁶, sob responsabilidade do Ministério da Educação (MEC), em articulação com as Secretarias Estaduais de Educação.

Naquele momento, o Saeb teve abrangência amostral, com provas objetivas elaboradas no modelo estatístico clássico aplicadas a alunos de séries finais dos ensinos fundamental e médio. Além dos testes, foram aplicados questionários de perfil sobre alunos e escolas. O objetivo era “prover informações para tomada de decisão quanto a diversos aspectos das políticas educacionais”, a partir da geração e da organização de dados sobre o desempenho acadêmico dos alunos e fatores associados (GATTI, 2013). Nos anos subsequentes, o Saeb passou por estudos, discussões e alterações metodológicas, como a adoção da Teoria da Resposta ao Item em 1995, a incorporação de estudos de caso e o aperfeiçoamento de aspectos técnicos das provas, entre outros (BONAMINO, 2002; GATTI, 2013).

O Saeb, tal como se apresenta atualmente, foi regulamentado pela Portaria n.º 931, de 21 de março de 2005, (BRASIL, 2005) que estabeleceu dois processos: a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc),

⁶ Antes do Saeb, em uma perspectiva histórica da avaliação educacional no Brasil, pesquisadores identificam que os interesses de estudiosos e de órgãos decisórios estavam voltados à medida-avaliação (FREITAS, 2007), havendo certa ênfase em testes e medidas escolares, com avaliações de desempenho de redes de ensino, a partir da década de 1960 (GATTI, 2013). Segundo a autora, estudos conduzidos à época sobre o tema acabaram restritos aos grupos dedicados à organização e à aplicação dos vestibulares. Gatti (2013) registra, ainda, iniciativas e pesquisas isoladas nas décadas seguintes.

conhecida como Prova Brasil. Hoje, a Aneb é divulgada com o nome de Saeb e é realizada a cada dois anos, por amostragem das redes de ensino e com foco na gestão de sistemas educacionais, de acordo com o portal do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2016). A Anresc (ou Prova Brasil) tem caráter censitário, com foco em cada unidade escolar, sendo realizada a cada dois anos.

Em 2013, a Portaria nº 482, de 7 de junho de 2013, (BRASIL, 2013) incluiu a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) como componente do Saeb, com o objetivo de produzir índices sobre o nível de alfabetização e letramento dos alunos do Ciclo de Alfabetização do ensino fundamental. A avaliação foi realizada em 2013, 2014 e 2016, aplicada a alunos do 3º ano do ensino fundamental, em base censitária.

As avaliações do Saeb são compostas por provas, aplicadas aos alunos para medição de desempenho, e questionários com informações sobre o estudante e a escola. Ao longo dos anos em que essas avaliações foram realizadas, alguns marcos se estabeleceram: na metodologia das provas, houve a adoção da Teoria de Resposta ao Item (TRI), em substituição ao modelo estatístico clássico, o “que permite a comparabilidade de resultados ao longo do tempo e entre séries diferentes” (ALAVARSE; BRAVO; MACHADO, 2013, p. 18). A introdução da Prova Brasil em 2005 e a formulação do Ideb em 2007 — que combina resultados da Prova Brasil e do Saeb com informações de fluxo — contribuíram para a consolidação do sistema de avaliação no atual cenário de políticas públicas educacionais.

Tais eventos — adoção da TRI, Prova Brasil e Ideb — são importantes na compreensão do Saeb como integrante de “um movimento de redefinição do papel do Estado na gestão das políticas educacionais” (SOUSA, 2003, p. 175). São mecanismos que permitem que a avaliação cumpra objetivos relacionados à classificação e à comparação de alunos, escolas e redes de acordo com seus desempenhos nas provas. Também abrem espaço para o estabelecimento de metas de desempenho para escolas e redes, com a consequente responsabilização de agentes do sistema de ensino e a divulgação pública de informações sobre a oferta e a qualidade da educação.

Todos esses elementos, relativos à conformação de avaliações externas no Brasil e sua respectiva concepção de qualidade subjacente, mostram a forma como são conduzidas as políticas públicas — em relação a determinada concepção de Estado e como resultado de ações e decisões tomadas na esfera pública nos últimos anos. De acordo com Dourado e Oliveira (2009, p. 203-204),

qualidade é um conceito histórico, que se altera no tempo e no espaço, ou seja, o alcance do referido conceito vincula-se às demandas e exigências sociais de um dado processo histórico. Caso se tome como referência o momento atual, tal perspectiva implica compreender que embates e visões de mundo se apresentam no cenário atual de reforma do Estado, de rediscussão dos marcos da educação – como direito social e como mercadoria –, entre outros.

É oportuno, mesmo que de modo sucinto, explorar o contexto de políticas públicas e noções de Estado em que se conformam as atuais discussões acerca de qualidade da educação e avaliação externa.

1.3 QUALIDADE E AVALIAÇÃO EXTERNA: CONCEPÇÕES DE ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Frente à “pluralidade de abordagens teórico-metodológicas existentes sobre as políticas públicas” (AZEVEDO, 2004, p. 7), depara-se com a questão de “como apreender os processos que engendram a política educacional no Brasil, ao se considerar o contexto socioeconômico, cultural e político em que a mesma vem sendo formulada e implementada” (AZEVEDO, 2004, p. 55).

Analisar qualidade e avaliação da educação no contexto de políticas públicas conduz à apreciação de diferentes abordagens e concepções de Estado, com base no entendimento da política pública em perspectiva dinâmica — a política educacional “toma corpo por meio de distintas vertentes analíticas” (AZEVEDO, 2004, p. 57) de concepções de Estado.

No presente trabalho, optou-se pela apresentação de ideias e interpretações, a respeito de políticas públicas e concepções de Estado, formuladas por pesquisadores do próprio campo da educação. Assim, evita-se assumir, para fins analíticos, uma única concepção de Estado e abordagem de políticas públicas, baseada em obra de um único autor ou grupo de autores diretamente do campo da Sociologia ou Ciência Política. De acordo com Azevedo (2004), a singularidade e as especificidades da política educacional justificam tais aproximações, já que ela não se encaixa completamente em modelos analíticos consolidados.

O padrão que pode ser depreendido na análise de uma determinada política resulta de influências de diversos grupos e setores, de modo que

[...] os grupos que atuam e integram cada setor vão lutar para que suas demandas sejam atendidas e inscritas na agenda dos governos. E estas lutas serão mais ou

menos vitoriosas, de acordo com o poder de pressão daqueles que dominam o setor em cada momento (AZEVEDO, 2004, p. 62).

Com a Constituição Federal de 1988 (BRASIL; CONGRESSO NACIONAL, 1988), vislumbra-se a pretensão de um Estado de bem-estar social, ao menos no plano jurídico, com a perspectiva de universalização de direitos sociais. Poucos anos separam a promulgação da carta magna da reforma do Estado — que cria mecanismos na administração pública conflitantes, em alguma medida, com a priorização dos direitos sociais (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2005). Tal disputa se configura na materialização da administração pública voltada ao gerenciamento de programas e projetos políticos, na qual o Estado atua como regulador das várias instâncias e agências de implementação, em constante enfrentamento com ideais de gestão democrática e apelos à justiça social.

Com os desdobramentos da Reforma do Estado (BRASIL, 1995), a partir de meados da década de 1990, pode-se identificar o que Freitas (2007, p. 192) define como “reorganização da regulação estatal”. Frente à concepção de Estado burocrático até então vigente, que concentrava todos os níveis de implementação de políticas, entra em cena a descentralização da ação e da execução da política pelo Estado, que assume um papel de regulador do processo. Entende-se por regulação, de acordo com Freitas (2007, p. 3-4),

[a] atuação (intervenção) do Estado — contextualizada, dinâmica, histórica e contraditória — com vistas a reger e controlar setores da vida social (neste caso, o setor da educação básica) por meio de diretrizes, políticas, estratégias, instrumentos, mecanismos, medidas e ações de gestão que são selecionados, prescritos, empregados e administrados segundo o projeto de sociedade e cidadania a que o Estado efetivamente dá sustentação, sempre em confronto com demandas e projetos alternativos e recorrendo a saídas estratégicas.

Nesse contexto político, em que se identifica uma abordagem de administração pública gerencial e regulatória, os dados obtidos por meio de avaliações externas operam como componentes da regulação, permitindo “alargar a presença reguladora da União na educação básica, com importantes implicações para as relações federativas” (FREITAS, 2007, p. 2). A regulação acontece por meio de monitoramento e prestação de contas, entre outros mecanismos. No caso da área educacional, as avaliações externas padronizadas e em larga escala configuram fontes de informação para tais práticas de controle e gerenciamento (CUNHA; PEREZ; AIDAR, 2001). Mello (1995) aponta que, nos moldes da administração pública gerencial, qualidade da educação está atrelada a gestão estratégica e racionalidade das ações.

Em crítica ao modelo, Afonso (2005, p. 50) afirma que “a fé em indicadores mensuráveis passa a ser o exemplo paradigmático das mudanças neoliberais e neoconservadoras”. A ênfase na avaliação traduz uma valorização da política educacional baseada em evidências, “o que não deixa de ser uma forma de acionar mecanismos de racionalidade técnica em outros domínios da política educacional” (FRANCO; ALVES; BONAMINO, 2007, p. 1000). Tal consideração foi feita ao caracterizar a política educacional para educação básica a partir da segunda metade da década de 1990. O peso da avaliação consistia em um dos aspectos que compunham aquele cenário. Ao se tomar em retrospectiva, pode-se vislumbrar sua evolução nos desdobramentos atuais. Abrucio (2010) observa que, em continuidade à criação do sistema de avaliação, o governo federal tratou de aperfeiçoar indicadores na década seguinte, o que permitiu ampliar a atuação nacional do governo federal, em relação às instâncias estadual e municipal da administração.

Para além da política baseada em evidências, na instauração de um modo de regulação pós-burocrático dos sistemas escolares (MAROY; VOISIN, 2013) ocorre um processo de produção de conhecimento que se entremeia à própria política. As atuais políticas educacionais têm, entre suas características principais, “a intensidade e a relevância que o conhecimento (científico e outro) ocupa na sua formulação e na sua execução” (BARROSO, 2013, p. 3). Mais que a “perspectiva de política baseada em conhecimento e evidência”, trata-se de conhecimento mesclado à política, “em processo interativo e coconstitutivo” (BARROSO, 2013, p. 3). Se, por um lado, a regulação baseia-se em (e provoca) um processo de desconcentração da execução e da implementação de políticas, opera-se, em contrapartida, um revés centralizador mais intenso do controle/poder, que recorre a mecanismos de indução e prestação de contas, concretizando-se pela difusão de conhecimento — pelos mesmos processos de sua produção, com dados e indicadores.

Uma das especificidades da política educacional brasileira passa pela análise das relações entre os entes federados no plano intergovernamental. Tais relações são objeto de regulação e desconcentração/centralização, como se observa na priorização do atendimento à educação infantil e ao ensino fundamental pelos municípios, conforme instaurado pela LDBEN (BRASIL, 1996), e na atenção prioritária a determinados municípios — em termos de recursos financeiros disponibilizados pela União e atrelados a indicadores sociais e educacionais, observados nos programas Plano de Ações Articuladas (PAR) e Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE Escola).

Quanto às relações entre os entes federados, ainda marcadas por desigualdade e conflitos, Abrucio (2010, p. 66) conclui que

[...] após uma história marcada por desequilíbrios intergovernamentais, é preciso construir um federalismo educacional mais equilibrado, que seja descentralizado, mas que tenha padrões nacionais de qualidade; que combata as desigualdades regionais e entre municípios; e cujo mote principal seja a busca de um regime efetivo de colaboração.

A compreensão das políticas públicas como um processo dinâmico — resultante de disputas de grupos e setores com interesses conflitantes e relacionadas a concepções e modelos analíticos de ação estatal — permite identificar que a política educacional em vigor está voltada à produção de avaliação, da qual se extraem indicadores para embasar decisões e planos estratégicos. Ela está marcada pela racionalidade técnica do gerencialismo, ao mesmo tempo em que gera uma noção de qualidade que informa a própria política.

Abordar o Ideb em tal contexto implica uma consideração ampliada sobre a produção de indicadores sociais, que se desenvolve a seguir.

1.4 USO DE INDICADORES EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Compreender a elaboração do Ideb e seu funcionamento requer o entendimento da forma como se desenvolvem os indicadores sociais utilizados em diferentes áreas da administração pública. Tal construção remonta aos anos 1960 no cenário internacional (JANNUZZI, 2004). No Brasil, a demanda por informações sociais para planejamento e implementação de políticas públicas e seu desdobramento em interesse da pesquisa acadêmica se fortalecem “a partir da Constituição de 1988 e no contexto da descentralização administrativa e tributária em favor dos municípios” (SOLIGO, 2012, p. 16).

Estudos de Jannuzzi (2004, 2016) tendem a constituir um referencial sobre indicadores sociais em políticas públicas no Brasil, com contribuições sobre conceitos, aplicações e implicações. Cabe destacar a definição do autor:

Um indicador social é uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma (JANNUZZI, 2004, p. 15).

A produção e o uso de indicadores sociais em políticas públicas apresentam desafios teórico-metodológicos⁷ e político-institucionais. No que concerne ao aspecto político-institucional, uma visão sistêmica de programas, políticas e planos constitui ponto crítico da implementação e efetividade do processo de uso de indicadores na área educacional (JANNUZZI, 2016).

A emergência do Ideb está relacionada a uma noção de “crescente importância do uso de indicadores para monitoramento e medição do progresso de programas em relação a metas e resultados” (FERNANDES, 2007, p. 6) no âmbito de políticas públicas. No documento de apresentação do Índice, o autor afirma que, a partir da leitura de indicadores de desempenho educacional existentes até então para monitorar o sistema de ensino no País, a questão do acesso ao ensino fundamental estava praticamente resolvida e que o problema residia nas altas taxas de repetência, no abandono e na baixa proficiência dos estudantes em exames padronizados (FERNANDES, 2007, p. 7).

Daí a elaboração do Ideb como indicador composto por duas dimensões, de forma a estimar o melhor tempo para efetivação de determinado conjunto de aprendizagens. O Índice, proposto em 2007, combina informações de desempenho em testes (pontuação média dos estudantes em exames padronizados ao final de determinada etapa da educação básica, especificamente na Prova Brasil e no Saeb) e informações sobre fluxo escolar (taxa média de aprovação dos estudantes da correspondente etapa de ensino, de acordo com dados do Censo Escolar), de modo a avançar em relação aos indicadores isolados de fluxo e desempenho, utilizados para monitorar a oferta educacional no País até aquele momento (FERNANDES, 2007).

A formulação do Ideb como indicador sintético de desenvolvimento educacional teve como objetivos favorecer a identificação de escolas e/ou redes de ensino com baixo desempenho e monitorar sua evolução ao longo do tempo. O autor menciona, ainda, o financiamento de programas educacionais e a liberação de recursos atrelada ao Índice como sugestões de uso por parte de autoridades educacionais (FERNANDES, 2007). O Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (BRASIL, 2007a) estabeleceu o Ideb e as possibilidades de aumento do Índice como critérios para prioridade de atendimento da União, em assistência técnica ou financeira, aos municípios e estados. Horta Neto (2013) observa que essas medidas vêm sendo utilizadas pelo governo federal nos últimos anos.

⁷ Questões teórico-metodológicas relativas à produção e ao uso de indicadores fogem ao escopo do presente texto, embora se julgue oportuno mencionar sua existência, como referencial, para aprofundamento de estudos.

Situado o Ideb na lógica de produção de indicadores em políticas públicas, passa-se à reflexão sobre seus desdobramentos e implicações para a educação nacional.

1.4.1 Ideb: possibilidades, limites e implicações

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica foi criado no âmbito do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (Inep), do Ministério da Educação (MEC). Foi efetivado em 2007, por meio do Decreto n.º 6.074, de 24 de abril de 2007, que dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (BRASIL, 2007a).

Saviani (2007) interpreta essa ação como “carro-chefe” do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) (BRASIL, 2007b), apresentado pelo governo um mês antes. O PDE abarcou uma série de ações do MEC, agregando praticamente todos os programas à época. “Ao que parece, na circunstância do lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) pelo governo federal, cada ministério teria que indicar as ações que se enquadrariam no referido Programa” (SAVIANI, 2007, p. 1233). Ainda de acordo com o autor, ao lançar o Ideb, o governo “atrelou as diversas ações que já se encontravam na pauta do Ministério, ajustando e atualizando algumas delas” (SAVIANI, 2007, p. 1233). Tais ações (ou diretrizes) foram traçadas “com metas a serem alcançadas pelos entes da federação, sendo o Ideb o principal indicador a ser utilizado na aferição do cumprimento das metas” (MOREIRA, 2011, p. 84).

Estabeleceu-se a definição de uma meta nacional para o Ideb dos anos iniciais do ensino fundamental em 6,0, a ser atingida no ano de 2021, em referência simbólica ao bicentenário da Independência (no ano de 2022). Segundo Fernandes (2007), o valor estipulado levaria o Brasil a equiparar-se aos países desenvolvidos (membros da OCDE) em nível de qualidade educacional. Para tornar a comparação possível, utilizou-se uma técnica de compatibilização envolvendo as proficiências observadas no Saeb e no *Programme for International Student Assessment*⁸ (Pisa).

⁸ “O *Programme for International Student Assessment* (Pisa) — Programa Internacional de Avaliação de Estudantes — é uma iniciativa internacional de avaliação comparada, aplicada a estudantes na faixa dos 15 anos, idade em que se pressupõe o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países. O programa é desenvolvido e coordenado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Em cada país participante há uma coordenação nacional. No Brasil, o Pisa é coordenado pelo

No âmbito do estabelecimento de metas pelo PDE, foram criadas metas intermediárias para o Ideb norteadas pela meta nacional, em que “cada sistema deve evoluir segundo pontos de partida distintos, e com esforço maior daqueles que partem em pior situação, com um objetivo implícito de redução da desigualdade educacional” (FERNANDES, 2007, p. 2).

No contexto do lançamento do Ideb, diferentes facetas de sua inserção na política educacional foram apreciadas:

ao longo dos últimos meses, o IDEB e as metas a ele associadas são os aspectos do PDE que têm estado no centro da atividade do MEC. [...] o IDEB e as metas envolvem transparência nos resultados de escolas e redes de ensino. Envolvem, também, incentivos simbólicos relacionados ao IDEB elevado e, futuramente, a variações positivas do mesmo índice. Por esta via, a política educacional contemporânea articula-se com ideias associadas à racionalidade relativa aos fins da educação, em veio complementar ao da racionalidade relativa aos meios (FRANCO; ALVES; BONAMINO, 2007, p. 1003).

Pesquisadores apontam limitações de caráter técnico e político do Ideb. As questões técnicas dizem respeito ao modo como proficiências e taxa de aprovação entram no cálculo, ao universo de alunos testados (ausências durante as provas que podem levar a imprecisão na proficiência medida) e às diferenças nos cálculos quando se considera o nível socioeconômico (HORTA NETO, 2013; ALVES; SOARES, 2013).

No âmbito político, Horta Neto (2013, p.153-155) problematiza “o fato de o IDEB não contribuir para o fortalecimento de um necessário pacto federativo em matéria educacional envolvendo os três entes da Federação”. O autor identifica a presença de desigualdade e de autoritarismo na relação da União com os outros entes da federação na política educacional: em certos aspectos e no contexto de alguns programas, o governo federal acaba não respeitando o planejamento e as necessidades dos estados e municípios e dialoga diretamente com escolas pertencentes a redes municipais e estaduais. No caso do Ideb, essa linha de raciocínio do autor significa que “apenas testar os alunos e divulgar os resultados não assegura as condições necessárias para melhorar a qualidade da educação” (HORTA NETO, 2013, p.153-155).

Costa, Dalben e Freitas (2013, p. 1155) questionam

a utilização dos resultados das avaliações em larga escala e dos índices por elas criados como única fonte para a análise do trabalho desenvolvido pelas escolas,

considerando que os desempenhos médios obtidos não podem ser traduzidos como retrato fiel da qualidade das instituições.

Os autores defendem que se considere o contexto em que a escola realiza seu trabalho na elaboração de índices, sustentando a ideia de que se tome o Ideb como “apenas um dos indicadores da avaliação das escolas, mas de forma alguma o único” (COSTA; DALBEN; FREITAS, 2013, p. 1162). Deixam, ainda, um alerta quanto ao uso do Ideb para responsabilização da escola e de seus profissionais, caso não sejam observadas as “condições objetivas de melhoria da qualidade” (COSTA; DALBEN; FREITAS, 2013, p. 1169), referindo-se ao provimento de insumos, que depende mais da ação governamental do que dos profissionais da educação.

Em uma das dissertações da base de dados desta pesquisa, Ferreira (2015, p. 2) adota expressão que indica o desempenho em testes como um “termômetro da educação básica mostrando o nível da qualidade do ensino oferecido no país”. Tal afirmação expressa a associação unívoca entre qualidade e resultados de avaliações externas. Pesquisadores da educação com foco em avaliação defendem uma análise mais complexa dos resultados de avaliações (ALAVARSE; MACHADO, 2015).

Estreitamento curricular, preocupação com resultados dos testes em detrimento da aprendizagem dos alunos, ensino voltado à prova e formação de um mercado educacional que pouco contribui para democratização, qualidade e equidade são críticas a avaliações externas igualmente aplicadas ao Ideb. Moreira (2011) cita limitações do Ideb ligadas à desconsideração de insumos educacionais na aferição da qualidade e à redução da matriz de referência das provas de Matemática e Língua Portuguesa. No caso desta última, é importante considerar, ainda, o foco apenas em habilidades de leitura. São elementos que permitem refletir que “também no caso da educação, a preocupação com o produto, mais do que com o processo, é uma das tônicas da avaliação” (AFONSO, 2005, p. 50).

Na perspectiva de potencialidades de uso do Ideb, Alavarse e Machado (2015) consideram positivo o fato de o Índice permitir apreender ao menos algumas facetas da realidade educacional brasileira. Para eles, a articulação dos elementos aprovação e desempenho na composição do Índice vincula a avaliação ao desafio da aprendizagem – em uma dimensão política, as práticas avaliativas poderiam contribuir “para que, no limite, todos aprendessem tudo” (ALAVARSE; MACHADO, 2015, p.37).

Horta Neto (2013) identifica como características técnicas favoráveis do Ideb: parâmetros claros para o seu acompanhamento; transparência e estabilidade. O Índice anuncia-se como “de fácil compreensão, simples de calcular, aplicável às escolas e explícito em relação à ‘taxa de troca’ entre probabilidade de aprovação e proficiência dos estudantes” (FERNANDES, 2007, p. 8). Análises dos cálculos e opções metodológicas aplicadas à formulação do Ideb reconhecem, no entanto, que “na realidade, a escala do Ideb tem características difíceis de serem apreciadas, em um primeiro momento, por um não especialista” (SOARES; XAVIER, 2013, p. 912).

Quanto à prática de divulgação de resultados pela administração pública, que o Ideb acabou fomentando, há o ponto positivo de informar a população sobre o serviço prestado no campo da educação, mas cabe ressalva quanto à criação de rankings (de escolas ou municípios), que poderia levar à competição — neste caso, com efeitos negativos sobre questões sensíveis, como inclusão e redução de desigualdades (MOREIRA, 2011).

Estudos vêm complementando a interpretação do Ideb com a aplicação de fatores socioeconômicos em alguns cálculos, o que pode contribuir para o estabelecimento de políticas de responsabilização (ALVES; SOARES, 2013). Além do nível socioeconômico, outros aspectos de contexto escolar já vêm sendo investigados em termos de influência sobre as metas do Ideb (MATOS; RODRIGUES, 2016).

Assim, sem esgotar as críticas e potencialidades do Ideb, entende-se que o Índice se relaciona à noção de qualidade da educação — há uma tendência, inclusive, de que ele seja tomado como a ideia de qualidade em si; por outro lado, procura-se ponderar considerando-o como expressão de algumas facetas (aprendizagem e tempo médio) da qualidade da educação. Existem limitações e questionamentos de caráter técnico e político, expostos em estudos que procuram propor aperfeiçoamentos operacionais e finalísticos. O Ideb representa um avanço na tradição política brasileira quanto ao uso de indicadores e suscitou debates e medidas em relação a processos e qualidade da educação. Os apontamentos permitem admitir o Ideb como indicador educacional válido, utilizado em pesquisas acadêmicas.

Procurou-se, aqui, reunir críticas e potencialidades quanto ao Ideb, identificadas nos últimos anos por estudiosos de avaliações externas. Com essas considerações sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, sua contextualização no histórico da consolidação das avaliações externas e em larga escala e, por sua vez, a situação destas no cenário de políticas públicas brasileiras, conclui-se que é relevante dedicar este trabalho acadêmico ao

tema. Reitera-se, ainda, a possibilidade de que tal pesquisa, com o viés anteriormente descrito — identificar e analisar o que pesquisas de pós-graduação que abordam o Ideb apontam sobre sua apropriação na pesquisa acadêmica — contribua para o aumento do conhecimento nesse campo de estudo.

1.4.2 Ideb como instrumento de indução de política

Ao longo dos anos, desde o início das aplicações do Saeb na década de 1990, houve uma série de implementações no cenário das avaliações externas no Brasil, incidindo sobre os diferentes níveis e modalidades de escolarização previstos na LDBEN. Para se ter uma ideia de como a educação escolar brasileira está atualmente permeada por avaliações externas, pode-se citar, apenas no plano federal, as seguintes iniciativas: na educação infantil, em que não se encontra um sistema de avaliação em concreto, há duas publicações relativas a indicadores de qualidade (BRASIL, 2009; 2011) e um documento com subsídios para construção de uma sistemática de avaliação (BRASIL, 2012); no ensino básico, realizam-se a Provinha Brasil (para 1º e 2º anos do ensino fundamental), a Aneb (divulgada como Saeb, para 5º e 9º anos do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio), a Anresc (Prova Brasil, para 5º e 9º anos do ensino fundamental) e a ANA (para 3º ano do ensino fundamental).

Fora do marco do Saeb, mas acompanhando seus desdobramentos ao longo da história recente para se traçar um cenário das avaliações externas no Brasil, pode-se mencionar, ainda, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), criado em 1998, que possui especificidades em sua categorização como avaliação externa (SOUSA, 2011a; TRAVITZKI, 2013). No nível mais alto da educação brasileira, há o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) como parte do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior. Na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, o MEC criou, em 2002, o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja).

Sem esgotar todas as realizações de avaliação externa por parte do governo federal, mas reunindo um conjunto significativo que foi se estabelecendo ao longo das últimas três décadas, pode-se afirmar que há uma forte presença da avaliação externa permeando a educação nacional. Contribui para o fenômeno a identificação de crescimento no número de implementações de sistemas de avaliação nas redes estaduais (BROOKE; CUNHA;

FALEIROS, 2011) e municipais de ensino (BAUER et al., 2015) nos últimos anos, que podem ser atribuídos a eventos ocorridos no plano federal.

Sousa (2013) identifica um movimento de expansão de sistemas de avaliação em larga escala nas redes estaduais e municipais de ensino, no bojo dos desdobramentos da experiência nacional, acompanhando principalmente a evolução da Prova Brasil e do Ideb. A pesquisa “Avaliação e gestão educacional em municípios brasileiros: mapeamento e caracterização de iniciativas em curso”, desenvolvida por meio de parceria entre a Fundação Carlos Chagas (FCC) e o Inep, identificou que

desde os anos 2000, estados e municípios vêm pouco a pouco assimilando o modelo de gestão da educação pública implantado pelo governo federal a partir da década de 1990, com o crescente uso dos resultados das avaliações em larga escala como principal indicador de qualidade (BAUER et al., 2015).

A referida pesquisa, realizada em 2014 e 2015, teve abrangência de 4.309 municípios, com aplicação de um *survey* para “obter informações sobre a existência ou não de avaliações externas próprias dos municípios” (BAUER et al., 2015, p.333). O resultado mostrou que cerca de 60% dos respondentes possuíam uma avaliação própria ou tinham intenção de implementá-la. Entre as razões que justificaram a criação de avaliações municipais, o estudo identificou o Ideb como um dos fatores que, no cenário da inserção das avaliações externas nas políticas públicas, estaria induzindo os municípios a implantarem avaliações próprias: “[...] destacam-se razões relativas à melhoria de índices educacionais, como fluxo, evasão e repetência, havendo, também, referências explícitas ao aumento do Ideb e/ou alcance de metas” (BAUER et al., 2015, p.343).

Para os autores do estudo, vale investigar se o Ideb e a Prova Brasil atuaram como indutores do aumento de adoção de avaliações municipais próprias. Dados da pesquisa apontaram crescimento exponencial no número de novas iniciativas de 2005 a 2013, período que corresponde à criação da Prova Brasil (2005) e do Ideb (2007). Também houve aumento do número de municípios iniciando avaliações em 2012, coincidindo com eleições municipais (BAUER et al., 2015, p. 340-341).

Resultados do *survey* indicaram, ainda, a utilização das Matrizes de Referência da Prova Brasil com maior frequência, por grande número de municípios, para a elaboração das provas de desempenho de avaliações próprias.

A pesquisa reúne indícios que permitem afirmar, portanto, que a criação do Ideb influencia a apropriação dos resultados de provas de avaliação externa e que o Índice é reconhecido como um indicador de qualidade da educação.

É nesse cenário de expansão de iniciativas de avaliações externas, induzidas pela criação do Ideb, que autores identificam a introdução de mecanismos de responsabilização em maior grau, como sistemas de bonificação salarial atrelados a desempenho em testes (BONAMINO; SOUSA, 2012). Tendo em vista que governos estaduais e municipais são responsáveis majoritariamente pela oferta da educação básica, tais políticas de responsabilização estão sendo conduzidas nesses âmbitos, no que Bonamino e Sousa (2012) classificam como políticas de consequências fortes. A título de exemplificar iniciativas dessa natureza, cita-se o estado de Pernambuco, que “usa um índice semelhante ao IDEB para a distribuição de bônus aos servidores das escolas” (MELO, 2013, p. 39), além do estado de São Paulo, que tem um programa de bônus salarial para professores vinculado a resultados do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp) e fluxo escolar.

Em termos de ganhos para a administração pública, Klein (2013) afirma que as avaliações reforçaram as preocupações com a qualidade do ensino. Pestana (2013) aponta que o Saeb promoveu a formulação de diagnósticos educacionais, com levantamento de informações a respeito dos resultados dos sistemas de ensino básico. A autora, entretanto, ressalva que “por um lado, há maior transparência a respeito da ação do Estado e dos governos, mas há também, por outro lado, certa opacidade em razão da complexidade e da quantidade de informações” (PESTANA, 2013).

Houve, ainda, “diversificação nas práticas de gestão educacional com base nos resultados dos alunos” (BROOKE; CUNHA, 2011, p. 18) em sistemas de avaliação estaduais. Os autores procuraram sistematizar usos de resultados de avaliação em políticas de gestão no Brasil e encontraram, entre outras, as seguintes decorrências das avaliações externas: criação de indicadores estaduais de desenvolvimento educacional, avaliação de desempenho individual de diretores escolares, identificação e classificação das escolas com base nos resultados de Português e Matemática dos alunos do 5º e 9º anos do ensino fundamental e do 3º ano do ensino médio, “que são as informações disponibilizadas pela maioria dos sistemas estaduais de avaliação que seguem o padrão do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)” (BROOKE; CUNHA, 2011, p. 18).

Os pesquisadores fazem uma diferenciação entre finalidade da avaliação e uso da avaliação. Esclarecem que cada finalidade requer um tipo de avaliação específico. No Brasil, contudo, os *stakeholders* das avaliações apresentam finalidades abrangentes que ultrapassam os limites do desenho técnico da avaliação proposta. Assim, os autores propõem uma classificação dos usos dos sistemas de avaliação baseada nas “diferentes políticas efetivamente implementadas pelas autoridades” (BROOKE; CUNHA, 2011, p. 18).

Brooke, Cunha e Faleiros (2011, p. 61-62) elencaram sete tipos de usos de resultados de avaliação externa como instrumento da gestão educacional nos estados e classificaram, dentro de cada categoria, programas de avaliação estaduais brasileiros e programas estrangeiros. No Quadro 1, estão citados os usos dos resultados de avaliação externa descritos pelos autores.

Quadro 1 - Categorias de usos de resultados de avaliações externas em gestão pública

Usos dos resultados da avaliação (política de gestão)	
1	Avaliação de programas, monitoramento, planejamento e pesquisa
2	Para informar as escolas sobre a aprendizagem dos alunos e definir as estratégias de formação continuada
3	Para informar o público
4	Para a alocação de recursos
5	Para políticas de incentivos salariais
6	Como componente da política de avaliação docente
7	Para a certificação de alunos e escolas

Fonte: Brooke, Cunha e Faleiros (2011, p. 61-62). Dados organizados pela pesquisadora.

Se, por um lado, o Ideb contribui para a discussão da qualidade da aprendizagem ao fornecer informações simples acerca do desempenho em provas — como pretendido à época de sua formulação (FERNANDES, 2007) —, por outro, desencadeou um movimento desordenado de multiplicação de iniciativas de avaliação de diferentes esferas de governo que atingem diretamente as escolas e seus atores. As consequências e implicações destes fenômenos estão no centro da atenção de diferentes grupos de pesquisa acadêmica e corporativa, apreendidos nas teses e dissertações analisadas neste trabalho, no capítulo 3.

Buscou-se, com essas considerações, compor uma aproximação com análises que pesquisadores do campo de avaliações externas têm conduzido sobre o uso dos resultados de

avaliações para a gestão educacional e o delineamento de políticas públicas no setor, identificando também a forma como abordam o Ideb.

Neste estudo, trabalha-se com o pressuposto de que o Ideb, entre outras iniciativas decorrentes do Saeb, tem contribuído para a expansão de sistemas de avaliação externa, padronizada e em larga escala, no âmbito de estados e municípios brasileiros. Nos desdobramentos dessa expansão é que se considera possível investigar em que medida o Ideb tem capacidade de contribuir para a melhoria da qualidade da educação brasileira, conforme defendido no momento de sua criação e apresentação.

2 MAPEAMENTO E SISTEMATIZAÇÃO DA BASE DE DADOS

Neste capítulo apresenta-se uma sistematização de informações da base de dados composta por teses e dissertações que abordam o Ideb, publicadas entre os anos de 2007 e 2015. São descritas características referentes à identificação dos estudos e ao *locus* de produção (universidades e regiões geográficas brasileiras). A distribuição temporal, ao longo dos anos, também foi quantificada nesta etapa.

2.1 TESES E DISSERTAÇÕES QUE ABORDAM O IDEB ENTRE 2007 E 2015

Para o mapeamento de trabalhos de mestrado e doutorado sobre Ideb no período de 2007 a 2015, o primeiro passo consistiu em consulta *online* ao Banco de Teses da Capes. À época do primeiro acesso (segundo semestre de 2015), estavam disponíveis, no mecanismo de busca pela *internet*, apenas trabalhos defendidos na pós-graduação nos anos de 2011 e 2012. No próprio *site*, entretanto, havia orientação para se procurar serviços de biblioteca em caso de interesse por dados de outros anos. Por esse motivo, o procedimento principal para obtenção da base de dados, naquele momento, foi o encaminhamento de solicitação para a Capes de complementação de informações, via correio eletrônico, por intermédio da Biblioteca da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP).

O pedido enviado por correio eletrônico consistiu em busca pela palavra-chave “Ideb” em teses e dissertações defendidas entre 2007 e 2015. Em resposta, obteve-se uma relação de 226 trabalhos. Como a base de dados obtida dessa forma foi solicitada à Capes em 2015, admitiu-se que os dados daquele ano estariam incompletos. Por esse motivo, houve novo acesso ao banco de teses *online* da Capes no início de 2017, com a suposição de que haveria transcorrido tempo suficiente para incorporação dos dados referentes ao ano de 2015. Na ocasião, o *site* da Capes apresentou mudança: estavam disponíveis teses e dissertações de todo o período delimitado para esta pesquisa. A busca pela palavra-chave retornou 418 entradas, que foram conferidas com os dados da base que estava composta até então.

Foram realizadas, ainda, buscas na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP e na Biblioteca Digital da Universidade de Campinas (Unicamp). Julgou-se necessário adotar tal procedimento, uma vez que um tratamento quantitativo prévio, realizado à época do

relatório de qualificação, levou à identificação de lacunas na base da Capes obtida por correio eletrônico — como ausência de trabalhos/autores de conhecimento da pesquisadora e baixa proporção de trabalhos oriundos de universidades reconhecidas por sua produção acadêmica em nível de pós-graduação, tanto em quantidade como em significado. Pela impossibilidade de se empreender consulta minuciosa a todas as bibliotecas digitais de universidades que acolhem programas de pós-graduação em educação e áreas correlatas, admite-se não ser exaustiva a abrangência, nesta dissertação, da produção acadêmica nacional. No entanto, a confiabilidade das fontes consultadas permite utilizar a base de dados compilada como válida para os fins desta pesquisa, uma vez que a Capes procura disponibilizar acesso, em geral, a todas as teses e dissertações defendidas junto a programas de pós-graduação do país (CAPES, 2014)⁹.

Consulta à (BDTD)¹⁰ ao longo do período apresentou resultado similar ao da Capes. Tal fonte foi útil na obtenção dos arquivos das teses e dissertações em sua íntegra.

O critério para inclusão de trabalhos na base de dados considerou os seguintes aspectos: referência à palavra “Ideb” no título e/ou resumo e/ou palavras-chave e/ou texto. Aqui, é necessário explicar que o mecanismo de buscas da Capes permite a pesquisa por autor, título e palavras-chave. Já nas bibliotecas digitais da USP e da Unicamp, os sistemas de busca incorporam ferramentas que fazem uma varredura em todo o texto — com isso, foi possível acrescentar trabalhos dessas instituições à base de dados, além dos identificados no banco da Capes. Pode-se, portanto, atribuir a diferença nos resultados de buscas às especificidades dos recursos tecnológicos adotados pelos bancos de teses.

A leitura dos resumos levou ao desenvolvimento dos seguintes critérios para manter ou eliminar trabalhos da base: pesquisas sobre o Índice em si; pesquisas que relacionam o Ideb a algum tema específico ligado a políticas públicas educacionais; pesquisas que tomam o Ideb como critério para escolha do campo ou elemento de caracterização contextual; alguma referência ao Ideb como indicador de qualidade — os dois últimos critérios permitiram incluir

⁹ Disponível em <<http://www.capes.gov.br/acessoinformacao/perguntas-frequentes/periodicos/3571-como-funciona-o-banco-de-teses>>. Acesso em 24 abr. de 2017.

¹⁰ A BDTD procura “reunir, em um só portal de busca, as teses e dissertações defendidas em todo o País e por brasileiros no exterior”. A base é mantida pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), no âmbito do Programa da Biblioteca Digital Brasileira (BDB), com apoio da Financiadora de Estudos e Pesquisas (Finep), tendo o seu lançamento oficial no final do ano de 2002. O órgão está ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Disponível em <<http://bdttd.ibict.br>>; acesso em 11 mai. 2017.

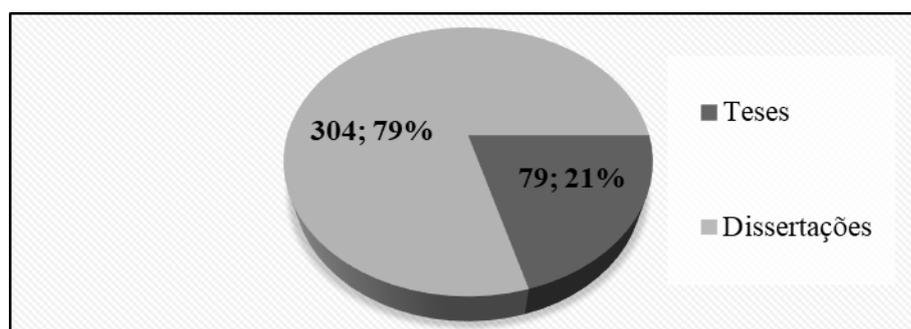
trabalhos de diferentes áreas de conhecimentos e/ou cujo tema não se relaciona diretamente com a área de educação.

Menções muito aligeiradas, sem qualquer aprofundamento e com baixo número de citações ao Ideb¹¹ levaram ao descarte de unidades de análise. Esse procedimento pautou-se no exame dos textos integrais das teses e dissertações, com auxílio da ferramenta de localização de palavras dos suportes de leitura de textos.

Optou-se, ainda, pela exclusão de dissertações de mestrado profissional. A decisão foi tomada após o início da leitura integral dos textos que compõem a base de dados da análise qualitativa. As dissertações de mestrado profissional analisadas apresentaram organização interna e propósitos substancialmente diversos das pesquisas de mestrado acadêmico e doutorado, o que demandaria uma perspectiva analítica que contemplasse as especificidades desses cursos. Embora seja uma modalidade de pós-graduação *stricto sensu*, ela se destina à capacitação profissional e a demandas do mercado de trabalho, diferentemente do mestrado e doutorado de natureza acadêmica e de pesquisa, com objetivo científico em sua essência (CAPES, 2014)¹².

A base de dados de teses e dissertações que abordam o Ideb no período 2007–2015 foi composta por 383 trabalhos (listados no Apêndice A), selecionados segundo os procedimentos de coleta e critérios de inclusão supracitados. São 79 teses de doutorado e 304 dissertações de mestrado acadêmico, conforme registrado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Distribuição de trabalhos por nível da pós-graduação.



Fontes: Brasil/MEC/Capes; USP; Unicamp. Dados sistematizados pela autora.

¹¹ Para contar o número de citações ao Ideb nos textos, utilizou-se ferramenta de busca de palavra disponível nos aplicativos de leitura de arquivos em formato PDF (Google Chrome ou Microsoft Edge). Não foi estabelecido número mínimo de citações ao Ideb para inclusão na base de dados, reiterando que a importância e o significado atribuído ao tema tiveram preponderância como critério de seleção.

¹² Disponível em <<http://capes.gov.br/avaliacao/sobre-a-avaliacao/mestrado-profissional-o-que-e>>. Acesso em: 24 abr. 2017.

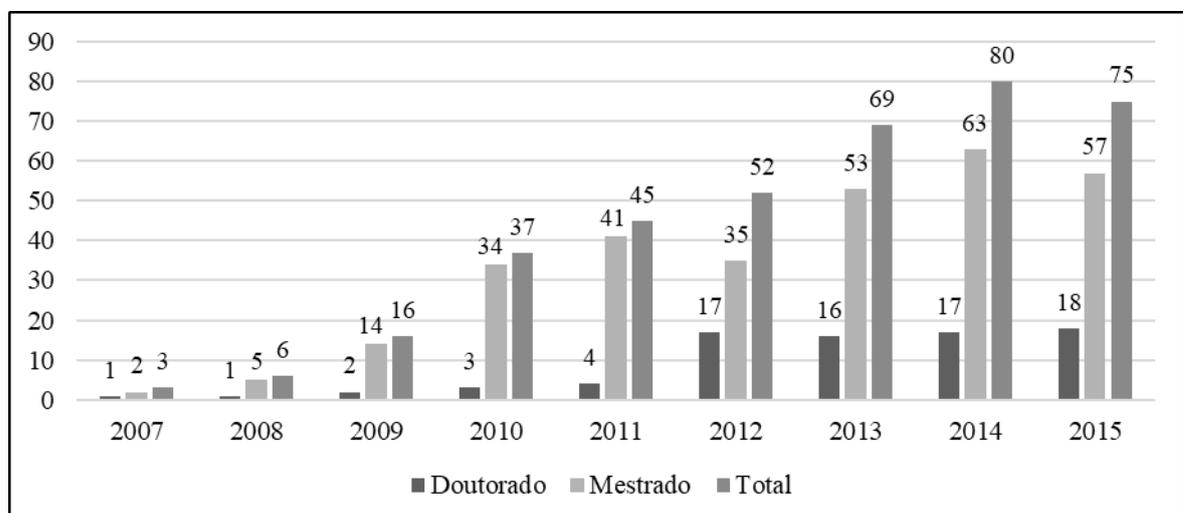
2.2 DISTRIBUIÇÃO TEMPORAL

Considerando-se o lançamento do Ideb no ano de 2007, estabeleceu-se inicialmente o ano de 2008 como ponto inicial para o período contemplado nesta pesquisa, tendo em conta o tempo hábil para realização de um estudo acadêmico. Ou seja, teses ou dissertações defendidas em 2008 tiveram um período de desenvolvimento plausível para que o tema pudesse integrar a pesquisa.

Especulou-se a possibilidade de que, eventualmente, algum pesquisador pudesse ter tomado conhecimento da formulação do Índice antes de sua promulgação, uma vez que a elaboração do Ideb envolveu trabalho técnico relacionado à produção de conhecimento acadêmico. Seja por essa hipótese ou por outro motivo, foram identificados três trabalhos (uma tese e duas dissertações) com menção ao Ideb defendidos em 2007.

Quanto à distribuição temporal de teses e dissertações que fazem referência ao Ideb, observa-se um crescimento ano a ano no número de trabalhos (Gráfico 2). Considerando-se a série temporal, os números de 2014 e 2015, embora muito próximos, são ainda insuficientes para se inferir que esteja havendo declínio ou estagnação. Dentro do período analisado, o ano com maior número de defesa de trabalhos que abordam Ideb foi 2014, com 17 teses e 63 dissertações. Houve queda não significativa em 2015. Vale apontar, ainda, que os três últimos anos (de uma série de nove anos) concentram mais da metade (58%) das produções da base.

Gráfico 2 – Distribuição por ano de publicação e nível de pós-graduação.



Fontes: Brasil/MEC/Capes; USP; Unicamp. Dados sistematizados pela autora.

Na série temporal, o aumento observado na produção acadêmica que aborda o Ideb está de acordo com afirmações sobre a consolidação das avaliações externas e em larga escala no âmbito de políticas públicas educacionais nos últimos anos (BAUER; REIS, 2014). Aspectos como a associação do Ideb a qualidade educacional e sua operacionalização como mecanismo de indução de políticas educacionais podem fornecer pistas para explicar o aumento da apropriação do Índice na pesquisa acadêmica.

Também é possível observar esse movimento tendo em conta que houve um aumento do número de programas de pós-graduação na área de Educação no período em pauta, passando de 78 em 2007 para 172 em 2016, uma elevação de 120% no período, de acordo com a avaliação trienal da Capes (MEC; CAPES, 2016).

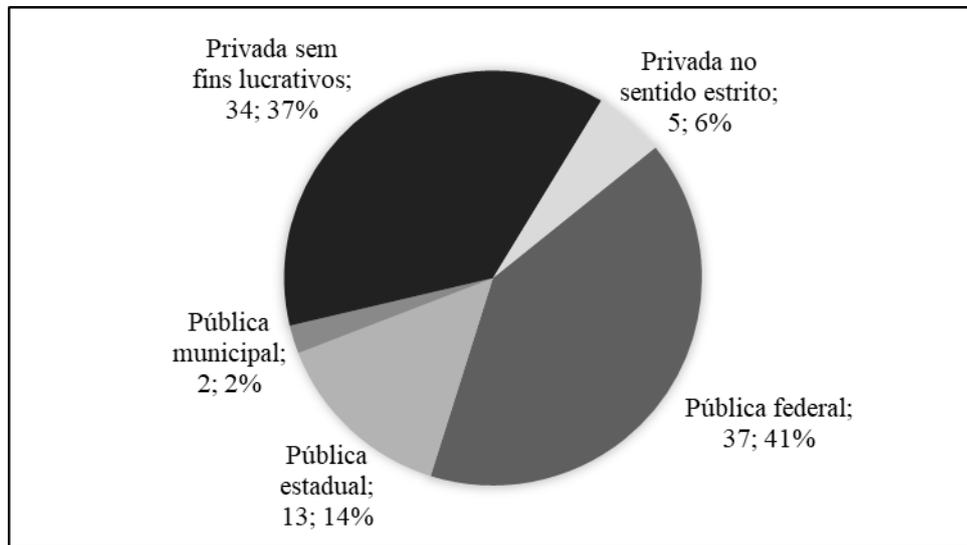
Cabe detalhar que, na base de dados, predominam trabalhos desenvolvidos no âmbito de programas de pós-graduação em educação, concentrando aproximadamente 70% do total. Outros programas de pós-graduação que apresentaram recorrência na base foram os de administração e economia, ciências sociais e política e linguagem¹³.

2.3 DISTRIBUIÇÃO POR INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

As pesquisas que compõem a base de dados do presente estudo foram realizadas em 91 instituições de ensino superior. Considerando-se a categoria administrativa, são 52 (57% da base) instituições de ensino públicas, sendo 37 federais, 13 estaduais e duas municipais. A administração federal responde por 41% do total de instituições de ensino que compõem a base. As entidades privadas totalizam 39 (43%). Destas, 34 (ou 37% do total) são de caráter privado sem fins lucrativos e apenas cinco são instituições privadas com fins lucrativos (Gráfico 3). Pela classificação segundo a organização acadêmica das instituições de ensino superior, constam na base 85 universidades, três centros universitários, duas faculdades e um Centro Federal de Educação Tecnológica.

¹³ Há uma grande variação nos nomes dos programas de pós-graduação, o que dificulta calcular, com exatidão, sua distribuição. O mesmo acontece com as faculdades às quais tais programas estão subordinados. Assim, as ocorrências foram contadas por similaridade nos nomes dos programas — por exemplo, “administração de organizações” e “administração de empresas” foram contadas juntas. De qualquer forma, apenas a área de educação apresentou número significativo.

Gráfico 3 - Distribuição da produção acadêmica que aborda Ideb, período 2007–2015, por Instituição de Ensino Superior segundo categoria administrativa.



Fontes: Brasil/MEC/Capes; USP; Unicamp. Dados sistematizados pela autora.

Um grupo reduzido de instituições concentra a produção de 216 trabalhos, o que corresponde a 56% da base. São 43 teses e 173 dissertações (correspondentes a 54% e 57%, respectivamente). A instituição de ensino superior que contribuiu com maior quantidade de pesquisas referentes ao Ideb no período 2007–2015 foi a USP, com 46 trabalhos, equivalentes a 12% do total. O destaque foi para a concentração de teses, com 19 exemplares (24% do total de publicações do tipo). São 27 dissertações (9% dos trabalhos dessa modalidade).

A Tabela 4 mostra a distribuição de teses e dissertações nas instituições com maior volume de produção. Mais da metade das universidades desse grupo está sediada nas regiões Sudeste e Sul: UFJF, UFPR, UFRJ, UNESP, Unicamp, Unioeste, Unisinos e USP.

Entre as universidades privadas, destacam-se sete instituições — PUC Goiás, PUC Minas, PUC-Campinas, PUC-PR, PUC-Rio, PUC-RS e PUC-SP — que, juntas, respondem pela produção de 29 teses e dissertações, 8% do total. A listagem completa de universidades, com a respectiva quantidade de teses e dissertações, encontra-se no Apêndice B desta dissertação.

Tabela 4 – Distribuição das teses e dissertações por Instituição de Ensino Superior com maior número de trabalhos

IES	Teses		Dissertações		Total	
	N	%	N	%	N	%
USP	19	24%	27	9%	46	12%
UFPB	0	0%	16	5%	16	4%
Unesp*	4	5%	11	4%	15	4%
Unisinos	5	6%	8	3%	13	3%
UNB	3	4%	8	3%	11	3%
UFPR	1	1%	10	3%	11	3%
UFRJ	3	4%	8	3%	11	3%
Unicamp	3	4%	8	3%	11	3%
Unioeste	0	0%	11	4%	11	3%
UFGD	0	0%	10	3%	10	3%
UFJF	2	3%	7	2%	9	2%
UFPE	3	4%	6	2%	9	2%
Total parcial	43	54%	173	57%	216	56%
Base	79	100%	304	100%	383	100%

Fontes: Brasil/MEC/Capes; USP; Unicamp. Dados sistematizados pela autora.

*Dados dos *campi* Araraquara, Bauru, Marília, Presidente Prudente e Rio Claro.

2.4 DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Em relação à distribuição geográfica (Tabela 5) das pesquisas referentes ao Ideb, o maior número de teses e dissertações concentra-se em instituições de ensino localizadas na região Sudeste do país, onde foram realizadas 174 defesas, o que representa 45% do total. A região responde por 59% (47) das teses de doutorado computadas na base e por 42% (127) das dissertações. Além da predominância da produção acadêmica da base de dados com origem nessa região, observa-se que o percentual de doutorados supera o de mestrados de modo significativo, o que não ocorre nas demais regiões (salvo o caso da região Norte, com diferença não significativa ao se considerar os valores totais).

A região Sul aparece na sequência, com 99 trabalhos, correspondentes a 26% da base. Foram 16 defesas de doutorado registradas na região, equivalente a 20% de trabalhos deste nível e 83 mestrados (27%).

Na região Nordeste foram computados 66 trabalhos, referentes a 17% do total da produção no período em pauta, com seis teses (8%) e 60 dissertações (20%). Na região Centro-Oeste foram registrados 9% do total (36) e, respectivamente, 9% (sete) das teses e 10% (29) de dissertações.

A região Norte apresentou menor participação no cômputo de unidades de análise, sendo oito produções no total, o que corresponde a 2% da base.

Tabela 5 – Distribuição regional de teses e dissertações entre os anos de 2007-2015

Região	Teses		Dissertações		Total	
	N	%	N	%	N	%
Sudeste	47	59%	127	42%	174	45%
Sul	16	20%	83	27%	99	26%
Nordeste	6	8%	60	20%	66	17%
Centro Oeste	7	9%	29	10%	36	9%
Norte	3	4%	5	2%	8	2%
Total	79	100%	304	100%	383	100%

Fontes: Brasil/MEC/Capes; USP; Unicamp. Dados sistematizados pela autora.

Os dados acima explicitados, além de revelarem interesse pela temática por pesquisadores das diferentes regiões, podem ser compreendidos tendo-se em conta o número de programas de pós-graduação por regiões geográficas. Atendo-se a programas de pós-graduação da área de educação, na avaliação trienal da Capes de 2016, a região Sudeste reunia 70 programas de pós-graduação da área, ou 41% do total. A região Sul contava com 42 (24%) programas; o Nordeste, com 32 (19%). A região Centro-Oeste registrou 16 (9%) programas, e a região Norte, 12 (7%) (MEC; CAPES, 2016).

A presente sistematização permitiu identificar crescimento ano a ano no número de pesquisas de pós-graduação que incorporam o Ideb às respectivas teses e dissertações no período de 2007 a 2015. Tal constatação revela paralelo com os crescentes desdobramentos e apropriação do Ideb nas políticas educacionais, tal como evidenciado por elementos trazidos no primeiro capítulo desta dissertação.

Há predomínio de trabalhos no nível de mestrado acadêmico na base analisada. A produção concentra-se na região Sudeste, sendo que universidades públicas federais

destacam-se na produção, à exceção da USP, de dependência administrativa pública estadual, que responde por 12% do total. Tais dados estão conformados ao panorama dos programas de pós-graduação nacionais, pelo menos no que se refere à área de Educação.

Assim, passa-se no próximo capítulo a considerações sobre as formas de abordagem ao Ideb nas teses e dissertações, propiciadas pela leitura integral dos trabalhos constantes de parte da base de dados, tendo como recorte temporal o período de 2007 a 2012. A análise que se efetua na sequência procura identificar os modos pelos quais tem ocorrido a apropriação do Ideb em teses e dissertações.

3 TESES E DISSERTAÇÕES QUE ABORDAM O IDEB ENTRE 2007 E 2012

Neste capítulo apresentam-se os agrupamentos que emergiram da leitura na íntegra de teses e dissertações que abordam o Ideb, defendidas entre 2007 e 2012. Em cada agrupamento, um texto introdutório descreve características comuns encontradas nos trabalhos ali classificados, seguido por resumos analíticos de cada pesquisa¹⁴, que explicitam como as abordagens do Ideb foram feitas em cada caso.

Cabe reafirmar que a base de dados analisados neste capítulo consiste em um recorte da base mais ampla, apresentada no capítulo anterior, que contemplou o período de 2007 a 2015. A delimitação do material de análise ocorreu em função da quantidade de trabalhos obtidos no total (383 para o período 2007-2015), de modo a tornar viável o escopo da pesquisa. Para a presente análise, em que os textos são examinados na íntegra, recorrendo a técnicas de análise de conteúdo, foram selecionadas teses e dissertações defendidas no período de 2007 a 2012, que estavam disponíveis *on-line* nos bancos de dados consultados. Assim, a base de análise deste capítulo abrange 120 produções, sendo 22 teses (18% da base de análise) e 98 dissertações (82%).

3.1 OS AGRUPAMENTOS

A forma de abordar o Ideb em teses e dissertações apresentou algumas recorrências, o que permitiu agrupar os trabalhos segundo a sua ênfase, de acordo com a distribuição que segue:

- a) Pesquisas que fazem referência ao Ideb como indutor de políticas e programas – 39 trabalhos;
- b) Pesquisas que investigam fatores associados a obtenção de alto ou de baixo Ideb por escolas ou redes públicas de ensino – 24 trabalhos;
- c) Pesquisas que tratam o Ideb como indicador de resultado de programas/políticas/gestão – 20 trabalhos;

¹⁴ As referências das produções citadas encontram-se no Apêndice A.

- d) Uso de dados do Ideb no delineamento da pesquisa e/ou na análise dos dados, tratado usualmente como uma das variáveis explicativas dos resultados do estudo – 16 trabalhos;
- e) Menção ao Ideb como um dos critérios de seleção de estados, municípios e/ou escolas a serem pesquisados ou como elemento de caracterização do contexto de realização do estudo – 21 trabalhos.

Chegou-se à definição de tais agrupamentos pelo seguinte percurso metodológico: após o levantamento de teses e dissertações que abordam o Ideb no período de 2007 a 2015 no Banco de Teses da Capes, realizou-se leitura flutuante (BARDIN, 1977) dos resumos, o que propiciou a identificação de características em comum na abordagem do Ideb, formando uma classificação prévia. A partir disso, a leitura na íntegra dos textos permitiu o delineamento e ajuste final dos agrupamentos, com reclassificação ou inclusão de trabalhos e abordagens.

O caráter exploratório desta pesquisa justifica a opção por conformar agrupamentos que expressam o tratamento dado ao Ideb nos trabalhos analisados, em detrimento do uso de categorias de análise estabelecidas *a priori*, formuladas a partir de fundamentação teórica. Em razão das perguntas e dos objetivos adotados, priorizou-se a identificação de características comuns no material analisado, procedimento decorrente do contexto prático da investigação, sem formular ou aplicar conceitos, o que seria do uso de categorias de análise conceituais. Há de se observar, ainda, que parte da bibliografia utilizada como fundamentação teórica neste estudo data de período concomitante ao das teses e dissertações analisadas, sem formar um referencial teórico sólido que sustentasse o estabelecimento prévio de categorias de análise, conforme discutido no primeiro capítulo (BARDIN, 1977; CARVALHO, 2012).

A classificação dos trabalhos analisados em um ou outro agrupamento considerou a ênfase dada ao Ideb em cada texto. Assim, embora alguns trabalhos apresentem mais de uma das características descritas nos agrupamentos, optou-se por alocá-los naquele grupo em que se interpretou como a abordagem preponderante. É o caso, por exemplo, de algumas pesquisas que investigam ou apresentam fatores associados à obtenção de alto ou baixo Ideb por escolas ou redes públicas de ensino. Em seu delineamento metodológico, muitas delas utilizam o Ideb como critério de delimitação da abrangência e *locus* da pesquisa, que consiste em característica do quinto agrupamento. Porém, como a ênfase dessas pesquisas está na investigação de fatores para obtenção de alto ou de baixo Ideb, optou-se por classificá-las no agrupamento com tal descrição.

Cabe esclarecer, ainda, que as apropriações do Ideb descritas em cada agrupamento não necessariamente se configuram como objetivo de pesquisa declarado pelo autor/a da tese ou dissertação, mas foram observadas pela interpretação de sua leitura na íntegra.

A análise das teses e dissertações teve como finalidade identificar as características de apropriação do Ideb em cada pesquisa, observando seu delineamento teórico-metodológico, sem contemplar qualquer tipo de julgamento ou valoração sobre consistência, coerência ou adequação dos trabalhos.

3.2 AS ABORDAGENS AO IDEB EM TESES E DISSERTAÇÕES

A seguir, cada agrupamento é apresentado com um texto introdutório descritivo, seguido por resumo analítico dos trabalhos que o compõem.

3.2.1 Pesquisas que fazem referência ao Ideb como indutor de políticas e programas

Neste agrupamento estão 11 teses e 28 dissertações, compondo o agrupamento com maior número de trabalhos (39), o que representa 33% das pesquisas defendidas entre 2007 e 2012 constantes da presente base de análise.

Predominam pesquisas que investigam a avaliação externa. O tema aparece sob a ótica da gestão educacional e na perspectiva de políticas públicas, sendo que alguns trabalhos consideram e entrelaçam esses dois campos. Estudos que tratam do PDE e do PAR também despontaram entre as temáticas identificadas no grupo.

Três trabalhos apresentam temas um tanto diversos do escopo comum, tratando da reeleição de prefeitos (PIERI, 2011), do desenvolvimento institucional do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) (DAMASIO, 2011) e do financiamento da educação (AMORIM, 2007).

A sistematização dos dados deste agrupamento, segundo período de publicação dos trabalhos, mostrou concentração entre os anos de 2011 e 2012, sendo apenas cinco datados de 2010 e um de 2009. Destacam-se, ainda, dois trabalhos de 2007 — e, nesse caso, a incorporação do Ideb às pesquisas está atrelada à sua contextualização no âmbito do PDE e do

Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Pode-se especular que seria mesmo inadequado analisar indução ou efeitos do Ideb nos anos imediatamente subsequentes à sua criação; no entanto, o período de três a cinco anos após sua entrada em vigor pode ser considerado ainda curto para se verificar tal funcionamento.

No caso do trabalho de Amorim (2007), publicado no mesmo ano do Ideb, a abordagem ao Índice remete a conteúdos dos documentos de referência de autoria de Fernandes (2007), então presidente do Inep. A pesquisa trata de financiamento da educação, investigando limitações no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef) e as possibilidades de superação pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). A autora associa o Índice à noção de qualidade da educação. No capítulo 4, Amorim aborda possíveis efeitos do Fundef em indicadores como analfabetismo infantil, retenção e atraso escolar. Ela analisa desempenho escolar a partir de dados do Saeb e do Pisa, sem mencionar ainda o Ideb (que foi criado em 2007, ano em que o Fundef deu lugar ao Fundeb), mas já sinalizando a preocupação em incorporar indicadores em sua análise.

No capítulo 5, o Fundeb — que substituiu o Fundef a partir de 2007 com alterações em abrangência e operacionalização — foi descrito no contexto do PDE de 2007, que entre suas ações incluiu o Ideb. O índice foi explorado quanto a futura possibilidade de vir a ser atrelado a mecanismos de financiamento a indicadores e metas.

Nas considerações finais, as conclusões apontam para o Ideb como critério de qualidade adotado pelo MEC, sendo objeto de recomendação quanto a seu uso: “A articulação do Ideb com o Fundeb, fazendo uso do primeiro como critério adicional de repartição dos recursos, pode ser visto como um incentivo suplementar à priorização da qualidade da educação” (AMORIM, 2007, p. 142).

Lopes (2007) realizou um mapeamento de iniciativas de avaliação externa nos estados brasileiros, para compreender como se deu a apropriação de diretrizes nacionais de avaliação da educação básica na esfera estadual, no período de 1996 a 2007. Trata-se de pesquisa documental, com aporte de depoimentos, para constituição do *corpus* de análise.

No capítulo inicial, em que a pesquisa apresenta as iniciativas de avaliação de cada estado, o Ideb aparece entre outros elementos de caracterização. Nas análises, a avaliação é considerada como mecanismo de indução de política e o Índice reforça tal constatação. Para a

autora, o Ideb faz parte da consolidação do “uso das estatísticas como fonte de informação primária para avaliação dos sistemas” (LOPES, 2007, p. 316).

Camini (2009) investigou a política educacional do PDE com foco na relação dos entes federados – MEC e governos estadual e municipal – e em gestão pública. O Ideb é descrito e situado no âmbito do Plano no que concerne a sua relação com noções de qualidade e à vinculação a metas e atendimento prioritário pela União para as redes dos entes federados com baixo Índice.

Cella (2010) investigou a educação integral no Brasil, suas experiências históricas, seus desafios e as perspectivas de aplicação. O Ideb aparece na discussão sobre qualidade da educação e em considerações sobre políticas educacionais, como indutor de programas e modelos de gestão, aspectos tratados na apresentação do referencial teórico. O Índice não é explorado em suas análises.

Escobar (2010) investigou o uso de avaliação e informação educacional na interface com a gestão pedagógica. Trata-se de pesquisa qualitativa, com coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas com profissionais de escolas da rede municipal de Recife (PE). As escolas em que a pesquisa empírica foi realizada foram escolhidas em função do Ideb.

A pesquisadora captou apropriação de dados do Ideb na gestão, por exemplo, como “subsídios para a organização administrativa e pedagógica” (ESCOBAR, 2010, p. 74). A pesquisa ainda explorou fatores para a obtenção de baixo ou de alto Ideb pelas escolas; no entanto, a ênfase aos desdobramentos do uso de informação e avaliação preponderou em sua investigação.

Fernandes, M. A. (2010) discutiu qualidade da educação, tomando como referência o Ideb. A questão da qualidade foi abordada em duas perspectivas: políticas públicas, especificamente no que concerne ao PDE e ao Ideb neste contexto; e, em contraposição, as proposições da educação libertadora, a partir do referencial teórico de Paulo Freire.

Estabeleceu-se o seguinte problema de pesquisa: “Como as escolas públicas do município de Juara-MT estão concebendo e refletindo sobre as políticas públicas do MEC, de maneira específica os índices do IDEB, na perspectiva da melhoria da qualidade da educação?” (FERNANDES, M. A., 2010, p. 16).

O trabalho utilizou abordagem qualitativa, com pesquisa bibliográfica quanto ao referencial teórico sobre qualidade, e pesquisa de campo com coleta de dados por meio de questionário e entrevista. A análise foi feita a partir da interpretação dos dados obtidos à luz

dos autores estudados. O campo empírico compreendeu três unidades escolares do município de Juara (MT), com aplicação de questionário a professores e entrevista a coordenadores e docentes.

Nos instrumentos de coleta de dados, abordou a influência do Ideb no planejamento de aulas, se a escola praticava a autoavaliação a partir do Índice obtido e, ainda, investigou “ações estabelecidas na escola para melhoria dos índices apontados pelo IDEB” (FERNANDES, M. A., 2010, p. 27). Como resultados, a pesquisadora afirma que o Ideb tem influenciado práticas pedagógicas e provocado um “engessamento” do currículo, além de gerar reflexões acerca da qualidade.

Gewehr (2010) tratou de políticas de avaliação da educação básica, com o objetivo de analisar impactos de tais políticas para a qualidade do ensino. Optou por pesquisa qualitativa, baseada em levantamento bibliográfico sobre tais assuntos e dados empíricos obtidos por meio de entrevista e questionário.

O estudo foi realizado em seis escolas municipais de Pato Branco (PR), tendo como perspectiva repercussões de políticas de avaliação “no âmbito das escolas públicas, para efetiva educação básica de qualidade para todos” (GEWEHR, 2010, p. 11). Entre os objetivos específicos, a pesquisa procurou associar relações entre gestão e dados do Saeb.

A repercussão do Ideb foi analisada pela autora quanto a “mudanças percebidas nas escolas a partir da divulgação dos dados” (GEWEHR, 2010, p. 79), contribuições para a gestão pedagógica, além de alterações nas práticas pedagógicas. A partir da constatação de que 73% dos professores consultados afirmaram realizar mudanças e revisões em seus planejamentos pedagógicos em função do Ideb, elaborou um quadro com as contribuições do Índice para o trabalho docente, incluindo reflexões sobre prática, melhoria na qualidade da aula, motivação e outros aspectos.

Souza, M. H. (2010) analisou a implantação do PAR em municípios do Mato Grosso. Nos capítulos iniciais do trabalho, o Ideb aparece no contexto das reflexões teóricas sobre políticas públicas educacionais e na apresentação do PDE e do PAR. No capítulo 3, em que analisa a elaboração do PAR no Mato Grosso, um dos tópicos de análise se refere aos resultados do Ideb. Esses dados foram utilizados como indicador de resultado da implementação do programa investigado.

Ao que tudo indica, o estabelecimento da priorização de alguma forma conseguiu alavancar os resultados insatisfatórios do IDEB 2005 para uma condição muito positiva no IDEB 2007. Parece ter sido uma decisão acertada, uma vez que nos

resultados aferidos pelo IDEB em 2007, em Mato Grosso, todos os prioritários atingiram ou superaram as metas projetadas, exceção única ao município de Várzea Grande, que manteve seu resultado de 2005, mas isso somente para os anos finais do ensino fundamental (SOUZA, M. H., 2010, p. 129).

Amorim (2011) analisou a concepção de qualidade da educação atrelada ao PDE. A autora realizou uma pesquisa de abordagem qualitativa, utilizando-se de análise bibliográfica e estudo de caso – com coleta de dados em fonte documental e entrevista, para “compreender as implicações dessa política na concepção de qualidade dos sistemas municipais de educação de dois municípios do Estado de Mato Grosso do Sul” (AMORIM, 2011, p. 02).

O campo empírico da pesquisa foi composto pelos municípios de Dourados e Ponta Porã, selecionados em função do número de habitantes e de terem apresentado Ideb inferior a 4,2 nas séries finais do ensino fundamental — uma vez que a pesquisa compreendeu análise da implementação do PAR.

Em sua análise bibliográfica, identificou o papel do Ideb como instrumento de aferição de resultados e indução de programas e ações governamentais, no contexto do PDE:

Atualmente todas as ações voltadas para a melhoria da qualidade da educação básica brasileira estão direcionadas para a elevação do Ideb, o que se configura como uma corrida em busca de dados estatísticos cada vez mais altos (...) (AMORIM, 2011, p. 52).

A ideia de qualidade da educação representada pelo Ideb aparece entre os resultados da pesquisa, referentes tanto à análise bibliográfica quanto aos dados da pesquisa empírica.

Conclui-se que, se por um lado, os municípios estão abrindo mão de uma formulação própria de conceito de qualidade que venha a caracterizar o contexto local, por uma concepção nacional pautada em um montante de características e fatores que a educação deve englobar para dar consequência à elevação do Ideb (AMORIM, 2011, p. 140).

Damasio (2011) examinou o desenvolvimento institucional do Inep. A pesquisa foi composta por uma análise conjuntural, voltada aos processos históricos e de contexto relativos a mudanças no órgão, e por uma análise de sua trajetória, destacando transformações e continuidades.

A mudança institucional do Inep, tal como captada pelo autor, tem centralidade nas iniciativas de avaliação de resultados ou desempenho educacional, em que o Ideb aparece como uma das inovações:

A partir de uma parceria com o Banco Mundial, foi desenhado um mecanismo [de] avaliação, que mais tarde viria a se chamar Saeb. As mudanças ocorridas no Inep [...] possibilitaram o aperfeiçoamento e a ampliação dos indicadores, com a adesão ao Pisa e a criação do Enem, Enade, Provinha Brasil, Ideb etc (DAMASIO, 2011, p. 44).

O Ideb é mencionado no contexto de iniciativas de mudança institucional do Inep, com efeitos na política pública educacional do País:

Vale ressaltar que, depois do crescimento do Inep, este órgão passou a se confundir com a própria política de educação. De fato, o Inep se tornou o braço de avaliação do Ministério da Educação. Qualquer mudança importante dentro do Inep ou de suas metodologias de avaliação impacta sobre a política de educação. A partir da Prova Brasil, foi construído o Ideb, que se tornou o indicador-referência para avaliação e julgamento da qualidade das escolas públicas. Estas medidas ampliaram o grau de accountability do Inep e também construíram mecanismos para tomada de decisão de política pública (DAMASIO, 2011, p. 110).

Assim, o Ideb é caracterizado nessa pesquisa como um dos elementos ou instrumentos que caracterizam a mudança institucional pela qual o Inep passou e que influencia na política pública educacional brasileira. No entanto, essa tônica é diferente da de outros trabalhos deste agrupamento, em que os pesquisadores captam como o Ideb tornou-se um mecanismo indutor ou influenciou alguma política/programa ou gestão. Importante considerar que as menções ao Ideb no texto são um tanto sucintas.

Deusdará (2011) problematizou expectativas sobre o trabalho do professor, em um contexto de tensão entre políticas públicas, formação docente e prática profissional. Trata-se de uma tese no campo da Psicologia, em que o autor trabalhou com perspectiva teórica da psicologia social e da linguística.

O objetivo da pesquisa foi “discutir as expectativas sobre o trabalho de formação na escola a partir do confronto entre documentos oficiais e textos produzidos em grupo de discussão por licenciados e professores [...]” (DEUSDARÁ, 2011, p. 22).

Dentre as análises, o autor discute o PDE, incluindo o Ideb. Sob a perspectiva teórica da linguística, analisa a criação do Ideb a partir de conceito de “gênero do discurso”, o que lhe permite afirmar que “além de pretender aferir dados que procurem objetivar a qualidade da educação, o IDEB apresenta-se também como forma de controle a partir da qual se poderia verificar” o cumprimento do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (DEUSDARÁ, 2011, p. 103).

A tese apresenta outras análises, mas aqui foram mencionadas as referentes ao Ideb. O autor sugere que o Índice funciona como mecanismo de indução de políticas — quando discute o PDE — e como gênero do discurso no que se refere a tarefas atribuídas ao professor perante as metas e estratégias referenciadas no Ideb.

Lima, W. (2011) investigou a atuação de conselhos escolares em relação a qualidade da educação escolar, sendo esta representada pelo Ideb. A autora realizou pesquisa de caráter qualitativo, por meio de análise documental. Além de consulta a documentos oficiais municipais e federais com diretrizes sobre o Ideb e sobre Conselhos Escolares, foram colhidos dados nas atas de reuniões de Conselho de três escolas municipais de Cubatão (SP).

Da análise das atas de conselho das escolas selecionadas, a pesquisadora apresenta a constatação de que

no registro das atas não percebemos qualquer menção específica sobre o IDEB, tanto na recepção quanto na divulgação de seus resultados. No entanto, percebemos discussões que perpassam em todo universo da escola em questões ligadas a qualidade e a breve citação sobre a PROVA BRASIL e o SARESP (LIMA, W., 2011, p. 128).

A pesquisadora aponta ter encontrado referências à qualidade da educação nos dados analisados: “[...] foram discutidas questões essenciais ao universo escolar e uma ligação íntima com a qualidade escolhida e discutida pela comunidade escolar” (LIMA, W., 2011, p. 133).

Oliveira, A. P. (2011) investigou a regulação do Estado por meio de avaliação externa. A pesquisadora desenvolveu estudo exploratório de abordagem qualitativa – com coleta de dados por pesquisa documental e entrevista – para analisar como resultados da Prova Brasil subsidiaram a Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal (SEE/DF) na busca por melhoria da qualidade do ensino fundamental. Os dados foram tratados na perspectiva da análise de conteúdo.

Ao analisar elementos de regulação estatal atrelados à Prova Brasil, identificou uma série de ações e medidas decorrentes do Ideb. “Temos assim uma explícita ênfase no controle do alcance das notas projetadas para o Ideb até 2021. Parece-nos, então, que a confiabilidade técnica atribuída ao Ideb tem sido suficiente para apontar escolas com ou sem qualidade” (OLIVEIRA, A. P., 2011, p. 140).

Dentre os resultados da pesquisa, interpreta que a Prova Brasil tem servido a regulação de controle, em detrimento de suporte a medidas que propiciem a busca por qualidade, e que a Prova Brasil e o Ideb “influenciaram as ações dos gestores da Secretaria, visto que investiram em aspectos normativos, programas e cursos para atingir as demandas do governo federal” (OLIVEIRA, A. P., p. 226).

Também sobre a Prova Brasil, mas com foco na formação de professores do ensino fundamental, Oliveira. L. D. (2011) investigou como essa avaliação afetou a rede municipal de Florianópolis. Trata-se de estudo com base em análise documental de dados de avaliações externas e indicadores, além de documentos dos programas de formação continuada realizados entre 2005 e 2010 na localidade.

Em suas análises, a pesquisadora identificou, por parte da gestão municipal, “a intenção de intervir na formação continuada dos professores para tentar melhorar os resultados dos estudantes nas avaliações externas” (OLIVEIRA, L. D., 2011, p. 88). E destacou que “a vinculação, observada nos documentos, da formação continuada de professores com a melhoria dos indicadores de desempenho dos estudantes” (OLIVEIRA, L. D., 2011, p. 120) tornou-se objeto de mudanças mais evidentes a partir da publicação do Ideb.

Trata-se de pesquisa que toma a Prova Brasil como objeto, mas no contexto da análise são observados os efeitos do Ideb nas políticas públicas educacionais, como nas de formação continuada de professores.

Ovando (2011) abordou a incorporação da avaliação na política educacional de municípios, procurando compreender como se dá tal apropriação tendo em vista a melhoria da qualidade no que se refere ao ensino fundamental.

A autora participou da pesquisa “Bons Resultados no Ideb: Estudo Exploratório de Fatores Explicativos”, resultando dessa participação o critério de seleção do campo empírico – composto por dez redes escolares municipais de Mato Grosso do Sul que se destacaram no Ideb de 2007 (as cinco com maiores índices e as cinco com maior variação positiva entre as edições 2005 e 2007).

O trabalho se caracterizou por metodologia mista (quantitativa e qualitativa), com dados coletados por meio de entrevista, observação, questionário, documentos e bases de dados do Inep. Os resultados de sua pesquisa apontaram para o funcionamento do Ideb como indutor de políticas educacionais nos municípios:

a incorporação das avaliações externas à política educacional municipal tem sido crescente mediante impulso do Ideb; a ênfase da qualidade expressa no Ideb figura com prioridade na política/gestão das redes; a apropriação da avaliação externa enseja iniciativas próprias de avaliação e iniciativas de monitoramento do desempenho dos alunos; o monitoramento local pode ser fator concorrente para ganhos das redes no Ideb. (OVANDO, 2011, página do resumo)

Pieri (2011) analisou o impacto do Ideb na reeleição de prefeitos em municípios brasileiros. O autor testou “a hipótese de que existe um efeito causal da qualidade da educação (medida pelo índice IDEB) sobre a probabilidade de reeleição de prefeitos” (PIERI, 2011, p. 37).

Pieri entende o Ideb em um “sistema de *accountability*” da educação brasileira, associado à ideia de qualidade em educação:

“O IDEB passa a ser o instrumento que informa à população a qualidade da educação produzida nas escolas, permitindo aos alunos e responsáveis escolher a melhor escola para desenvolver os estudos e criando um canal informacional que pode ser utilizado para pressionar professores, diretores e demais gestores responsáveis por melhorias na qualidade do ensino” (PIERI, 2011, p. 27).

A hipótese central do autor foi respondida com a afirmação de que “o IDEB 2007 impacta, na média, positivamente a probabilidade de reeleição do prefeito, sendo que um aumento em uma unidade do IDEB aumenta a probabilidade de reeleição do prefeito em torno de 4.5 pontos percentuais, em média” (PIERI, 2011, p. 87).

Este trabalho analisou efeitos do Ideb na reeleição. Como tem uma abordagem generalista sobre qualidade da educação e sobre a demanda da população quanto a essa ideia, o impacto ou efeito do Ideb em políticas públicas educacionais, neste caso, é tratado de forma indireta.

Ramires (2011) analisou ações intraescolares que contribuem para aproximar a escola da família. O campo empírico para o desenvolvimento da pesquisa foi composto por escolas de diferentes redes municipais do Mato Grosso do Sul que apresentaram maior evolução no Ideb entre as edições de 2005 e 2007.

A seleção dessas unidades de ensino decorreu de participação da autora na pesquisa “Bons resultados no Ideb: estudo exploratório de fatores explicativos”. Os dados analisados quanto às ações intraescolares relativas à aproximação escola-família foram coletados por meio de entrevista e questionário, utilizados na referida pesquisa.

Em suas análises, a pesquisadora constatou “que o Ideb serviu para induzir ações escolares. O indicador impactou na atuação docente, repercutindo no envolvimento com a família, com vistas a melhorar a qualidade do ensino-aprendizagem dos alunos” (RAMIRES, 2011, p. 88).

Rosa, M. (2011) investigou ações de gestão escolar e administrativo-pedagógicas relacionadas a políticas do PDE e do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE Escola), estendendo seu estudo ao Ideb em função da vinculação do índice com tais programas, além de utilizá-lo como referencial de qualidade da educação.

Trata-se de pesquisa com abordagem qualitativa e quantitativa, utilizando como procedimento de coleta de dados entrevista semiestruturada, questionário e pesquisa bibliográfica. Nos capítulos teóricos da dissertação, o Ideb foi apresentado como um indicador de qualidade da educação. A partir dessa premissa, a pesquisa analisou, em uma escola pública de ensino fundamental de Duque de Caxias (RJ), as “ações da gestão escolar beneficiadas com as políticas oriundas do PDE no PDE Escola para melhoria de aprendizagem dos alunos e [...] as intenções e ações didático administrativo-pedagógica, em 2010, da escola investigada” (ROSA, M., 2011, p. 24).

A pesquisa, em sua análise quantitativa, “buscou traçar o panorama do desempenho escolar da rede municipal de Duque de Caxias, analisando os resultados do IDEB e da Prova Brasil 2005, 2007 e 2009 [...]” (ROSA, M., 2011, p. 111). O estudo mostrou que o município superou as metas do Ideb de 2007 e 2009 para ensino fundamental (anos iniciais e finais), mas distanciou-se negativamente da média Brasil.

Tais dados deram suporte à segunda parte da pesquisa, em que a autora procurou entender os desdobramentos dos programas do PDE, especificamente o PDE Escola, e a distribuição de recursos em função do Ideb. A unidade escolar escolhida para campo empírico teve como critério de seleção ser contemplada com recursos do PDE Escola devido ao Ideb de 2009.

Os dados coletados apontaram uma série de medidas adotadas pela escola a partir dos resultados do Ideb e de avaliações. A autora registra:

constatamos que houve envolvimento da equipe escolar em função da perspectiva dos resultados do IDEB em 2011, com atenção particular aos descritores da Prova Brasil. Também é clara, na segunda resposta, uma das finalidades da Prova Brasil. Mais adiante, por meio de relatos da diretora Delta D, constatamos que algumas dessas intenções e ações se efetivaram no conjunto escolar na busca de melhoria da qualidade do ensino fundamental (ROSA, M., 2011, p. 131).

A autora concluiu que “há evidências de políticas públicas para a melhoria do desempenho escolar do ensino fundamental na escola investigada”, no que ela denomina de “intenções e ações à luz do IDEB” (ROSA, M., 2011, p. 136).

Santana, K. (2011) realizou pesquisa sobre financiamento educacional, analisando os efeitos do recebimento de recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) na gestão escolar e no atendimento às metas do Ideb.

Como a distribuição de recursos do PDDE pelo Governo Federal está atrelada aos resultados do Ideb, a autora propôs como objetivo específico “compreender a relação estabelecida pelas escolas pesquisadas entre a gestão dos recursos do PDDE e o IDEB, bem como as estratégias de adequação ou elevação desse índice” (SANTANA, K., 2011, p. 3).

Trata-se de pesquisa qualitativa, desenvolvida por meio de estudo de caso. Como instrumentos de coleta de dados, utilizou entrevista semiestrutura e análise documental, tratados por técnicas de análise de conteúdo. O campo empírico foi composto por duas escolas públicas urbanas do município de Viçosa (MG), com Ideb acima e abaixo da média nacional em 2007 “e que, por esse motivo, passaram a receber do Governo Federal um aporte de recursos oriundos do PDDE¹⁵” (SANTANA, K., 2011, p. 02).

A pesquisa analisou se houve mudanças na gestão das unidades que receberam o recurso do PDDE sob a influência do Ideb. A premissa era de que o Ideb consiste em “estratégia governamental que também contribui para regulação e modificação do trabalho empreendido pelos profissionais da educação” (SANTANA, K., 2011, p. 05). Em suas análises, encontrou indícios de que

as UExs participantes da pesquisa não recebem informações a respeito da porcentagem a mais recebida por meio do PDDE em função do IDEB, de modo que os recursos enviados pelo FNDE para estas escolas via PDDE, a título de incentivo, são geridos pelas UExs representantes dessas escolas, com a mesma finalidade e os mesmos objetivos dos demais recursos de capital e custeio recebidos pelas mesmas (SANTANA, K., 2011, p. 06).

Os resultados indicaram que

o PDDE parece não conseguir promover, de forma direta e eficaz, uma mudança das estratégias de gestão a nível local. Além disso, não consegue mudar a gestão e o

¹⁵ Segundo a autora, tanto as escolas com baixo desempenho como as com alto desempenho, recebem uma parcela de recursos extra, a título de incentivo.

trabalho desenvolvido nestas instituições a fim de atender os propósitos de qualidade estabelecidos pelo IDEB (SANTANA, K., 2011, página do resumo).

Alves, C. (2012) investigou como a formação dos atributos inerentes à prática docente se desenvolve no “campo de tensão constituído pelos indicadores de qualidade (Ideb e Idesp) e demais elementos do contexto escolar” (ALVES, C., 2012, p. 18). Entre os objetivos específicos, procurou “compreender os possíveis efeitos dos indicadores de qualidade (Ideb e Idesp) na constituição da profissionalidade dos professores.” (ALVES, C., 2012, p. 19)

A pesquisa realizou-se em duas escolas públicas de ensino fundamental (anos finais) e médio, na região metropolitana de São Paulo, com coleta de dados por análise documental, observação participante, questionário e entrevista. Os dados foram analisados na perspectiva de estudos sobre os descritores de profissionalidade docente.

O Ideb foi um dos critérios de escolha das unidades que serviram como campo empírico da pesquisa — sendo uma escola com maior e outra com menor Ideb na edição de 2007 para os anos finais do ensino fundamental, ambas dentro de determinada região metropolitana de São Paulo.

Na análise acerca de efeitos de indicadores de qualidade sobre as questões de profissionalidade docente, o pesquisador identificou que “os dados relativos à coleta de documentos, observações e entrevistas expuseram o Idesp como indicador mais conhecido dos professores. Pouca ênfase foi dispensada ao Ideb” (ALVES, C., 2012, p. 141).

Outro resultado da análise atribuiu “a esses indicadores pouco peso sobre os descritores de profissionalidade” (ALVES, C., 2012, p. 142), devido a posicionamentos diferentes dos entrevistados sobre o quanto o Idesp e o Ideb influenciam as características estudadas.

Antonini (2012) analisou em sua tese o tipo de mobilização social praticada pelo governo federal por meio do Plano de Mobilização Social pela Educação (PMSE) – um programa desenvolvido no bojo do PDE. O objetivo da pesquisa foi identificar se o PMSE tornou-se “um instrumento de busca de consenso em torno de uma política educacional e pode estar dando um novo sentido ao conceito de mobilização social pela educação” (ANTONINI, 2012, p. 19).

A autora considera o Ideb como um dos instrumentos do PDE que disseminam mobilização restrita: gera consenso, mas também desmobilização social, por outro lado. O Ideb foi incorporado no contexto do PDE.

A análise, de caráter documental, baseada em referencial teórico sobre as categorias de cidadania, legitimidade e mobilização social, compreendeu uma comparação entre as características da mobilização ocorrida no PMSE e, em momento anterior, no Plano Nacional de Educação (ANTONINI, 2012, p. 104).

Cardoso (2012) analisou a atuação do conselho escolar no que se refere a uma de suas atribuições: o processo de avaliação institucional. A pesquisa foi realizada em uma escola pública de ensino fundamental e médio de Paracatu (MG).

Com abordagem qualitativa, baseada em análise documental e estudo de caso, e coleta de dados por meio de pesquisa documental e entrevista, a autora empreendeu análise partindo do pressuposto de que “a participação do Colegiado Escolar se reflete na melhoria da qualidade da aprendizagem constatada por meio do IDEB” (CARDOSO, 2012, p. 17), além de avaliações nacionais e estaduais.

A autora considera que o “Conselho Escolar, chamado em Minas Gerais de Colegiado Escolar, deverá ter um papel relevante na análise do IDEB da escola e dos resultados [de avaliações] para assim conseguir cumprir com a sua função político-pedagógica” (CARDOSO, 2012, p. 48).

A análise de atas de reuniões do conselho e de entrevistas indicou ausência de referências ao Ideb. “A pesquisa permitiu concluir que o colegiado estudado não teve uma participação efetiva no processo de avaliação institucional” (CARDOSO, 2012, p. 91), o que levou à conclusão de que o conselho carece de atuação favorável à democratização da gestão escolar.

Corrêa (2012) analisou indicadores do Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais na Rede Municipal de Ensino de Campo Grande (Reme), com abordagem contextualizada em políticas públicas do governo federal, tendo em perspectiva o PDE como plano executivo da educação nacional e o PAR como seu meio de execução.

Trata-se de pesquisa qualitativa, baseada em levantamento e análise documental, adotando como fundamento epistemológico o materialismo histórico dialético. O referencial teórico abarcou o campo de políticas públicas de educação e educação especial.

A autora confirmou sua hipótese de que “o apoio técnico oferecido pelo MEC, por meio do PAR, não garante a multifuncionalidade das Salas de Recursos Multifuncionais na Reme de Campo Grande” (CORRÊA, 2012, p. 34), pois identificou que a “abrangência da

oferta a alunos da educação especial não foi ampliada, na mesma proporção, que a expansão do número dessas salas com o apoio técnico do MEC” (CORRÊA, 2012, p. 196). A autora apontou que o município possui grande número de atendimentos por meio de convênios e parcerias com instituições especializadas de natureza privada.

Entre os resultados da pesquisa, constatou “intrínseca relação entre a ampliação das Salas de Recursos Multifuncionais na Reme de Campo Grande e, a execução da política educacional com o PDE/PAR, particularmente, o poder de indução desse programa na política local” (CORRÊA, 2012, p. 195).

O Ideb é abordado na tese como um dos elementos de indução das políticas públicas federais sobre a esfera municipal. Em um primeiro momento, ela cita o compromisso assumido pelo município com as metas do governo federal ao criar índice próprio, nos moldes do Ideb. A autora ainda considera o fato de o município de Campo Grande ter apresentado elevação constante do Ideb, acima das metas projetadas para 2007 e 2009. Assim, mesmo não estando no grupo de municípios prioritários (baixo Ideb) para o PAR, adotou o Plano.

O fato de a Reme de Campo Grande receber 'apoio técnico' do MEC para a implantação de Salas de Recursos Multifuncionais muito além da meta estabelecida na ação do PAR, possivelmente, seja decorrência do seu índice do Ideb em constante elevação e que supera as metas projetadas, ampliando assim a margem do apoio recebido do governo federal, ou seja, uma estratégia de regulação do Estado, pelo MEC, para estimular os municípios brasileiros que apresentam elevados índices do Ideb, à manutenção dos seus indicadores (CORRÊA, 2012, p. 177).

Fernandes (2012) encontrou indícios de mudanças em práticas de professoras, voltadas para preparar alunos a ter bom desempenho na Prova Brasil, com a finalidade de elevação do Ideb. Este foi um dos resultados da pesquisa, que teve como objetivo

mapear a visão dos professores que atuam no 5º ano do Ensino Fundamental sobre a Prova Brasil, a concepção de avaliação que ela revela e identificar se os resultados dessa prova demandam mudanças de suas práticas pedagógicas e, em caso positivo, como isso se dá (FERNANDES, 2012, p. 14).

Trata-se de pesquisa qualitativa, composta por revisão bibliográfica sobre avaliação sistêmica, análise documental e entrevistas. A análise foi feita com base na perspectiva teórico-metodológica do materialismo histórico dialético. As entrevistas foram realizadas com professoras de seis escolas no município de Juiz de Fora (MG), sendo cinco da rede municipal de ensino e uma da rede estadual. As unidades foram selecionadas utilizando o Ideb de 2009

para os anos iniciais do ensino fundamental, procurando incluir contrastes entre alto e baixo Ideb.

Ferreira (2012) analisou dois aspectos de gestão escolar na implementação do Programa Mais Educação: participação da comunidade escolar para tomada de decisão e mudanças provocadas pelo programa na própria gestão.

A pesquisa, de caráter qualitativo, consistiu em estudo de caso em uma escola municipal de Salvador, com coleta de dados por meio de observação, entrevista e questionário. A análise foi realizada à luz de referencial teórico do campo da gestão escolar, gestão participativa e educação em tempo integral.

Da leitura dos documentos oficiais sobre o programa, a autora destaca, em diferentes passagens, o Ideb (baixo) como critério para priorizar as unidades escolares que receberão o programa. Na análise de dados das entrevistas, entre outros aspectos, a pesquisadora identificou o Ideb como um dos fatores para adoção do Programa Mais Educação na unidade escolar, conforme relata: “nota-se na fala de ambas, a preocupação com a comunidade, com as crianças nas ruas e o baixo IDEB da escola” (FERREIRA, 2012, p. 69).

O Ideb foi uma das motivações para a escola aderir ao programa: “no caso da escola, optaram por uma solução mais satisfatória que foi a implantação do Programa Mais Educação para resolver dois problemas que a escola tinha: aumentar o IDEB e auxiliar a comunidade” (FERREIRA, 2012, p. 101). Ainda, questiona o fato de a escola ter apresentado diminuição do Ideb, de 4,3 em 2007 para 4,2 em 2009, reconhecendo que se trata de assunto para outra investigação.

Grinkraut (2012) analisou as relações intergovernamentais entre os entes federados brasileiros, especificamente entre União e municípios, no que se refere a “gestão local da política educacional, identificando os conflitos, interesses e demandas sociais que têm sido reconhecidos e/ou evidenciados” (GRINKRAUT, 2012, p. 3) no contexto do PDE.

Trata-se de estudo de abordagem qualitativa, em que a coleta de dados foi feita por análise bibliográfica e documental, além de recorrer a estudo de caso, com informações coletadas por meio de observação e entrevista. A análise foi realizada em “abordagem sociológica, procurando identificar os conflitos presentes nas políticas educacionais no Estado capitalista” (GRINKRAUT, 2012, p. 62). A seleção de dois municípios para o estudo de caso

recorreu a critério baseado no Ideb, por procurar um município prioritário e outro não prioritário.

A pesquisa identificou uma série de implicações do uso de resultados de avaliações externas que são sintetizadas no Ideb. A autora afirma que “o IDEB exerce um papel fundamental na dinâmica estabelecida entre a União e os demais entes federados” (GRINKRAUT, 2012, p. 125). “Nos dois municípios estudados constatou-se a utilização dos resultados do IDEB por vários órgãos e instituições, relacionados direta ou indiretamente com a gestão educacional local” (GRINKRAUT, 2012, p. 126). Análises referentes a efeitos do Ideb na formulação de políticas indicam que ocorre pressão sobre as escolas por resultados em avaliação, em programas de formação continuada de professores e controle sobre o trabalho docente.

Entre as conclusões, a pesquisa destaca que “os processos desencadeados a partir da divulgação dos resultados do IDEB interferiram mais na gestão educacional dos municípios analisados, do que os demais mecanismos introduzidos pelo PDE” (GRINKRAUT, 2012, p. 181).

Marchand (2012) analisou regulação na relação entre a União e municípios do Rio Grande do Sul no âmbito do PAR. Trata-se de pesquisa qualitativa, com dados coletados por análise documental, entrevista e questionário. O tratamento consistiu em “análise de políticas públicas por meio do modelo denominado de ciclo de política pública” (MARCHAND, 2012, p. 15).

A autora identifica o Ideb como “um dos componentes deste processo regulatório instituído pelo Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação e pela elaboração do Plano de Ações Articuladas” (MARCHAND, 2012, p. 134).

Martins (2012) investigou como o PDE efetivou-se, por meio do PAR, no município de São Miguel do Guamá (PA), no período de 2008 a 2011. O tema desenvolveu-se no contexto teórico do regime de colaboração entre os entes federados e a União, no que concerne a políticas públicas educacionais.

Trata-se de pesquisa qualitativa, com revisão bibliográfica e pesquisa de campo, com coleta de dados por meio de levantamento documental, entrevista e observação. O Ideb é mencionado na caracterização do município selecionado como campo empírico da pesquisa, pois coloca-o entre os prioritários para receber programas do PDE por parte da União.

No capítulo em que a autora analisa e descreve o PDE, o Ideb é apresentado atrelado à ideia de qualidade. A análise sobre a implementação do PAR no município faz referência às metas do Ideb.

O quadro demonstra que a partir de 2007 o município vem superando a meta projetada pelo IDEB para os anos de 2007 e 2009, o que nos conduz a levantar a hipótese que a partir do momento em que o município adere ao Plano de Ações Articuladas (PAR) as ações podem se encaminhar na direção de atingir as metas estipuladas pelo índice (MARTINS, 2012, p. 28).

Melo (2012) procurou verificar implicações dos resultados da Prova Brasil no processo de ensino-aprendizagem, tomando como campo empírico uma unidade escolar da rede municipal de ensino fundamental do município de São Desidério (BA). A pesquisadora justificou o foco do estudo em função da evolução positiva obtida no Ideb entre as edições de 2007 e 2009, tanto pela escola analisada quanto pelo município.

Trata-se de pesquisa qualitativa, baseada em estudo de caso, com coleta de dados por meio de análise documental e entrevista. O tratamento foi feito por análise de conteúdo, recorrendo a pesquisa bibliográfica para o referencial teórico.

Ao longo da análise, apresentam-se ações e medidas tomadas pela escola atribuídas à divulgação dos resultados do Ideb, como quando a autora relata que “identificou-se por meio de algumas falas dos entrevistados a presença de momentos de reflexão e planejamento para o entendimento dos princípios que norteiam a Prova Brasil e o IDEB” (MELO, 2012, p. 50). Um dos resultados elencados aponta que certo “conjunto de ações realizado coletivamente pela equipe pedagógica e administrativa da referida escola teve início a partir dos resultados do IDEB de 2007” (MELO, 2012, p. 77).

Pereira (2012) toma como objeto de estudo “o discurso sobre a leitura nos documentos do PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes) e IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica)” (PEREIRA, 2012, p. 22). Apoiada em referencial da teoria histórico cultural e da filosofia da educação (nos discursos de Fernando Bárcena), a autora realizou sua análise com “o objetivo de discutir qual o discurso de leitura e leitor que essas avaliações agregam – sob o ponto de vista da linguagem” (PEREIRA, 2012, p. 36).

Nos capítulos iniciais do texto, o Ideb é apresentado no contexto do Saeb e em sua relação com o Pisa.

As concepções que se mostram no PISA são reafirmadas pelo IDEB, que responde às avaliações externas de leitura na escola e trata de organizar as avaliações de

leitura no Brasil a partir do que se justifica como necessidade de corresponder à economia mundial e metas estabelecidas pelo Todos pela Educação, referido diretamente à OCDE quanto aos motivos de metas para a educação brasileira e os desempenhos em leitura (PEREIRA, 2012, p. 51).

A autora constata que o discurso de leitura atrelado ao Ideb é baseado na ideia de letramento, relacionado à avaliação por habilidades e competências. “Os conceitos arrolados no discurso do IDEB baseiam-se na ideia de letramento para sustentar a de avaliação por habilidades e competências, reduzidas a uma ‘Matriz de Referência’” (PEREIRA, 2012, p. 76). Em contraposição aos conceitos analisados, apresenta sua tese de leitura como afetamento, objeto portador de sentido e humanidade, em processo de criação e recriação.

Picone (2012) identificou efeitos do Ideb na gestão pública e nas práticas cotidianas de escolas de ensino fundamental (séries iniciais) da rede municipal de Curitiba. A pesquisadora partiu do objetivo de “analisar as possibilidades e fragilidades do IDEB ao medir os resultados da aprendizagem nas escolas” (PICONE, 2012, p. 14) e realizou a análise a partir de questionários a gestores e professores.

O Ideb foi analisado no contexto do PDE e de políticas públicas educacionais. A pesquisa se desenvolveu sob a perspectiva teórico-metodológica do materialismo histórico, com referencial teórico do campo da avaliação. A abordagem qualitativa compreendeu análise documental e pesquisa de campo, com coleta de dados por meio de questionário a 22 professores e dois secretários de educação (estadual e municipal).

A análise dos questionários entregues às secretarias Municipal e Estadual de Educação apontou “grande envolvimento de ambas com a organização e valorização da política externa de avaliação” e “encaminhamento do trabalho pedagógico com referência no IDEB” (PICONE, 2012, p. 67). Ações com o objetivo de melhorar o Ideb, como formação continuada e ações específicas para escolas também foram mencionadas.

A análise dos questionários respondidos por professores mostrou conhecimento do Ideb pela maioria. Na percepção dos professores, o acompanhamento de seu trabalho pela escola reflete como cobrança por resultados e pressão por melhoria do índice, além de treinamento para provas e foco nos conteúdos das avaliações.

A autora conclui que há distanciamento entre a posição das secretarias de Educação e a percepção de professores:

evidenciam-se as contradições entre idealização e aplicação, entre o que pensa e fantasia quem elabora as políticas públicas educacionais, e que não conhece a realidade das comunidades, dos profissionais, dos alunos, e os que vivenciam tal realidade a ponto de saberem, sem muito filosofar, do que realmente precisa a educação (PICONE, 2012, p. 84).

Pimenta (2012) abordou as influências das avaliações externas no trabalho de coordenadores pedagógicos da rede de Indaiatuba (SP). Ao longo da investigação, tais influências, ou uso de resultados de avaliações externas, acabam se referindo, por extensão, ao uso de dados do Ideb. Nas considerações finais, a pesquisadora afirma que a criação do Ideb, em 2007, foi um dos fatores que impulsionou “um movimento de escolas e municípios com o objetivo de utilizar os materiais e dados produzidos pelas avaliações” (PIMENTA, 2012, p. 121).

Pimenta (2012) participou do estudo "Bons Resultados no Ideb: Estudo Exploratório de Fatores Explicativos" e realizou uma pesquisa com abordagem quantitativa e qualitativa, com coleta de dados por meio de questionário, entrevista e pesquisa bibliográfica. No campo empírico em que a pesquisa foi realizada – rede municipal de educação de Indaiatuba –, identificou que havia menções ao Ideb como componente da avaliação de docentes do município, entre os exemplos de implicação de avaliações externas para a gestão pedagógica e o trabalho escolar.

O estudo de Roos (2012), sobre o PAR, teve como objetivo “problematizar o sentido de adesão ao Compromisso Todos Pela Educação e verificar as dificuldades enfrentadas pela gestão municipal no planejamento e na efetivação das ações do PAR” (ROOS, 2012, p.15).

Trata-se de pesquisa qualitativa, com análise documental e entrevista, tomando como campo empírico os municípios de Novo Hamburgo e São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. O referencial teórico utiliza-se de conceitos sobre gestão e eficácia, políticas públicas educacionais e planejamento.

As análises da autora indicam que o PAR não considera condições de contexto das redes escolares municipais, nem condições políticas específicas dos municípios, tendo, por outro lado, oferecido benefícios como repasse de recursos e participação dos municípios em programas nacionais de formação continuada para professores. O Ideb é mencionado nas explicações sobre o PAR como parte do PDE, além de aparecer na caracterização dos municípios em que a pesquisa empírica se desenvolve.

A tese de Santos (2012) apresenta elementos de três agrupamentos de estudos sobre o Ideb, organizados para fins desta dissertação: identifica fatores associados à obtenção de alto ou de baixo Ideb por escolas; reconhece o Ideb como indicador de resultado de políticas educacionais e gestão; analisa possíveis efeitos do Ideb na formulação e/ou implantação de políticas e programas educacionais. Considerou-se, no entanto, sua ênfase no último aspecto para a classificação no âmbito deste estudo.

O objetivo do trabalho não foi, entretanto, identificar possíveis influências do Ideb na gestão educacional em dois municípios brasileiros. Antes, foi o de investigar a incorporação de avaliações externas por sistemas municipais de educação, a partir da análise de leis e com base em dois estudos de caso (com dados coletados por meio de entrevista).

Ao longo da análise, principalmente na parte de estudos de caso, o autor elencou uma série de efeitos de avaliações externas nas práticas de gestão e pedagógicas, e o fez tomando como referência o Ideb dos municípios e como tais municípios se relacionaram com o Índice.

[...] Embora as avaliações em larga escala postulem um indicador quantitativo, elas refletem internamente no contexto do sistema de ensino municipal. O índice atingido no IDEB movimenta as diversas instâncias da Educação, desde a gestão na Secretaria de Educação, até a sala de aula e os demais sujeitos envolvidos (SANTOS, 2012, p. 170).

Em seus relatos, o autor ofereceu exemplos detalhados do uso do Ideb como norteador de ações, como o caso em que “[...] A universidade forneceu profissionais para orientar os professores na organização pedagógica e nas dificuldades em sala de aula, e o [sistema de ensino] Uno Público, para melhorar o Ideb” (SANTOS, 2012, p. 180).

O autor também associou algumas características da gestão à obtenção de alto ou de baixo Ideb, o que o levaria a ser classificado no agrupamento com esta característica. No entanto, o mecanismo de identificar, relatar e analisar a indução do Ideb nas políticas e gestão das redes públicas de ensino recebeu mais ênfase na descrição e análise da pesquisa que o de explicitar fatores para obtenção de alto ou de baixo Ideb.

Schimonek (2012) pesquisou a gestão escolar e autonomia da escola. Por meio de análise dos processos de implantação do PDE Escola, procurou “constatar se as determinações legais e o estabelecido em tal Plano, no que concerne à autonomia das Unidades Educacionais, se efetivam na prática” (SCHIMONEK, 2012, p. 20).

Trata-se de pesquisa qualitativa, com estudo de caso, em que a coleta de dados se deu por meio de entrevista e questionário semiestruturados, análise documental e revisão bibliográfica. O campo empírico foi constituído por duas escolas de rede municipal de ensino de Limeira (SP) que, por terem apresentado Ideb abaixo da média nacional (que foi de 4,2 em 2007), tornaram-se elegíveis para receber o PDE Escola.

Para a autora, resultados da pesquisa apontam que houve imposição de metodologia padronizada e burocrática, traçada por órgãos centrais, o que não contribui para autonomia pedagógica, administrativa e financeira das escolas pesquisadas. Em suas análises, o Ideb é apresentado como instrumento indutor da política do PDE Escola, além de funcionar no contexto de responsabilização pelos resultados escolares. A autora observa que “a publicação do baixo IDEB impulsionou a equipe escolar a interiorizar a responsabilidade pelos resultados educacionais e a buscar novas metodologias de trabalho para superação do índice” (SCHIMONEK, 2012, p. 222).

Silva (2012) investigou medidas adotadas por gestores de escolas do município de Barra Mansa (RJ) que obtiveram aumento no Ideb entre as edições de 2007 e 2009. Seu objeto de estudo situou-se a partir de referencial teórico da eficácia escolar, sob a temática da qualidade da educação no Brasil.

A autora analisou dados coletados por meio de pesquisa documental, observação, entrevista e questionário, tendo realizado análise descritiva com interpretação baseada no referencial teórico.

A pesquisa partiu da análise e questionamento do Ideb do município para os anos iniciais do ensino fundamental nas edições de 2005, 2007 e 2009. Na edição de 2007, o índice sofreu queda. Dois anos depois, o município obteve elevação no indicador, apesar de ter ficado abaixo da meta.

Os resultados mostraram que houve elaboração de diagnóstico do resultado do Ideb de 2007 por gestores e consequente execução de projetos que levaram à elevação do índice na edição de 2009. A autora destaca a mobilização da comunidade escolar e fatores intraescolares como principais contribuições para a eficácia na promoção do progresso escolar.

Sousa (2012) analisou, em sua dissertação de mestrado, o PDE Escola na rede municipal de Salvador (BA), tendo como campo de investigação duas escolas. As unidades

escolares foram selecionadas em função do Ideb obtido nas edições 2005, 2007 e 2009 para os anos finais do ensino fundamental (uma escola com alto e outra com baixo índice). A autora reconhece o Ideb como indutor da universalização, revisão e adequação da metodologia do PDE Escola.

A pesquisa procurou estabelecer relações sobre o programa investigado e o Ideb, como um dos objetivos específicos. No entanto, o estudo enfatizou a análise do PDE Escola em sua implementação prática e os resultados da análise não verificaram relação entre implantação do programa e o Ideb (SOUSA, 2012, p. 86).

Stieg (2012) defendeu que a proposta de ensino de leitura e escrita assumida e proclamada pelo MEC nos últimos anos, baseada na perspectiva do letramento, “contribuiu para a conciliação de perspectivas em debate (defensores do construtivismo e do método fônico)” (STIEG, 2012, p. 237). Para o autor, tal configuração está alinhada a intencionalidades da economia mundial, expressas, no Brasil, na meta de se atingir Ideb 6 em 2021.

A pesquisa foi desenvolvida em duas frentes: um estudo de caso de práticas de alfabetização em uma classe de 2º ano do ensino fundamental, realizado em uma escola municipal de Vila Velha (ES), seguido por análise do discurso oficial do MEC relativo às propostas de alfabetização.

O autor partiu da hipótese de que

a adoção do termo ou perspectiva do letramento, por parte do discurso oficial, representou a possibilidade de conciliação entre as ideias construtivistas e as defendidas pelos seguidores dos “antigos” métodos de alfabetização, tanto no tocante às práticas investigadas quanto no que se refere ao campo das decisões políticas (STIEG, 2012, p. 15).

O pesquisador confirmou sua hipótese parcialmente no estudo de caso e integralmente na análise do discurso oficial. Captou, ao analisar o discurso do MEC sobre as propostas de alfabetização, referências ao Ideb como indutor de ações a serem desenvolvidas na rede municipal e afirmou que se desenhou um quadro “em que a política municipal se voltava para o alcance do Ideb” (STIEG, 2012, p. 35).

A análise de “movimentos de recontextualização da política Compromisso Todos pela Educação e seus efeitos na gestão escolar e no trabalho docente” (VOSS, 2012, p. 135) foi tema de pesquisa que se desenvolveu por meio de um estudo de caso no município de

Pinheiro Machado (RS). A coleta de dados foi feita por análise documental, observação e entrevista.

O objetivo do estudo foi “pesquisar os efeitos produzidos no contexto local pela política Compromisso Todos pela Educação com a gestão do PAR” (VOSS, 2012, p. 24). A pesquisa foi desenvolvida com base na abordagem do ciclo de políticas, de Ball, e a análise dos dados fundamentou-se em Foucault quanto a “formações discursivas com base nos enunciados” (VOSS, 2012, p. 14). A autora reforça, ao longo de seu texto, sua posição de pesquisadora “circunstanciada pela atividade de assessora” na implantação do PAR em alguns municípios.

No estudo da política Todos Pela Educação, destacam-se a implementação do PAR e o Ideb como ideia de qualidade. A tese apresenta uma série de efeitos e ações atreladas ao Ideb, como a busca por recursos federais e o impacto no trabalho docente.

Como a análise com os pressupostos epistemológicos adotados pela pesquisadora acaba por realizar uma integração das categorias analisadas, reproduz-se a tese, para situar com mais precisão a abordagem do Ideb neste trabalho:

[...] concluo que, os movimentos de recontextualização da política Compromisso Todos pela Educação, na gestão local do PAR, mesclaram práticas de governo, assentadas em tecnologias gerencialistas e na cultura clientelista, provocando efeitos ambíguos, que não favoreceram a democratização dos processos decisórios, bem como, geraram um misto de inclusão/exclusão, nas formas de inserção das escolas nos programas do MEC, aprofundando as desigualdades entre meio rural e meio urbano. As formas de gestão do PAR, no município pesquisado, também geraram a construção de um consenso híbrido na produção do discurso qualidade da educação, mesclando o sentido instituído pelos documentos oficiais, de qualidade como elevação do IDEB, com sentidos herdados nas trajetórias da docência, inspirados na pedagogia crítica, na busca por melhores condições de trabalho e profissionalização, como também, na vinculação da educação aos interesses do mercado. Os discursos de responsabilização e o forte controle do trabalho docente que permearam a gestão local do PAR produziram, assim, efeitos de subjetivação que constituíram identidades docentes performativas (VOSS, 2012, p. 19, grifo nosso).

3.2.2 Pesquisas que investigam fatores para obtenção de alto ou de baixo Ideb por escolas ou redes públicas de ensino

Neste agrupamento estão uma tese e 23 dissertações, o que representa 20% das pesquisas defendidas entre 2007 e 2012 constantes da base de análise.

Os estudos que apresentam fatores para obtenção de alto ou de baixo Ideb desenvolveram-se sob dois grandes temas da pesquisa educacional: políticas públicas e gestão. Como são dois temas amplos, identificou-se diversidade de subtemas adotados para definição dos focos das pesquisas: qualidade da educação, financiamento, avaliação, formação de professores e gestores, conselhos escolares, educação no campo, tecnologias da informação e comunicação relacionadas a educação, eficácia escolar, sucesso escolar, ensino de matemática, e alfabetização e letramento.

Os estudos empregaram diferentes abordagens teórico-metodológicas, como as quantitativas, qualitativas ou mistas; alguns recorreram a análises estatísticas de dados do Ideb aplicadas ao campo empírico para coleta ou tratamento dos dados, sendo pesquisa documental, questionário e entrevista os instrumentos recorrentes de coleta de dados. Estudos de caso e análise de conteúdo foram técnicas colocadas em prática por parte dos pesquisadores deste grupo. Os procedimentos metodológicos adotados encontram-se descritos, quando necessário, nos resumos a seguir.

Da variedade de perspectivas teórico-metodológicas e temas abordados decorrem diferentes formas de apresentação, pelos autores, dos fatores para obtenção de alto ou de baixo Ideb por escola ou por rede de ensino. Alguns autores estabeleceram relações de causa e efeito; outros, de correlação entre variáveis definidas no delineamento da pesquisa e o Ideb. Ainda, e de modo predominante, identificaram-se pesquisas que buscaram estabelecer associações, diretas ou indiretas, de fatores definidos no escopo da pesquisa e o Ideb (ou variação do Ideb entre edições), por meio de comparações entre escolas ou redes com baixo e alto Índice. Por sua vez, a determinação de alto ou baixo Índice pode referir-se a comparações entre escolas que compõem o campo empírico, a comparações com o Índice da rede em questão ou referir-se às metas projetadas para o Ideb.

Os casos em que os fatores para obtenção de alto ou de baixo Ideb são apresentados por meio de associação constituem, em sua maioria, estudos exploratórios. Nessas pesquisas a

tendência é apoiar interpretações e suposições de associação (dos elementos que são objeto de análise) a afirmações encontradas no referencial teórico adotado.

A seguir, apresentam-se resumos dos trabalhos integrantes deste agrupamento. É importante considerar que algumas pesquisas aqui incluídas não têm como objetivo ou tema central do estudo identificar fatores para obtenção de alto ou de baixo Ideb. A inclusão de tais trabalhos neste agrupamento deve-se ao fato de o pesquisador ter realizado, para a composição da dissertação ou tese, procedimentos sistemáticos e de forma significativa que tiveram como resultado elencar fatores para obtenção de alto ou de baixo Ideb.

Nos resumos que se seguem, em geral, procurou-se apresentar o tema, objetivo(s) e abordagem teórico metodológica adotados em cada pesquisa. Em seguida, descreve-se o desenvolvimento, análise e/ou resultados que expressam fatores para obtenção de alto ou de baixo Ideb – sem preocupação de apresentar todos os elementos de um resumo informativo para compreensão do escopo da pesquisa (BAUER, REIS, 2013), que consta no início de cada tese e dissertação. Priorizou-se aqui contextualizar e compreender em que sentido os fatores para obtenção de alto ou de baixo Ideb foram estudados.

Faria (2009) abordou a mudança no modo de regulação da política educacional ocorrida nas últimas décadas, focando em financiamento e desempenho educacional. Apresenta como objetivo geral do estudo: “[...] analisar a relação entre a capacidade de atendimento dos Municípios brasileiros para a Educação e os resultados escolares alcançados por eles no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)” (FARIA, 2009, p. 20).

A autora utilizou referencial teórico sobre escolas eficazes para justificar a associação entre desempenho educacional e Ideb. Quanto ao financiamento, elaborou o conceito de capacidade de atendimento, analisado a partir dos modelos vigentes — protegido, potencial e legal. Os resultados de sua análise indicaram “inexistência de uma relação direta entre recursos financeiros e desempenho educacional; porém, demonstram também a existência de uma associação moderada entre eles. Ou seja, recursos muito reduzidos podem obstaculizar melhor desempenho educacional” (FARIA, 2009, p. 71).

Mesquita (2009) analisou fatores intraescolares relacionados a desempenho, termo associado ao Ideb obtido por uma escola municipal. Trata-se de pesquisa de abordagem etnográfica, com coleta de dados por meio de observação participante, entrevista, interação com alguns sujeitos (atividades desenvolvidas com alunos) e análise documental. O

referencial teórico foi composto por estudos da sociologia dos estabelecimentos escolares, a partir de Rui Canário e João Barroso, além de estudos sobre escolas eficazes.

O campo empírico da pesquisa foi uma escola pública de um município da Baixada Fluminense, no estado do Rio de Janeiro. A unidade apresentou variação positiva no Ideb entre as edições de 2005 e 2007 nos anos finais do ensino fundamental. A autora partiu da questão: “de que forma determinados fatores intraescolares estão influenciando o desempenho dos alunos?” (MESQUITA, 2009, p. 18), tendo estabelecido como objetivo geral

Inserir as variações estatísticas sobre uma escola pública de setores populares dentro de um contexto real, a fim de compará-las com os aspectos estruturais, organizacionais e pedagógicos desta escola. E assim, identificar e analisar os fatores intraescolares que favorecem o bom desempenho dos alunos (MESQUITA, 2009, p. 18-19).

A pesquisadora observou que a escola tinha reconhecimento positivo pela comunidade, tendo sofrido impacto nesta valoração quando da divulgação do Ideb 2005. Ela infere que houve, então, “busca por estratégias de recuperação e pelo comprometimento entre todos pela melhoria dos resultados” (MESQUITA, 2009, p. 53-54).

A primeira parte da análise de fatores para elevação do Ideb contemplou os elementos constituintes do Índice, tendo observado que “a expressiva melhora nos resultados da escola não se deve, apenas, a um dos fatores medidos pelo Ideb, mas a ambos. Os dados mostram que a escola avançou tanto no desempenho cognitivo de seus alunos quanto no índice de aprovação” (MESQUITA, 2009, p. 60).

A busca por fatores intraescolares levou a autora a analisar organização e gestão; práticas pedagógicas e professores; e clima escolar (*ethos* do ambiente escolar). Os resultados apontaram para uma combinação de fatores para elevação do Ideb da escola, sintetizados na aceção de que

o ponto central, associado às mudanças nos resultados escolares desta instituição encontra-se no seu modelo organizacional, direcionado pelo perfil da gestão, fato constatado, tanto pela percepção dos seus atores, quanto pela análise da estrutura organizacional da escola (MESQUITA, 2009, p. 109).

Alves (2010) buscou a relação entre conselhos escolares e ganhos obtidos no Ideb. A pesquisadora analisou iniciativas locais e apoio técnico específico da União, configurados em propostas e práticas para fortalecimento dos conselhos escolares, dentro do tema da gestão democrática.

Como integrante do estudo “Bons Resultados no IDEB: Estudo exploratório de fatores explicativos”, a pesquisadora delimitou o campo empírico a dez redes escolares municipais sul-mato-grossenses com alto Ideb 2007. Trata-se de uma investigação qualitativa, com dados coletados por meio de questionário e entrevista, além de estudos bibliográficos e análise documental. O tratamento recorreu a técnicas de análise de conteúdo.

Dentre os objetivos específicos estabelecidos para a pesquisa está o de verificar “se há fortalecimento dos Conselhos Escolares nos municípios da amostra e se há relação positiva com os ganhos obtidos no Ideb” (ALVES, 2010, p. 6).

A pesquisa identificou que, dos dez municípios da amostra apenas cinco possuíam conselhos escolares em suas redes e dois estavam em fase de implantação. A análise da atuação dos conselhos existentes indicou inexistência de política de fortalecimento dessas instâncias.

Ao analisar o Ideb nos municípios e estabelecer relações com a atuação dessas organizações, constata que os conselhos “não são considerados razão para o ganho significativo no Ideb, pela maioria dos municípios, apesar de, juntamente com a gestão escolar, ter procurado atuar de forma a contribuir para a obtenção de um bom desempenho nas avaliações de larga escala” (ALVES, 2010, p. 123).

A autora relativiza a percepção dos entrevistados quanto à inexistência de relação entre conselhos e resultados no Ideb ao analisar a política de gestão democrática de forma mais ampla, conforme explica em parte de suas conclusões:

d) não há evidências de que práticas de gestão democrática segundo uma concepção republicana de democracia tenham contribuído para ganhos no Ideb das redes municipais; e) todavia, práticas de gestão direcionadas para a busca de resultados foram encontradas em todos os casos e podem ter contribuído para melhoria desse Índice, revelando que na esfera do monitoramento de metas vem se estabelecendo um maior grau de colaboração entre município e União (ALVES, 2010, p. 124).

Dittrich (2010) buscou identificar ações da política educacional de Curitiba (PR) que contribuíram para melhoria no Ideb. Para desenvolver a análise, realizou desmembramento dos indicadores que compõem o Índice a fim de calcular o quanto importou cada componente – rendimento e desempenho – na evolução positiva da nota entre as edições 2005 e 2007 dos anos iniciais do ensino fundamental.

A pesquisa também estabeleceu correlações do Ideb com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), desmembrado em IDH-E (Educação), IDH-L (Longevidade) e IDH-R

(Renda). As análises contemplaram os bairros de Curitiba e os Núcleos Regionais de Educação – divisão administrativa da Secretaria de Educação do município.

O autor aventou a hipótese de que a rede municipal de Curitiba havia adotado política voltada a aumentar o indicador de rendimento (taxa de aprovação) do Ideb, o que suas análises confirmaram parcialmente. As análises indicaram, ainda, que houve políticas “desencadeadas a partir dos núcleos regionais de educação” que contribuíram para “diminuição de desigualdades” (DITTRICH, 2010, p. 261) nos resultados educacionais, uma vez que escolas com piores resultados obtiveram maior elevação do Índice entre uma edição e outra, aproximando-se das com melhor desempenho.

A hipótese de que estariam sendo “implementadas políticas educacionais direcionadas a vincular o que se deveria ensinar nas escolas ao que seria cobrado nas avaliações” (DITTRICH, 2010, p. 262) foi confirmada ao se constatar que houve redefinição curricular (a partir das matrizes da Prova Brasil) na rede, além dos direcionamentos dados aos programas de formação de professores.

Outra medida identificada pelo autor como contribuinte para os resultados do Ideb de Curitiba foi a de que houve “redefinição do papel dos núcleos regionais de educação” (DITTRICH, 2010, P. 265), que passaram a seguir orientações centralizadas da política educacional, principalmente as voltadas à avaliação externa.

Fernandes, C. (2010) abordou a variação do Ideb de Vitória (ES) entre as edições de 2005 e 2007, com foco em fatores institucionais e intrainstitucionais intervenientes em tal resultado das escolas municipais. A análise contemplou o peso de cada componente — aprovação e desempenho — no resultado.

A pesquisa adotou metodologia quanti-qualitativa, com referencial teórico-metodológico dos estudos das escolas eficazes. A amostra analisada compreendeu 11 escolas municipais de Vitória (ES), selecionadas a partir do cálculo do desvio padrão da variação 2005-2007 do Ideb referente aos anos iniciais do ensino fundamental. Outro critério foi a escola ter apresentado mudança na escala de proficiência na Prova Brasil. Os dados foram coletados por pesquisa documental, questionário e entrevista.

No âmbito da gestão educacional, o principal fator de impacto sobre a variação do Ideb entre uma edição e outra, apontado pela autora, foi a existência de um objetivo definido, percorrido e compartilhado na escola e para os integrantes dela, dentro da dimensão dos

processos educacionais. Segundo ela, escolas com esta característica tendem a apresentar aumento no Ideb. A pesquisa também analisou as variáveis infraestrutura e garantia do período letivo — problemas constatados na rede em questão devido a circunstâncias locais, a função da escola, e liderança profissional, além do nível socioeconômico e sua implicação na variação do Ideb.

Mello (2010) buscou verificar a hipótese de existência de relação positiva entre a atuação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e os resultados do Ideb nos municípios em que a instituição está presente. O trabalho está vinculado à pesquisa: “Bons resultados do IDEB: estudo exploratório de fatores explicativos” e contemplou estudo de campo nos municípios sul-mato-grossenses de Amambai, Naviraí e Paranaíba.

O autor descreveu o histórico e o processo de interiorização da UEMS e encontrou contribuições da instituição nos bons resultados do Ideb “especialmente na formação de quadros de professores para a educação básica” (MELLO, 2010, p. 73). Além disso, apontou outros fatores para o alto Ideb, como nível socioeconômico e tamanho do município e da rede escolar.

Nascimento Filho (2010) investigou a contribuição das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) para o sucesso escolar em municípios cearenses com bons resultados no Ideb, partindo da hipótese de que uso de TIC é fator de melhoria da qualidade da educação.

Trata-se de um estudo qualitativo, com coleta de dados por meio de entrevista semiestruturada, observação, questionário e análise documental. Utilizou fundamentação teórica com base em gestão escolar e eficácia escolar. O pesquisador visitou quatro escolas nos municípios de Ipu e Mucambo, no Ceará.

As análises da pesquisa apontaram que as TICs não contribuíram para os resultados do Ideb nos municípios estudados, uma vez que não havia utilização de computadores e internet nessas escolas.

Rocha (2010) investigou as concepções de formação continuada subjacentes aos programas do governo federal Praler e Pró-Letramento¹⁶, estabelecendo como um dos objetivos específicos analisar a relação entre o programa Praler e a variação positiva do Ideb municipal de 2005 para 2007.

¹⁶ Praler – Programa de Apoio a Leitura e a escrita; Pró-letramento – Programa de Formação Continuada de Professores dos Anos/Séries Iniciais do Ensino Fundamental – Alfabetização e Linguagem.

A pesquisadora usou como campo empírico os municípios sul-mato-grossenses de Aparecida do Taboado, Campo Grande, Chapadão do Sul, Naviraí e São Gabriel do Oeste, que apresentaram variação positiva nas duas primeiras edições do Ideb. Esta seleção foi justificada por sua participação no estudo “Bons Resultados no IDEB: Estudo exploratório de fatores explicativos”, que coletou dados de dez municípios daquele estado.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa baseada em análise documental (quanto à concepção de formação continuada expressa nos documentos dos programas) e em dados coletados por meio de entrevista semiestruturada e questionário, para apreender percepções junto às Secretarias de Educação quanto aos programas. A pesquisadora se propôs a “a partir dos dados expressos nas avaliações do IDEB, confrontar com as percepções colhidas junto às Secretarias de Educação e as proposições dos Programas aqui estudados” (ROCHA, 2010, p. 25).

A autora partiu da hipótese de que há uma associação entre formação de professores, tanto inicial quanto continuada, e resultados do Ideb e colheu opinião de membros das secretarias de Educação dos municípios selecionados a respeito. “Ao questionar sobre a relação entre os programas de formação continuada e os resultados do Ideb, as respostas obtidas foram afirmativas” (ROCHA, 2010, p. 95).

Os resultados da pesquisa mostram que os entrevistados atribuem resultados do Ideb a programas de formação continuada, como Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) em Ação e Programa de Formação de Professores Alfabetizadores (Profa). No entanto, a autora não encontrou relação entre um dos programas estudados, o Praler, e os resultados do Ideb: “Os resultados da pesquisa empírica demonstram que o Programa Praler, oferecido no período de 2004 e 2005, não teve a adesão dos municípios investigados. [...] Constatou-se, portanto, que não há relação entre o Praler e os resultados do Ideb” (ROCHA, 2010, p. 107).

Almeida (2011) realizou estudo sobre representações sociais do ensino de matemática e suas relações com o Ideb. A autora identificou e analisou representações sociais de 160 professores que lecionam no 1º e no 2º ciclos do ensino fundamental de escolas municipais de Recife (PE).

A pesquisa tomou como referencial epistemológico a teoria das representações, de Serge Moscovici, complementada pela teoria do núcleo central, de Jean-Claude Abric. Para o desenvolvimento, adotou abordagem “plurimetodológica”, com coleta de dados por meio de questionários — Questionário Sociocultural e Teste de Associação Livre e de Evocação

Hierarquizada. A análise levou à “identificação do campo semântico das Representações Sociais sobre o Ensino da Matemática” (ALMEIDA, 2011, p. 18). Para obter a relação de tais representações com o Ideb, dividiu a amostra de respondentes em função do Ideb das escolas em que lecionavam (maior ou menor Índice), aplicando “análise fatorial de correspondência com o auxílio do software TRIDEUX” (ALMEIDA, 2011, p. 18).

A autora definiu dois grupos: o primeiro, denominado Ideb maior, composto por professores de escolas que apresentaram Ideb acima da meta de 2007 para os anos iniciais do ensino fundamental, e o segundo, denominado Ideb menor, composto por professores de escolas com Ideb abaixo da meta. Com o tratamento dos dados, buscou “refletir em que medida as representações sociais se relacionam, influenciam ou são limitadoras nos resultados das avaliações do IDEB” (ALMEIDA, 2011, p. 90).

As análises indicaram diferenças entre as representações sociais da matemática “em função do índice do IDEB das escolas onde os sujeitos atuam” (ALMEIDA, 2011, p. 117), permitindo afirmar que os resultados “confirmam nossa hipótese inicial: as Representações Sociais dos sujeitos que pertencem às escolas com IDEB MAIOR refletem o Ensino da Matemática dentro de uma pedagogia contemporânea na qual a ênfase é dada à compreensão e ao raciocínio lógico” (ALMEIDA, 2011, p. 119).

Trata-se de trabalho em que a pesquisadora, se não chega a apontar fatores para obtenção de alto ou de baixo Ideb, relaciona elementos ou categorias que podem estar associados a esses resultados.

Franklin (2011) buscou compreender os motivos que levaram o município de Trajano de Moraes (RJ) a apresentar alto Ideb (em comparação ao Ideb estadual) para os anos iniciais do ensino fundamental. O autor afirma que o resultado foi inesperado em função de características socioeconômicas do município, que ele identificou como desfavoráveis à oferta de educação de qualidade.

O pesquisador apontou como fatores positivos para o Ideb obtido “a colaboração entre as esferas públicas municipal e estadual” (Franklin, 2011, resumo). O Índice do município também foi influenciado pela nota 8,5 no Ideb de 2005 obtida pelo Centro Integrado de Educação Pública (Ciep) Professora Guiomar Gonçalves Neves nos iniciais do ensino fundamental (a maior nota por escola no Brasil). O resultado foi atribuído ao perfil da unidade, com características de escola de aplicação – ensino em tempo integral e formação para o magistério de nível médio (à época ainda vigente).

Lima, S. (2011) realizou um mapeamento de características de políticas educacionais e “governança internacional” de municípios com bons resultados no Ideb. Neste estudo, bons resultados no Ideb referem-se a municípios que obtiveram pontuações mais altas nas edições de 2005 e 2007 e municípios que tiveram maior variação positiva entre o Ideb de 2005 e 2007.

O estudo abrangeu dez municípios do Mato Grosso do Sul, e os dados do Ideb referem-se aos anos iniciais do ensino fundamental. Em seu problema de pesquisa, a autora pergunta que características das redes escolares e das políticas educacionais dos municípios contribuíram para os Índices obtidos. Trata-se de pesquisa de abordagem quanti-qualitativa, com dados coletados por meio de fontes documentais, estatísticas e entrevistas. As informações provenientes de entrevistas foram tratadas por análise de conteúdo.

Quanto às características de contexto das redes escolares, a autora afirmou que encontrou “dificuldades econômicas, de infraestrutura e também barreiras culturais e linguísticas devidas à localização geográfica” (LIMA, S., 2011, p. 98) nos municípios em que houve maior variação positiva do Ideb entre 2005 e 2007, aventando a hipótese “de que em tais contextos as políticas públicas têm maior potencial de alavancar avanços, dado o grau de necessidades existentes” (LIMA, S., p. 98). Nos municípios que apresentaram mais alto Ideb, a pesquisadora encontrou “cenários mais positivos” (LIMA, S., p. 98).

Outros fatores positivos associados a bons resultados no Ideb, apontados pela pesquisa, foram equipamentos escolares, aumento no percentual de professores com formação em nível superior e elevação do percentual de receitas municipais destinadas à educação. A distorção idade-série também foi considerada pela autora como fator de potencialização da elevação do Ideb em alguns municípios (caso se corrija a distorção).

Como foram observados ganhos nas taxas de aprovação e no desempenho em Matemática na Prova Brasil, a autora infere que “é possível que isso esteja também relacionado à maior atenção das SEMEDs [Secretarias Municipais de Educação] e equipe gestora escolar ao acompanhamento do fluxo e do desempenho dos alunos, assim como a políticas de formação de professores e, também, formas diversas de atendimento ao aluno no contra turno escolar” (LIMA, S., p. 101).

Oliveira, M. R. (2011) identificou variáveis que causaram impacto positivo no Ideb de 2007 e de 2009 (anos iniciais do ensino fundamental) de uma escola pública municipal em

Riachão do Jacuípe (BA). Tais fatores foram levantados com base na percepção de atores educacionais e análise de registros documentais.

A pesquisa caracterizou-se em um estudo de caso descritivo, com coleta de dados por meio de questionário, entrevista e análise documental. O estudo foi realizado tendo como tema administração e políticas de gestão pública educacional.

O autor encontrou "evidências de mudanças políticas, pedagógicas e administrativas" (OLIVEIRA, M. R., 2011, p. 15) empreendidas no âmbito da rede pública municipal e da escola em que a pesquisa foi realizada. Dentre as mudanças, o autor identificou uma série de aspectos que, na visão dos sujeitos da pesquisa, contribuíram para a elevação do Ideb em 2007 e 2009 (em relação a 2005): valorização do magistério; formação profissional permanente; projeto político-pedagógico; melhoria salarial; recursos financeiros; condições de infraestrutura física das escolas; e comprometimento dos professores.

Paz (2011) transitou entre os temas da qualidade da educação e avaliação educacional, tendo estabelecido o objetivo de “identificar e analisar as ações empreendidas pelas escolas públicas do município de Santa Fé do Sul que desencadearam a evolução significativa do IDEB” (PAZ, 2011, p. 23) entre as edições de 2005 e 2007.

Trata-se de pesquisa quanti-qualitativa, baseada em estudo de caso. O campo empírico foi composto por cinco escolas municipais de ensino fundamental, selecionadas por terem apresentado elevado Ideb em 2007 nos anos iniciais. Os dados foram coletados por meio de entrevista, questionário e pesquisa documental.

O estudo apresentou como referência o documento intitulado Indicadores da Qualidade na Educação, do MEC/Inep (BRASIL, 2004), especificamente em relação ao componente gestão de sistema escolar nas categorias de análise: ambiente físico e recursos escolares, formação e condições de trabalho dos profissionais da escola e avaliação. A análise identificou os seguintes fatores atrelados a educação de qualidade:

[...] investimentos financeiros em educação, construção de unidades escolares pequenas, relação satisfatória entre o número de crianças por professor, fortalecimento da carreira do magistério e incentivos salariais por aumento da titulação acadêmica, estabilidade do corpo docente e dedicação exclusiva a uma única unidade escolar (PAZ, 2011, p. 178).

No que se refere à gestão escolar, os dados apontaram “foco do trabalho do diretor de escola nas questões pedagógicas, o aumento do tempo de permanência do aluno na escola

(tempo integral), a ênfase no dever de casa e a oferta de atividades extraclasse” (PAZ, 2011, p. 178) como intervenientes na qualidade.

O autor apresentou, ainda, as seguintes considerações sobre as relações entre gestão educacional e qualidade, e sua expressão pelo Ideb:

Os resultados desta pesquisa permitem enfatizar que o município de Santa Fé do Sul, por meio de sua gestão educacional e escolar e do trabalho educativo realizado em suas escolas, sustenta uma concepção de qualidade que aponta, principalmente, que a verificação do rendimento escolar por meio do IDEB não pode fundamentar-se, meramente, em indicadores quantitativos, sem investigações profundas do ambiente escolar, clima organizacional, práticas pedagógicas e processos democráticos de gestão, isto é, dos aspectos intraescolares e extraescolares, pois, em muitos outros fatores, a escola pode fazer diferença (PAZ, 2011, p. 177).

Vieira (2011) analisou se a formação específica de gestores escolares contribui para os resultados do Ideb. A pesquisadora participou do estudo “Bons Resultados no IDEB: Estudo exploratório de fatores explicativos”, tendo utilizado alguns referenciais daquela iniciativa, de escopo mais amplo, em seu trabalho de mestrado.

A pesquisa foi realizada em quatro escolas de dois municípios cearenses – Martinópole e São Gonçalo do Amarante. Trata-se de um estudo de casos múltiplos, com coleta de dados por meio de entrevista semiestruturada, questionário e análise documental. O trabalho tomou como referencial teórico a administração escolar no Brasil, a partir de autores como Carneiro Leão, Querino Ribeiro, Lourenço Filho, Anísio Teixeira, Maria de Fátima Félix e Vítor Paro.

A justificativa da pesquisa considera a formação de gestores escolares como “um dos eixos centrais das políticas educacionais no mundo e, em particular, no Brasil” (VIEIRA, 2011, p. 28). A partir daí, buscou identificar quais fatores da formação dos gestores das escolas investigadas podem contribuir para alto ou de baixo Ideb.

Nas análises, a pesquisadora apresenta opiniões de gestores que atribuem importância de sua formação para os resultados do Ideb. No entanto, a autora considera que as falas foram fragmentadas e não estabeleceram uma clara relação entre elementos da formação recebida e resultados do Ideb das escolas estudadas, concluindo que “não foi encontrada relação entre a formação dos gestores e os resultados expressos no IDEB” (VIEIRA, 2011, p. 172).

Uma possibilidade para explicar a baixa associação entre a formação de gestores e resultados do Ideb refere-se às características dos programas de formação cursados pelos

gestores do estudo, “pois se verificou que, nas escolas de alto e de baixo IDEB, nos municípios, os gestores tinham formação semelhante e os resultados do IDEB diferenciados” (VIEIRA, 2011, p. 173). A autora reconhece, ainda, a multiplicidade de fatores que incidem para a obtenção de determinado Índice, referindo-se à literatura sobre o tema e não especificamente a achados de sua pesquisa.

Carneiro (2012) procurou identificar elementos relacionados à obtenção de alto ou de baixo Ideb, com foco na relação entre qualidade da educação, recursos financeiros e gestão da escola pública.

A pesquisa consistiu em um estudo de caso, tendo como campo empírico duas escolas da rede municipal de Recife (PE), localizadas em uma mesma região político-administrativa e, portanto, atendendo população de semelhante nível socioeconômico, embora uma unidade apresentasse alto Ideb e outra baixo Ideb para anos iniciais e finais do ensino fundamental. A coleta de dados foi feita por análise documental, observação, entrevista e questionário. A análise baseou-se em metodologia de triangulação, envolvendo as categorias financiamento, gestão e qualidade.

As análises indicaram que as características da gestão escolar são mais relevantes para obtenção de alto Ideb do que o aporte econômico-financeiro. Como fator preponderante para melhor qualidade representada pelo Ideb, o autor destaca a oferta de ensino em tempo integral, encontrada na escola de melhor Índice.

Costa (2012) pesquisou a relação entre gestão escolar e Ideb a partir da percepção de cinco gestores de quatro escolas estaduais de Lages (SC). Trata-se de estudo com abordagem quantitativa e qualitativa, com coleta de dados por meio de questionário e entrevista, e discussão de resultados por meio de análise de conteúdo.

A seleção das unidades que compuseram o campo empírico do estudo foi baseada no Ideb, sendo selecionada uma escola de maior e outra entre os menores Idebs nos anos iniciais do ensino fundamental e uma escola de maior e outra de menor Ideb nos anos finais do ensino fundamental – todos os dados referentes à edição de 2009.

Ao analisar os dados dos questionários e entrevistas, a pesquisadora procurou sinais de influência ou não da gestão escolar no Ideb. Como resultado, algumas respostas foram positivas à vinculação da gestão com o resultado do Ideb e outras negativas. Todas, no

entanto, sinalizaram o papel positivo da gestão na mediação e responsabilidade pelo “todo da escola”:

A gestão pública escolar na visão de dois dos cinco gestores da pesquisa tem vinculação com os resultados do Ideb fundamentados no fato de ser atividade de mediação na instituição e responsável pela condução do processo pedagógico nessa instância. Os três gestores que não discutem a vinculação também compreendem a gestão como responsável pelo todo da escola, mas direcionam a especificidade da relação ensino e aprendizagem como atributo direto do professor que executa esta mediação/gestão em sala de aula (COSTA, 2012, p. 108).

A pesquisa também analisou a evolução do Ideb entre 2009 e 2011 das escolas selecionadas, tendo apontado fatores específicos para cada resultado. No caso da escola de maior Ideb nos anos finais do ensino fundamental, por exemplo, a gestora consultada “atribui a elevação do Ideb ao trabalho e empenho coletivo” (COSTA, 2012, p. 104). Mas o gestor da escola de menor Ideb dos anos finais do ensino fundamental, que apresentou maior variação entre edições, não apontou “modificações significativas nas ações e projetos desenvolvidos pela escola” (COSTA, 2012, p. 104) que pudessem ser associadas ao resultado.

A gestora da escola com melhor Ideb dos anos iniciais vincula a gestão escolar aos resultados da Prova Brasil. Já na escola entre os menores Idebs para esta faixa, as gestoras entrevistadas atribuíram a elevação do Índice ao trabalho desenvolvido pelos professores, explicando que não houve preocupação com o Ideb nem trabalho de preparação e orientação para avaliações.

Cunha (2012) também realizou pesquisa para compreender a relação entre práticas de gestão e o desempenho expresso pelo Ideb, neste caso com pressuposto explícito de influência positiva da gestão sobre o resultado. O autor desenvolveu um estudo comparativo entre duas escolas de ensino fundamental da rede pública de Salvador (BA), com alto e baixo Ideb nos anos iniciais (edição 2009).

Trata-se de pesquisa qualitativa baseada em estudo de caso comparado, com coleta de dados por meio de observação, entrevista e análise documental. O tratamento das informações tomou como referencial teórico concepções de gestão e cultura da escola.

Como resultados, a pesquisa apontou algumas características na escola de alto Ideb que considera relacionadas positivamente à nota obtida no Índice. Entre tais elementos estão a presença de conselho escolar atuante, administração de recursos financeiros e indícios de participação de pais e comunidade. Na dimensão burocrático-administrativa, mencionou valores em defesa de hierarquia das funções, controle de resultados e processos de

participação. Quanto à liderança pedagógica, destacou relação positiva e de cooperação entre e com docentes.

Em comparação, a escola com baixo Ideb “não tinha Conselho Escolar em atuação e não recebia recursos financeiros, devido a problemas de ordem burocrática no período anterior a sua municipalização” (CUNHA, 2012, p. 147). Outras características que foram atribuídas ao baixo Ideb referem-se a pouca participação dos pais e comunidade nas atividades escolares, dificuldades de controle de resultados pela direção, relações interpessoais marcadas por conflitos e descomprometimento, liderança pedagógica com problemas de planejamento e execução, e dificuldades na interação entre docentes.

Hornick (2012) estabeleceu como objetivo identificar e analisar determinantes para o elevado Ideb de 2009 em duas escolas públicas, sendo uma do estado do Paraná e outra de Santa Catarina. A autora associou o Ideb a sucesso escolar.

Trata-se de pesquisa de abordagem qualitativa, com coleta de dados por meio de entrevistas, e análise interpretativa realizada com técnicas da análise de conteúdo. O estudo utilizou dados do Ideb de 2009 para anos finais do ensino fundamental.

Com base na literatura sobre sucesso escolar, a pesquisa selecionou e analisou os fatores que tendem a incidir positivamente nos resultados escolares. Dentre fatores extraescolares, considerou: escolha e seleção das escolas pela comunidade; seleção de alunos; participação da família no processo educativo; e desempenho (aprendizagem e disciplina das crianças nas aulas). Dentre fatores intraescolares, a pesquisadora mencionou "um aprender e ensinar para além da sala de aula" (HORNICK, 2012, p. 71), referindo-se a atividades extracurriculares e clima organizacional; características dos professores e gestores (baixa rotatividade, liderança); infraestrutura escolar; e o trabalho pedagógico desenvolvido.

Ao confrontar o material coletado com o referencial teórico, concluiu pela associação positiva entre os fatores extra e intraescolares observados e os resultados obtidos no Ideb pelas escolas analisadas.

Koga (2012) estudou representações sociais sobre o estudo e a escola entre estudantes do 9º ano do ensino fundamental. Para desenvolver sua investigação, escolheu alunos de escolas de maior e de menor Ideb nas séries finais do ensino fundamental, considerando as edições de 2005, 2007 e 2009. Entre os objetivos específicos, a pesquisadora buscou “apontar

a relação existente entre recuperação/reprovação e o resultado do IDEB nas escolas” (KOGA, 2012, p. 16).

Trata-se de pesquisa plurimetodológica, de abordagem quantitativa e qualitativa, com coleta de dados por meio de questionário e entrevista. O campo empírico foi composto por três escolas estaduais de Ponta Grossa (PR), sendo duas de maior Ideb e uma de menor Ideb. As análises dos dados foram feitas com os software SPSS, Evoc, Simi e Alceste, além de análise de conteúdo com fundamentação na teoria das representações sociais, dos autores Moscovici e Piaget, este último com os conceitos de autonomia e heteronomia.

No que se refere ao estabelecimento de relações entre os dados coletados e o Ideb, há de se observar que a terceira e a quarta parte do questionário foram elaboradas com base nos relatórios do Pisa sobre estratégias de estudo e confiança ou aversão à escola.

Na apresentação dos resultados, Koga compara as representações sociais de alunos das escolas de maior Ideb com as dos alunos da escola de menor Ideb, confirmando sua hipótese de que “as diferenças nos resultados do IDEB podem indicar diferentes práticas escolares relacionadas ao estudo e distintas representações sociais do estudo” (KOGA, 2012, p. 17). As análises apontaram ideias mais positivas em relação à escola entre os alunos da unidade de menor Ideb, o que levou à seguinte interpretação:

Ao analisar as representações sociais dos alunos sobre o estudo, há indícios de que os bons resultados no IDEB se devem por vezes a maiores mecanismos de controle, expressos nas relações de coação que os pais e professores estabelecem com os alunos. [...] A consciência do 'dever estudar', que é característica das escolas de maior IDEB, possivelmente é um indício de heteronomia. Assim, por mais que os alunos estudem mais, eles tendem a rejeitar mais o estudo [...] (KOGA, 2012, p. 110).

Lima (2012) investigou práticas e concepções sobre o processo de alfabetização e letramento realizados por professores de ensino fundamental (séries iniciais) e procurou estabelecer relações entre o discurso dos docentes, teorias atuais sobre a temática e o resultado do Ideb.

A pesquisadora realizou a coleta de dados por meio de questionário e entrevista, além de pesquisa documental. Para definição do campo empírico, selecionou quatro escolas da rede municipal de Vacaria (RS), tomando como critério de escolha duas unidades de Ideb alto e duas com baixo Índice, considerando a edição de 2009 e as séries iniciais do ensino fundamental.

A análise dos dados foi feita com interpretação à luz do referencial teórico sobre alfabetização e letramento, conforme explica a autora:

Com a obtenção dos dados, evidenciam-se as variáveis analisadas, relacionadas ao quadro teórico e ao resultado do IDEB, verificando a coerência entre as concepções dos sujeitos da pesquisa e os conceitos explanados na fundamentação teórica e, ainda, se os entendimentos dos educadores influenciam no desempenho dos estudantes nesta avaliação externa [...] (LIMA, 2012, p. 49).

Da análise do perfil dos professores respondentes ao questionário, concluiu que “a idade dos educadores e o tempo de experiência como profissional da educação foram variáveis relevantes no rendimento dos alunos no IDEB” (LIMA, 2012, p. 94).

O uso de materiais e acervos diversificados também foi considerado como elemento influente no Ideb, uma vez que “a escola que apresentou o menor índice do IDEB é aquela onde os professores afirmam que não conhecem e não utilizam os materiais complementares oferecidos pelo governo” (LIMA, 2012, p. 95).

Para a pesquisadora, a presença de diferentes concepções entre os docentes sobre alfabetização e letramento é fator negativo para o Ideb:

pela disparidade dos entendimentos dos educadores em relação aos questionamentos propostos, percebe-se uma incongruência nos objetivos pedagógicos das instituições escolares, o que compromete a aprendizagem e, conseqüentemente, o desempenho dos estudantes nas avaliações externas. (LIMA, 2012, p. 95).

Marques (2012) partiu do objetivo de investigar características de duas escolas públicas de ensino fundamental (anos finais) do Distrito Federal que apresentaram alto Ideb em 2007 e 2009. A autora realizou um estudo de caso, com coleta de dados por meio de análise documental, observação, entrevistas semiestruturadas, questionário e grupo focal. No desenvolvimento do estudo, utilizou técnicas de análise de conteúdo e análise do discurso, tomando como referencial teórico estudos sobre eficácia escolar.

A autora apresentou características de escolas consideradas bem-sucedidas em relação ao Ideb, elencando como fatores associados ao seu bom desempenho: docentes qualificados e comprometidos; gestão comprometida; clima escolar; relação escola-pais; ênfase à disciplina; projetos desenvolvidos; altas expectativas; baixa rotatividade docente; escolas relativamente pequenas; e rotinas escolares.

A seguinte dissertação abordou rendimento escolar em educação no campo a partir da questão de pesquisa: “quais fatores estão relacionados ao baixo rendimento escolar nas instituições públicas de ensino localizadas no campo no estado do Paraná?” (PARDAL, 2012, p. 17). Para realizar a pesquisa de campo, a autora identificou três escolas com menor Ideb para os anos iniciais do ensino fundamental no estado. A coleta de dados compreendeu análise documental, entrevista semiestruturada e questionário.

A hipótese era a de predominância de currículo voltado ao meio urbano, pouco afeito à realidade campesina, como um dos fatores para o baixo rendimento das escolas do campo. A análise das entrevistas confirmou a aceção. A pesquisa trouxe alguns resultados quanto ao Ideb nas escolas rurais: Índices mais baixos em comparação a escolas urbanas e pouca abrangência dos dados. Registra a autora: "mais do que o IDEB baixo em algumas escolas, notamos a necessidade de nos preocuparmos com o grande número de escolas que nem sequer possuem IDEB" (PARDAL, 2012, p. 72). Como fatores que contribuem para o baixo Ideb de escolas do campo no Paraná, a autora aponta múltiplos aspectos:

Podemos constatar que: questões curriculares, desmotivação de professores e de alunos, descaso político, falta de recursos, ausência de políticas públicas que realmente visem à qualidade e efetivação da educação do campo, falta de iniciativas governamentais e de incentivos, falta da participação da família nos assuntos escolares, predominância de práticas parentais negativas, em conjunto com as lacunas das avaliações, todo o mencionado influencia no baixo IDEB (PARDAL, 2012, p. 106).

Silva, H. A. (2012) procurou identificar ações adotadas por escolas que resultaram em evolução no Ideb 2009 em relação à edição anterior. A autora realizou pesquisa de caráter qualitativo, com base em análise documental e dados coletados por meio de questionário e entrevista semiestruturada.

Para delimitar o campo de estudos, a pesquisadora elaborou e aplicou um cálculo da variação percentual do Ideb, para selecionar oito escolas com maior variação no Ideb das séries iniciais em Juiz de Fora (MG). A partir do cálculo, a pesquisadora buscou fatores que justificassem a grande variabilidade, para além das questões socioeconômicas.

As perguntas formuladas pela autora concentram-se nas ações tomadas pelas escolas que possivelmente tiveram como resultado significativa evolução no Ideb, além de levantar considerações de professores acerca do Ideb (como, por exemplo, o quanto conhecem o Índice, opinião sobre avaliações externas etc).

A análise das respostas dos professores consultados indicou que “a elevação do índice do IDEB é consequência de um trabalho comprometido e integrado por parte dos atores escolares, e não apenas de ações direcionadas para o aumento do mesmo” (SILVA, H. A., 2012, p. 75). Outros apontamentos da pesquisa foram: pouco conhecimento do Ideb por parte dos professores respondentes à pesquisa e reações diversas à avaliação externa (desconforto, ansiedade e insegurança), a despeito do reconhecimento da importância do ato de avaliar.

Siqueira (2012) elencou uma série de elementos aos quais atribui resultados positivos no Ideb: características de contexto escolar, práticas pedagógicas de docentes, características da equipe pedagógica e práticas gestoras.

Trata-se de pesquisa de abordagem qualitativa, baseada em estudo de caso, com coleta de dados por meio de análise documental, observação participante e entrevista. Para o tratamento dos dados, utilizou técnicas de análise de conteúdo e aplicação do software de análise de dados qualitativos Atlas.ti. O referencial teórico foi composto por bibliografia sobre políticas avaliativas, qualificação e melhora da educação, e cotidiano escolar. O estudo teve como objetivo “analisar as características do cotidiano escolar que favoreceriam o trabalho de professores de uma escola da rede municipal de Curitiba (PR), considerada bem-sucedida, segundo as avaliações do Ideb” (SIQUEIRA, 2012, p. 29-30).

A autora associou o termo “bem-sucedida” à escola que apresentou resultado progressivo a cada edição do Ideb. Para selecionar a unidade escolar em que realizou a pesquisa empírica, calculou as médias do Ideb a partir das notas de 2005, 2007 e 2009 da rede municipal de Curitiba (anos iniciais do ensino fundamental) e o índice de variação, identificando as escolas que mais melhoraram suas notas.

Como resultado, a dissertação elenca uma série de elementos considerados importantes para obtenção dos resultados positivos e progressivos no Ideb, tais como: a incorporação das avaliações externas ao planejamento da escola, a preocupação com o Ideb expressa no Projeto Político Pedagógico de 2005, o fato de a escola ser de tempo integral, práticas pedagógicas de professores (integração disciplinar, trabalho coletivo, inovação), e qualidades positivas da gestão — aberta ao diálogo e envolvendo a comunidade. As características aqui elencadas resumem uma série de apontamentos registrados pela autora no capítulo de apresentação dos resultados, no qual descreve detalhadamente o cotidiano escolar da unidade em questão.

3.2.3 Pesquisas que tratam o Ideb como indicador de resultado de programas/políticas/gestão

Neste agrupamento estão quatro teses e 16 dissertações, num total de 20 trabalhos que representam 17% das pesquisas defendidas entre 2007 e 2012 constantes da presente base de análise.

Políticas educacionais e gestão educacional são os temas mais amplos sob os quais se desenvolveram os estudos, que se dedicaram a investigações acerca de: letramento, alfabetização na educação do campo, sucesso escolar, desigualdades educacionais, qualidade, educação e pobreza, formação continuada de professores, legislação educacional e ampliação da jornada escolar.

A abordagem do Ideb nas teses e dissertações deste agrupamento possui estreita relação e tênue diferenciação quanto ao tratamento daquelas que apresentam fatores para obtenção de alto ou de baixo Índice. Infere-se que os pesquisadores, neste caso, abstiveram-se de entrar no mérito de avaliar, calcular, associar ou inferir se os elementos investigados contribuíram para o Ideb de forma positiva ou negativa. Aqui, o Ideb é utilizado como um ponto de partida sinalizador de determinada situação a ser analisada ou como um dos indicadores que sustentam/corroboram com resultados da pesquisa empreendida.

Características de interface com as de outros agrupamentos também foram encontradas nos trabalhos, destacando-se apontamentos de fatores para obtenção de alto ou de baixo Ideb e utilização do Índice como critério de seleção do campo empírico.

Albuquerque (2008) investigou efeitos da formação continuada de professores e gestores desenvolvida em duas escolas da rede municipal de ensino de São Luiz (MA), tomando o Ideb como um dos indicadores de desempenho satisfatório (ou não) dessas escolas.

O autor compreende o Ideb como um dos indicadores de qualidade da educação brasileira e recorreu ao Índice para escolher as escolas que compõem o campo empírico da pesquisa. Foi selecionada uma escola dentre as de maior Ideb da rede municipal e outra dentre as de Ideb mais baixo, considerando anos iniciais e finais do ensino fundamental na edição de 2007.

O autor realizou pesquisa de abordagem qualitativa, com estudo de caso, em que os dados foram coletados por meio de análise documental, entrevistas semiestruturadas e grupos focais.

Na análise dos resultados, com base nos depoimentos obtidos, o autor associou as condições encontradas nas escolas com resultados do Ideb, em especial as contribuições trazidas pela formação continuada. A escola com mais alto Ideb contava com “condições objetivas de trabalho” e suas ações, dentre outras características, eram “centradas no trabalho coletivo e participativo”, aspectos que relaciona ao Ideb obtido (ALBUQUERQUE, 2008, p. 141). Na escola com baixo Ideb, o autor observou a ausência de “grande parte dessas condições”.

Caron (2009) analisou o processo de alfabetização em escolas do campo no município de Arvorezinha (RS), considerando a situação específica de marcas culturais na linguagem local. A pesquisadora explorou “algumas hipóteses acerca dos motivos pelos quais o município se encontra em uma situação em que se observam baixos índices de aproveitamento, especialmente, no que se refere à aprendizagem da linguagem escrita” (CARON, 2009, p. 16).

Os indicadores utilizados para justificar resultados negativos de escolaridade do município referem-se ao Ideb, Saeb e Provinha Brasil. Trata-se de um estudo exploratório, qualitativo, baseado em pesquisa bibliográfica e estudo de campo, com coleta de dados por questionário e fonte documental.

Ao caracterizar a situação educacional do município, a autora apresenta o Ideb de 4,2 obtido em 2007 nos anos iniciais do ensino fundamental. O estudo, entretanto, volta-se para escolas de campo que, na ocasião, não participaram da Prova Brasil, componente do Índice naquela edição. Por este motivo, a pesquisadora utiliza dados da Provinha Brasil – que foi aplicada nas escolas rurais, multisseriadas –, além de dados de matrícula inicial e final no ensino municipal. Por atuar como supervisora de ensino na rede de Arvorezinha à época da pesquisa, considera seu conhecimento do contexto prático da investigação para afirmar que o Ideb representa “os baixos índices de aproveitamento” (CARON, 2009, p. 83) da educação no município.

No desenvolvimento da pesquisa, a autora apresenta referencial teórico sobre concepções acerca de língua e linguagem. Em seguida, analisa conhecimentos dos professores sobre o tema, caracterizando sua formação inicial e continuada. A análise aponta para distanciamento dos professores quanto a conhecimentos do campo teórico da variação linguística e a autora conclui pela necessidade de “repensar o trabalho que vem sendo realizado no processo da alfabetização e, principalmente, buscar reverter os índices baixos de

aproveitamento, representados pelo IDEB, SAEB e Provinha Brasil, que formam elementos indispensáveis nesse processo” (CARON, 2009, p. 87).

Gorges (2009) estudou a relação entre legislação educacional e qualidade de ensino, tomando como campo empírico o município de Timbó (SC). A autora analisou 195 normativas municipais (leis complementares, ordinárias e decretos), além de leis nacionais, e correlacionou este conjunto de variáveis a indicadores educacionais como matrícula, aprovação, titulação docente e outros, dentre os quais o Ideb.

Trata-se de pesquisa qualitativa, realizada a partir do questionamento quanto à influência da legislação educacional na qualidade da educação. Como resultado, inferiu que “essas condições proporcionadas pelo aparato da legislação educacional do município de Timbó parecem ter contribuído de maneira significativa” para a qualidade (GORGES, 2009, p. 58).

Especificamente quanto ao Ideb, a autora apresentou os dados do município para anos iniciais e finais do ensino fundamental em 2005 e 2007, superiores à média nacional, tendo relacionado tal resultado à legislação em um aspecto específico, quanto ao plano de carreira docente: “pela lógica teve influência positiva especialmente se considerarmos o fato de que o município tem seu plano de carreira para o magistério, criado em 1993, e progressivamente aperfeiçoado durante o último decênio” (GORGES, 2009, p. 61).

Gurjão (2009) investigou práticas de leitura em uma unidade de ensino de Campina Grande (PB). A pesquisadora apresentou dados do Ideb, particularmente as notas baixas do município e da escola em questão, como expressão do desempenho negativo em leitura.

Samia (2009) realizou pesquisa sobre sucesso escolar, com objetivo de identificar fundamentos teóricos e práticos, de âmbito pedagógico, presentes em redes municipais apontadas com bons resultados educacionais. A autora questiona se tais fundamentos “se articulam e colaboram para os bons resultados obtidos” (SAMIA, 2009, p. 18).

Trata-se de uma pesquisa documental, de caráter qualitativo, baseada nos dados obtidos na pesquisa Redes de Aprendizagem (UNICEF, UNDIME, MEC, 2008), em que Samia atuou como coordenadora e cujo objetivo era investigar fatores para obtenção de bom Ideb na percepção dos sujeitos — por meio de entrevista e observação.

O campo empírico definido pela autora compreendeu 37 municípios, que haviam sido selecionados para a pesquisa Redes de Aprendizagem, com base, entre outros critérios, no

Ideb. A análise dos relatórios dessa pesquisa anterior levou à identificação de três eixos que ela relaciona a sucesso escolar: foco na aprendizagem, perfil do professor e cultura colaborativa.

Neste trabalho, o Ideb é tomado como referencial de sucesso escolar:

Retomando o conceito de sucesso escolar usado nesta pesquisa, cabe ainda esclarecer que está relacionado ao nível de aprendizagem dos alunos, neste caso, seu bom desempenho a partir de um indicador nacional, o IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Isso não significa que acredito que apenas as aprendizagens relacionadas a conteúdos escolares sejam relevantes, ao contrário, defendo a escola como local de vida. O IDEB neste contexto entra apenas como um parâmetro de desempenho (SAMIA, 2009, p. 24).

Santos (2009) realizou pesquisa sobre educação de qualidade, por meio de estudo de caso na rede de ensino municipal de Uberaba (MG). O Ideb foi mencionado como um dos indicadores de qualidade, com abordagem problematizando sua associação ao conceito de qualidade adotado no estudo.

O tema da pesquisa de mestrado de Batista (2010) é letramento. A autora investigou fatores (práticas de leitura e escrita) que influenciaram o desempenho na Prova Brasil de 2005 e, conseqüentemente, incidiram no Ideb daquele ano de uma escola municipal rural de Matão (SP). A unidade apresentou Índice elevado (7.3 frente à média nacional de 3.8) para os anos iniciais do ensino fundamental.

Como a investigação esteve concentrada em fatores relacionados à obtenção de desempenho na Prova Brasil, o Ideb foi apropriado pela pesquisa como indicador de resultado da abordagem de letramento adotada pela escola analisada (ainda que letramento não seja um programa/projeto definido e sistematizado, mas um conjunto de práticas, intencionais e recorrentes).

No âmbito do referencial de sucesso escolar, Chiappa (2010) buscou identificar fatores que contribuíram para resultados positivos em avaliações externas, elegendo para estudo duas unidades escolares com aumento no Ideb. O Índice foi um dos indicadores utilizados para balizar a análise. “Essa pesquisa considerou a melhora na avaliação externa como um indicador de sucesso na aprendizagem” (CHIAPPA, 2010, p. 107). Registra a autora:

Nesta pesquisa foi considerado como sucesso: a melhora nos resultados da Prova Brasil, o aumento do Ideb da escola e a diminuição dos índices de distorção idade-série. Esta pesquisa considera que a melhora dos resultados na Prova Brasil e o aumento do Ideb indicam um movimento a favor da aprendizagem, o que mostra que há aprendizagem nas escolas (CHIAPPA, 2010, p. 22).

Chirinea (2010) abordou o tema da qualidade, com investigação acerca de dimensões da educação escolar que contribuem para obtenção de qualidade. O Ideb foi incorporado como parâmetro para confirmar ou não seus achados. Tomou como objeto de investigação propostas e práticas vigentes em duas escolas no interior de São Paulo, uma com variação positiva no Ideb e outra com negativa na edição de 2007, e analisou diferentes dimensões do processo educativo, com base no documento Indicadores da Qualidade na Educação (BRASIL, 2004), do MEC. A metodologia recorreu a análise documental, entrevista e observação como coleta de dados.

A autora afirma que “como parâmetro de análise sobre a qualidade, teve-se como referência o IDEB e os Indicadores da Qualidade na Educação” (CHIRINEA, 2010, p. 12), o que sugere a utilização do Índice associado ao resultado (no caso, a qualidade da educação) da política educacional brasileira, apreciada no campo empírico determinado pela autora.

Machado (2010) investigou se bom desempenho no Saeb e na Prova Brasil correspondem, de fato, a boa proficiência matemática. O autor adotou como referência a concepção de matemática como prática social, em que a proficiência “não se vincula exclusivamente ao que se sabe de Matemática, mas, também, com o que se é capaz de fazer com ela” (MACHADO, 2010, p. 50-51).

A análise contemplou questões de matemática presentes no Saeb e na Prova Brasil seguindo três critérios: contextualização; precisão na formulação da questão e aspectos da proficiência matemática: base de conhecimento, estratégias, metacognição e crenças e disposições. Os resultados apontaram limitações presentes nessas avaliações, tendo em conta a concepção de proficiência matemática assumida na pesquisa. O autor relativizou, assim, a representatividade dos exames e, conseqüentemente, do Ideb quanto à proficiência matemática.

Oliveira (2010), a partir da temática da qualidade da educação, analisou relações entre políticas públicas educacionais e indicadores de qualidade. O campo empírico para coleta dos dados foi composto pelos municípios do estado do Rio de Janeiro em 2005 e 2007. Os indicadores analisados compreenderam IDH Municipal (IDH-M), Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI) e Coeficiente de Gini, no aspecto social, e taxa de aprovação, desempenho escolar (proficiência em matemática) e Ideb no campo da educação.

A investigação consistiu em pesquisa quantitativa e qualitativa, compreendendo análise do PAR para especificar demandas educacionais dos municípios e análise multivariada com ajuste de modelo de regressão linear.

A análise referente ao Ideb, que considerou o peso de cada componente (aprovação e desempenho) na nota, identificou que a evolução apresentada no estado do Rio de Janeiro deveu-se, em maior medida, às melhorias na taxa de aprovação. Tal constatação evidencia que o desempenho deve ser alvo de ações efetivas na gestão do sistema e de escolas.

Pereira (2010) procurou compreender relação entre modelos de gestão educacional e aprendizagem e desempenho dos alunos. Trata-se de pesquisa qualitativa, com estudo de caso e coleta de dados por meio de entrevista, observação e pesquisa documental. O pesquisador partiu da premissa de que gestão incide em melhoria da aprendizagem, tendo escolhido a escola que constituiu o campo empírico em função de apresentar alto Ideb na rede municipal para os anos iniciais em 2005 e 2007. Nas análises, identifica parâmetros de gestão, tendo referenciado bom resultado e aprendizagem na nota do Ideb.

Costa, C. (2011) trabalhou, em sua tese de doutorado, com o tema desigualdades educacionais, recorrendo ao Ideb como um dos indicadores, na comparação entre os sistemas de ensino baiano e mineiro, procurando identificar disparidades. Neste estudo, entende-se que a autora não tratou de um programa ou política educacional específicos, mas, ao tratar de desigualdades educacionais, abordou as políticas educacionais dos estados em questão de modo mais geral.

Costa, V. (2011) realizou pesquisa sobre políticas de ampliação da jornada escolar. O objetivo foi investigar experiências do tipo no município de Russas (CE). O estudo consistiu em abordagem qualitativa, a partir de pesquisa bibliográfica e documental, além de estudo de caso em duas escolas públicas do município, com coleta de dados por observação, questionário e entrevistas. O autor recorreu a técnicas de análise de conteúdo para extrair os resultados.

O trabalho apresenta a descrição de duas modalidades de ampliação da jornada escolar que foram implantadas no município: o tempo integral (10 horas de permanência dos alunos na escola) e a jornada ampliada, para período de seis horas de presença das crianças na escola. Entre as considerações que o autor desenvolve acerca das experiências de ampliação da jornada analisadas, encontram-se citações ao Ideb do município e das escolas que serviram como campo empírico da pesquisa. Ao apresentar o Índice e conjecturar sobre sua elevação,

estabelece associação, entre outras iniciativas e programas, à ampliação da jornada. Diz o autor: “a meu ver, o crescimento dos indicadores educacionais de Russas possui correspondência com a implementação de vários projetos (...)” (COSTA, V., 2011, p. 68). Entre os projetos, o autor cita a ampliação da jornada.

Silva (2011) investigou saberes e práticas docentes na área de matemática de professores de 5º ano do ensino fundamental e como esses saberes e práticas contribuem para resultados no Saeb e na Prova Brasil – que acabam sendo expressos pelo Ideb.

O pesquisador realizou um estudo de caso múltiplo, com duas professoras da rede municipal de Sobral (CE), que apresentou Ideb positivo em 2005, 2007 e 2009. A pesquisa, de abordagem qualitativa, teve coleta de dados por meio de análise documental, entrevista semiestruturada e observação de sala de aula. A fundamentação teórica consistiu em aportes de autores do campo da formação de professores e ensino de matemática, como Perrenoud, Gauthier, Tardif, Lessard e Jacques Therrien.

As referências do autor ao Ideb são sucintas, sem aprofundamento, apenas citando o Índice como expressão de resultados de avaliação, especificamente da aprendizagem de matemática, como afirma em suas conclusões:

O estudo realizado demonstrou que, de fato, os saberes e as práticas das professoras pesquisadas, referenciados por uma formação permanente qualificada e focada na aprendizagem dos estudantes, com clareza dos objetivos educacionais e com metas estabelecidas e condições adequadas, pode sim ser fator determinante na aquisição da aprendizagem Matemática que se expressa nos dados do IDEB (SILVA, 2011, p. 155).

Duarte (2012) analisou, pela perspectiva de política social de educação, a relação entre educação formal e população em situação de pobreza. O trabalho foi composto por uma pesquisa quantitativa, que “investigou o impacto que representa a população em situação de pobreza – identificada como a beneficiária do Programa Bolsa Família — no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB - das escolas, dos sistemas de ensino municipais e estaduais” (DUARTE, 2012, página do resumo). Como resultado, obteve o dado de que pobreza tem incidência negativa sobre o Ideb, com efeito maior em algumas regiões e estados. O Ideb funcionou, nessa pesquisa, como indicador de políticas sociais focadas na questão da pobreza e em sua relação com a educação. A autora realizou também uma pesquisa qualitativa, sem analisar dados do Ideb, para entender como a pobreza é abordada na educação formal do Distrito Federal.

Em tese sobre formação continuada de docentes, Gouvêa (2012) procurou caracterizar a formação permanente de professores da rede pública municipal de Diadema (SP) e seu impacto na qualidade da educação. Trata-se de investigação de caráter exploratório, que compreende estudo de caso com coleta de dados por meio de pesquisa documental e entrevista.

O Ideb foi um dos elementos de análise para triangulação dos dados do estudo de caso. Na análise da categoria "Formação Permanente e Qualidade da Educação", aborda sistema de avaliação da educação e apresenta índices de Diadema, dentre eles o Ideb. A autora associa a evolução do Ideb a diferentes fatores intervenientes no processo escolar, incluindo programas de formação permanente.

A seguinte pesquisa delineou-se com o objetivo de “avaliar o impacto da estrutura de governança dos municípios brasileiros sobre a qualidade da educação no ensino fundamental, medida pelo IDEB 2009” (KERN, 2012, p. 15).

A metodologia de trabalho baseou-se em análise fatorial e método dos mínimos quadrados ordinários “para verificar como a nota do IDEB 2009 é afetada pela estrutura de governo de cada município brasileiro” (KERN, 2012, página do resumo). A autora aplicou, ainda, o método de *bootstrap* “para corrigir as heterogeneidades” (KERN, 2012, página do resumo). Os dados utilizados foram provenientes do Perfil dos Municípios Brasileiros (MUNIC) de 2009, retirados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e do Ideb dos anos iniciais do ensino fundamental, de 2009, de 5.565 municípios brasileiros.

A dissertação baseia-se em referencial teórico sobre qualidade da educação, governança e descentralização da administração pública. A aplicação dos métodos de análise levou à conclusão de que “os resultados nos mostraram que uma boa governança tem impacto positivo na qualidade do ensino” (KERN, 2012, p. 79).

Klauck (2012) investigou a perspectiva que a própria escola elabora acerca da qualidade educacional. A escola em questão refere-se a uma unidade de ensino da rede estadual de Mato Grosso do Sul, localizada no município de Amambai, que apresentou resultados positivos e de destaque no Ideb dos anos iniciais do ensino fundamental nas edições de 2005, 2007 e 2009.

Trata-se de pesquisa de abordagem qualitativa, composta por estudo bibliográfico e estudo de caso com recursos de triangulação. A coleta de dados foi feita por análise

documental, observação e entrevista a pais, professores e gestores da escola. O tratamento dos dados foi baseado em análise de conteúdo. A fundamentação teórica abordou o tema da qualidade e a perspectiva de políticas públicas educacionais.

Dentre os diferentes indicadores de qualidade que a pesquisadora levantou em suas análises, destacou, “com base na visão dos atores escolares, que houve ênfase nos aspectos do trabalho em equipe e articulação dos profissionais, e a participação dos pais na escola [além de] condições socioeconômicas e culturais das famílias dos alunos [que] favorecem a participação dos pais na escola” (KLAUCK, 2012, p. 127).

A pesquisadora dedicou-se a analisar o Ideb da escola estudada em comparação a outras escolas, à rede estadual e à nota Brasil; sua evolução e os elementos componentes do Índice (desempenho e aprovação) – o que aportou rigor ao estabelecimento de relações entre os indicadores de qualidade analisados na pesquisa empírica e os dados do Ideb. Fica clara a utilização do Ideb como expressão ou indicador de resultados de ações intraescolares e de políticas: “foi possível também observar que o Ideb não foi o principal responsável pela qualidade existente na Escola, este indicador, demonstrou ser apenas uma constatação do que a instituição já é, e vem construindo durante sua história na comunidade em que se insere” (KLAUCK, 2012, p. 127).

O “insucesso da escola pública no Brasil em relação à aprendizagem escolar dos alunos” (MILANO, 2012, p. 14) foi objeto de pesquisa que partiu da análise de como as políticas educacionais incidem no funcionamento das escolas. A autora baseia sua constatação de insucesso escolar e baixos resultados a partir do Ideb obtido nas edições de 2005, 2007 e 2009 no ensino fundamental (séries iniciais) que, a despeito do crescimento observado, indicaria baixo desempenho.

Trata-se de estudo que recorre a epistemologia materialista-histórica-dialética, composta por pesquisa documental e de campo. Na pesquisa de campo, os dados foram coletados por meio de observação e entrevista, em duas escolas municipais de ensino fundamental de Goiânia (GO). A escolha das unidades baseou-se no Ideb de 2009, sendo uma escola que atingiu a meta (e apresentava infraestrutura precária) e outra que não atingiu a meta do Ideb para aquela edição, mesmo apresentando condições satisfatórias de infraestrutura física e recursos materiais.

Entre os objetivos específicos, está a busca por “explicações para a ocorrência de baixos índices de desempenho escolar dos alunos das escolas municipais de Goiânia” (MILANO, 2012, p. 21). Um dos resultados de suas análises indica que

o baixo desempenho dos alunos nas provas estandardizadas, associa-se ao fato, de que as políticas educacionais assentadas em resultados, ao responsabilizarem as escolas e os professores pelos resultados dos alunos, se desresponsabilizam pelos fatores internos que interferem no desempenho efetivo da aprendizagem dos alunos (MILANO, 2012, p. 85).

3.2.4 Uso de dados do Ideb no delineamento da pesquisa e/ou na análise dos dados, tratado usualmente como uma das variáveis explicativas dos resultados do estudo

Neste agrupamento estão duas teses e 14 dissertações, o que representa 13% das pesquisas defendidas entre 2007 e 2012 constantes da presente base de análise.

O agrupamento reúne trabalhos com enfoques, temas e metodologias diversificados. Como na maioria dos casos o Índice não ocupa o foco de interesse dos trabalhos, a análise concentrou-se em captar a forma como o Ideb é utilizado pelos pesquisadores. Em alguns estudos, o Ideb consistiu em uma das variáveis (de controle ou explicativa) para cálculos estatísticos, com regressão linear, múltipla, isolada ou combinada a outros componentes. Há trabalhos que implicam em cálculos e análises do próprio Índice dentro da proposta da pesquisa em questão. Foram identificados, ainda, estudos que investigam eficiência de aplicação de gastos/recursos financeiros, que tomam o Ideb como dado para realizar seus cálculos.

Os trabalhos deste agrupamento foram publicados já a partir de 2008, o que pode sugerir uma rápida apropriação do Ideb após sua divulgação no panorama da pesquisa acadêmica nacional. Assim, o Índice teria atendido a necessidades de pesquisa vinculadas a uso de indicadores da área; ainda, é possível afirmar que, em tais casos, o Ideb é tomado como ideia de qualidade da educação ou desempenho dos estudantes – sendo que há pesquisadores que procuram problematizar tal associação.

Jammal (2008) estabeleceu o objetivo de compreender o processo de democratização do ensino fundamental nas primeiras séries no município de Guaratuba (PR). A análise

consistiu na observação da codependência dos elementos: investimento, condições de qualidade e resultado de desempenho (neste caso, o Ideb).

Trata-se de pesquisa de caráter qualitativo, com levantamento bibliográfico e análise documental. A coleta de dados foi feita por meio de observação (visitas) de unidades escolares e entrevista, além de consulta a dados do Ideb e informações sobre despesas e receitas do município (Finbra – Finanças do Brasil). Como resultado, afirma que “financiamento, condições de qualidade e resultado de desempenho são codependentes” (JAMMAL, 2008, p. 79).

Em estudo acerca de repetência e qualidade, o objetivo foi “verificar o efeito puro da repetição da série sobre o desempenho do aluno” (LUZ, 2008, p. 6). A pesquisa utilizou como campo empírico escolas públicas das regiões metropolitanas das capitais dos estados do Pará, Rondônia, Sergipe, Pernambuco, Goiás e Mato Grosso do Sul, com análises a partir de dados do Ideb 2005 e da pesquisa Fatores Associados ao Desempenho Escolar (INEP/MEC). As análises são apresentadas em duas partes. Na primeira, a autora faz “uma abordagem macro da relação entre desempenho e aprovação, a partir da utilização do IDEB [...] para observar a dinâmica entre aprendizado e fluxo, procurando verificar em que medida o *trade off* entre estes dois componentes opera” (LUZ, 2008, p. 23).

Na segunda parte, Luz analisa os efeitos da repetência sobre o desempenho do aluno repetente ao realizar “comparações dos grupos de alunos repetentes e alunos promovidos em dois pontos no tempo (anos 2002 e 2003)” (LUZ, 2008, p. 23), utilizando dados longitudinais da pesquisa Fatores Associados ao Desempenho Escolar. A autora também comparou os alunos repetentes após a retenção com os colegas novatos para diagnosticar desempenho em relação à reexposição da série.

Em resumo, Luz registra que os resultados do estudo

apontam para uma relação diferenciada entre desempenho e fluxo de acordo com a posição da escola quanto ao IDEB. O *trade off* entre repetência e fluxo é relativamente fraco para as escolas mais deficientes, sendo possível auferir ganhos nas taxas de aprovação sem penalizar o escore dos alunos. Quanto ao efeito da repetência sobre o desempenho dos repetentes, mostramos que o ganho em proficiência tido pelos alunos que repetem é pequeno e inferior àquele tido pelos seus colegas promovidos nas mesmas condições. Ao final do ano repetido, o desempenho dos alunos repetentes é semelhante ao de seus novos colegas de turma, e muito inferior àquele apresentado pelos seus antigos pares que progrediram (LUZ, 2008, p. do resumo).

Vieira (2009) procurou “verificar a eficiência na aplicação de recursos públicos em políticas sociais, relacionadas à educação e a saúde nos municípios do estado de Alagoas” (VIEIRA, 2009, p. 22). Trata-se de pesquisa sobre informações contábeis na gestão pública. O Ideb foi uma das variáveis analisadas na área de educação.

O estudo foi desenvolvido por método dedutivo, baseado em levantamento bibliográfico e análise documental de demonstrações contábeis dos 102 municípios de Alagoas. A aplicação do método Análise por Envoltório de Dados (DEA, na sigla em inglês) permitiu verificação cronológica da eficiência nos anos de 2000 a 2007 em relação à educação, e de 2000 a 2006 na área de saúde. Os dados de demonstrações contábeis foram obtidos junto ao Tesouro Nacional e Inep/MEC.

O Ideb foi relacionado entre os *outputs* da área de educação, consequência dos *inputs* (despesas). “As variáveis utilizadas como *outputs* na análise da educação, consequentes dos *inputs*, foram escolhidas visando representar melhorias qualitativas e quantitativas no sistema municipal e oferta de serviços da educação” (VIEIRA, 2009, p. 67). O Ideb representa, na visão do autor, melhoria qualitativa.

Quanto ao Ideb, os resultados “demonstram que, aproximadamente, 60% dos municípios são ineficientes” na aplicação dos recursos (VIEIRA, 2009, p. 144). Entretanto, as conclusões gerais do trabalho apontam que “os municípios alagoanos apresentam resultados eficientes em relação à aplicação de recursos na educação e na saúde” (VIEIRA, 2009, p. 155), uma vez que o estudo contempla outras variáveis:

Quando a análise foi efetuada considerando aspectos qualitativos, conceito do IDEB para a educação e quantidade de mortalidade infantil para a saúde, verificou-se que os municípios apresentaram menor eficiência e que de um ano para outro houve pouca variação no resultado [...] (VIEIRA, 2009, p. 157).

Zampiri (2009) investigou a relação entre desempenho de estudantes e ações e prescrições de políticas públicas das esferas estadual e municipal. A pesquisa tomou o Ideb como indicador de resultados da faixa prioritária de atendimento das redes municipal (anos iniciais do ensino fundamental) e estadual (anos finais do ensino fundamental). A análise contemplou dados do Ideb de 2005 e 2007.

“Admitiu-se que o Ideb é dependente de determinadas circunstâncias, as quais em grau variado podem compor a explicação de tal fenômeno” (ZAMPIRI, 2009, p. 79). As variáveis explicativas definidas pela autora foram: dependência administrativa estadual ou municipal,

número de matrículas na unidade de ensino, localização geográfica e região administrativa a que a escola pertence, e rendimento salarial localizado. A análise foi feita por estatística descritiva elementar para indicar a existência ou não de relações entre as variáveis.

Além da estatística descritiva, a autora realizou análise documental e entrevistas a fim de compreender o discurso político presente nas ações e prescrições das secretarias estadual e municipal (ZAMPIRI, 2009, p. 79). Como resultados, identificou que

no município de Curitiba, o conjunto das escolas fundamentais públicas elevou a média dos resultados estudantis. Também é certo que o esforço maior deste movimento está localizado na rede que mantém prioridade a uma das partes do ensino fundamental: rede municipal para os anos iniciais e rede estadual para os anos finais (ZAMPIRI, 2009, p.118).

Ainda, a autora verificou que os resultados tendem a ser mais homogêneos, portanto com menor desigualdade, entre as escolas da rede nas faixas priorizadas por cada esfera. No caso analisado, o Ideb dos anos iniciais é mais homogêneo entre escolas municipais e o dos anos finais entre as escolas estaduais.

A seguinte pesquisa buscou demonstrar que aplicação de recursos públicos na educação “não garante a qualidade dos gastos de modo que possibilite o poder público a oferecer à população uma boa rede de ensino” (ANDRADE, 2010, p. 43). O pesquisador analisou o atendimento ao Artigo 212 da Constituição Federal, que prevê destinação mínima de 25% de receitas de Estados e municípios para a educação.

A análise foi feita com base nos dados de demonstrativos contábeis de aplicação de recursos no ensino disponíveis nos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária, publicados pelos municípios, e no Ideb. O tratamento dos dados comparou “os índices oficiais dos municípios obtidos no Ideb e os percentuais de aplicação no ensino, para explicar se há, ou até que ponto existe, eficácia na regra constitucional” (ANDRADE, 2010, p. 43).

O universo da pesquisa compreendeu 17 municípios com maior Ideb e 17 municípios com pior Ideb. Não ficou claro a qual edição do Ideb o estudo se refere e a qual etapa de ensino (supostamente aos anos iniciais do ensino fundamental).

Os resultados indicam que aplicação de recursos, por si, não garante qualidade da educação (tomada como resultado do Ideb). A pesquisa verificou que todos os municípios cumpriram a regra constitucional de aplicação de recursos para educação, tendo alguns dos

municípios, com Índices mais baixos, apresentado gastos mais elevados que o mínimo exigido.

A análise dos demonstrativos publicados pelos municípios que tiveram as piores colocações revelou que todos atenderam a exigência da Constituição Federal, inclusive alguns deles demonstraram que gastaram bem mais que o mínimo exigido de 25%. O Município de Itapuã do Oeste (RO) aplicou 31,28%, embora tenha amargado a segunda pior posição no ranking do Ideb, seguido por Tanque do Piauí (PI) que apontou gastos no percentual de 33,85% (ANDRADE, 2010, p. 44).

No âmbito da política pública educacional do PNE, Biancardi (2010) analisou o Ideb, tendo em vista a “proposição de indicadores locais para avaliação da qualidade no processo de ensino e aprendizagem, ampliando a ótica atual que abarca somente fluxo e retenção” (BIANCARDI, 2010, p. 14).

Trata-se de estudo de caráter qualitativo, realizado a partir de pesquisa bibliográfica sobre PNE, PDE e Ideb, e pesquisa de campo, com coleta de dados por meio de questionário. O campo empírico compreendeu quatro unidades escolares com notas diferentes no Ideb dos anos iniciais, sendo duas em Bebedouro (SP) e duas em Catanduva (SP).

A autora parte do questionamento de “qual seria a importância da análise das variáveis locais caso o IDEB viesse a considerar as eficácias e entraves que interferem em uma determinada localidade” (BIANCARDI, 2010, p. 14), elaborando uma série de variáveis que analisa em relação ao Ideb de cada escola. Para ela, “percebe-se que existe uma ausência de consideração para com a realidade local de cada unidade escolar quando avaliadas pelo IDEB” (BIANCARDI, 2010, p. 29).

Em sua análise, identificou indicadores de categoria social, educacional, econômica e cultural, que influenciam nos resultados da educação.

Acredita-se ser possível a utilização do presente estudo, considerando indicadores locais, geográficos e de classe social, para entender melhor o entorno de uma localidade educacional. Propõem-se novos estudos em que o IDEB estaria correlacionado com as condições do entorno e as questões de gestão (BIANCARDI, 2010, p. 115).

Fonseca (2010) procurou avaliar as características de fidedignidade e fidelidade dos indicadores que considerou mais relevantes para avaliação de escolas e redes da educação básica no Brasil: a taxa de atendimento, as taxas de rendimento (aprovação, reprovação e abandono) e o Ideb. Para tanto, analisou a qualidade dos dados produzidos para a composição de tais indicadores.

No âmbito do uso de dados de indicadores para delineamento de políticas públicas, o pesquisador estabeleceu a definição de uma série de elementos componentes dos indicadores e suas fontes. As fontes de dados dos indicadores analisados foram o Censo Demográfico, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e outras pesquisas do IBGE, o Censo Escolar do Inep e os sistemas de gestão educacional.

Quanto ao Ideb, o pesquisador analisou as fontes, os métodos de coleta e o processamento dos dados, apontando funções, potenciais e imprecisões, como a seguinte: “a combinação da ausência de um indicador de acesso com o cálculo por etapa de ensino isolada faz com que os abandonos dos estudos verificados nas transições entre etapas não impactem o Ideb” (FONSECA, 2010, p. 69).

Em suas conclusões, considera que as limitações encontradas nos indicadores analisados não invalidam a utilização que tem sido feita. As análises propiciaram as seguintes considerações quanto à validade e a fidedignidade do Ideb:

não cabe avaliar a validade do Ideb uma vez que ele não mede um conceito nem se propõe a refletir um fenômeno. Ele é um índice criado por definição, pela composição de dois indicadores. Estes, sim, estão sujeitos a avaliação de suas validades, o que já foi apresentado nos itens anteriores. Como composição de indicadores, a fidedignidade do Ideb deriva da fidedignidade de seus componentes, também já objeto de comentários nos mesmos itens (FONSECA, 2010, p. 69).

Melo (2010), no campo da ciência política, desenvolveu pesquisa para medir “o impacto da corrupção nos resultados de políticas públicas” (MELO, 2010, p. 24). A área de educação foi escolhida para estudar as políticas públicas afetadas por atos de corrupção em municípios, tomando indicadores de rendimento (taxas de aprovação, de reprovação e de abandono escolar) e considerando o Ideb entre os indicadores de desempenho e qualidade da educação, além da Prova Brasil. O indicador de casos de corrupção adotado na pesquisa teve como fonte relatórios da Controladoria Geral da União sobre verbas do governo federal destinadas a municípios.

O pesquisador tomou como hipótese a afirmação de que “quanto maior a corrupção, tanto menor a eficácia das políticas governamentais” (MELO, 2010, p. 24). O estudo teve abrangência de administrações de 556 municípios brasileiros com menos de 500.000 habitantes, selecionados aleatoriamente.

As análises foram feitas pelo método Tobit para dados censurados. O teste com esse método

produziu resultados que possibilitaram concluir que, de fato, há relação estatisticamente significativa entre os casos de corrupção constatados e os indicadores educacionais, de modo que, a maior corrupção corresponde menor aprovação e maior taxa de alunos abandonando a escola, baixas notas de proficiência em matemática e português e notas inferiores no IDEB (MELO, 2010, página do resumo).

Os resultados indicaram, quanto ao Ideb, que

é possível associar-se corrupção e deficiência de desempenho dos alunos. Tanto na Prova Brasil, quanto no IDEB, em relação à 4ª e 8ª séries (tabela 6.4), verificou-se que, nos municípios onde se detectaram casos de corrupção, as notas dos testes foram, em média, inferiores às do grupo dos municípios sem corrupção [...] (MELO, 2010, p. 164).

Em suas análises, o autor apresentou dados que mostram que “todo o esforço em aumentar a nota do IDEB, no biênio, na primeira fase do ensino fundamental, pode ter sido diminuído em 3% à conta da corrupção” (MELO, 2010, p. 169). Resultados da variação do Ideb nos anos iniciais do ensino fundamental relacionados à corrupção permitiram ao pesquisador afirmar que “os alunos que mais sofrem os efeitos da corrupção são exatamente os ainda no início do processo de aprendizagem” (MELO, 2010, p. 181).

Nascimento (2010) estudou o posicionamento de estudantes e familiares quanto a temas relacionados ao desenvolvimento educacional. Como pano de fundo, visou a contribuição que o conhecimento de tais posicionamentos pode oferecer para a elaboração de políticas públicas. O autor realizou uma “pesquisa aplicada, quantitativa, descritiva, através de procedimentos de levantamento, por meio de questionários, seguindo abordagem comparativa” (NASCIMENTO, 2010, página do resumo).

A pesquisa teve como campo empírico seis escolas de ensino fundamental de Ribeirão Preto (SP) e três unidades de Sorocaba (SP). As escolas foram selecionadas em função do Ideb de 2005 e 2007 nos anos finais do ensino fundamental, “sendo escolhidas para análises as de índice menor, maior e intermediário, nos municípios de Ribeirão Preto e Sorocaba, no estado de São Paulo” (NASCIMENTO, 2010, p. 25). O autor calculou a média do Índice nas duas edições.

Os dados quanto ao posicionamento dos familiares foram obtidos por questionários a pais ou responsáveis e estudantes da 8ª série (9º ano) das escolas selecionadas. A proposição central da pesquisa era que “pais/ responsáveis e estudantes da 8ª Série (9º Ano) de escolas municipais com diferentes médias do Ideb (2005; 2007) apresentam posicionamentos

semelhantes quanto à educação de seus filhos” (NASCIMENTO, 2010, p. 69). No entanto, como resultados, o autor encontrou que

A análise dos posicionamentos de estudantes de escolas com índices de Ideb semelhantes apresentou uma tendência à semelhança de posicionamentos dos estudantes de escolas com Ideb similares, ou seja, escolas com Ideb baixo com posicionamentos similares entre si, escolas com Ideb alto com posicionamentos similares entre si.

Nas análises, comparando os posicionamentos de estudantes de escolas com Ideb alto e baixo, verificou-se diferenças de posicionamentos dos pais/responsáveis no que diz respeito à crença na educação e na escola; à admiração da atuação de gestores e da equipe escolar; e ao contato com situações de estímulo ao gosto pelo estudo (NASCIMENTO, 2010, p. 139).

Santos Filho (2010) estudou a relação entre desenvolvimento humano local e aplicação de recursos públicos em diferentes áreas de ação governamental. O pesquisador utilizou, como indicadores de desenvolvimento humano local, o IDH Municipal (IDH-M) e o Ideb. A alocação de recursos públicos foi analisada nas áreas de educação, cultura, saúde, previdência, agricultura, transporte entre outras.

Como campo empírico, a pesquisa abrangeu uma amostra de municípios baianos. As fontes de dados foram informações contábeis e não contábeis e os indicadores sociais. O desenvolvimento foi realizado com base em análises de regressão linear múltipla pelo método dos mínimos quadrados.

O pesquisador partiu da premissa de que

É possível, em tese, avaliar o resultado da alocação dos recursos públicos nas diversas áreas de atuação dos entes municipais, mediante a utilização de indicadores sociais típicos como o IDH e o IDEB, relacionando o resultado desses com a alocação de recursos públicos. Para isso, seria necessário realizar estudos voltados para o relacionamento dos dados contábeis e não contábeis relacionados com esses índices (SANTOS FILHO, 2010, p. 20).

Quanto ao Ideb, o autor estabeleceu objetivo específico de “identificar a relação entre os valores apresentados nos demonstrativos contábeis dos municípios baianos (Gastos Públicos por Função de Governo) e os valores do IDEB dos municípios baianos” (SANTOS FILHO, 2010, p. 32).

Como resultados, a pesquisa indicou que os modelos ajustados para o IDEB apresentaram grau de explicação da variável muito abaixo do IDH-M, concluindo que

as hipóteses de que não é possível relacionar os gastos públicos por função de governo com os indicadores sociais (IDH-M e IDEB) tornam-se parcialmente

rejeitadas, ensejando a aceitação da hipótese alternativa de que pelo menos algumas dessas variáveis (despesas por função de governo) pode[m] sim explicar a variação dos indicadores sociais e servir como proxy para o desenvolvimento local (SANTOS FILHO, 2010, p. 136).

Godoy (2011) trabalhou com a temática da gestão da educação e o controle das performatividades no Brasil. Para desenvolver sua pesquisa tomou o Ideb como objeto de análise, adotando a metodologia do estudo de caso simples, aplicando análise crítica do discurso. A investigação baseia-se em referencial teórico de autores como Paolo Virno, Antonio Negri, Michel Hardit, Michel Foucault, Gilles Deleuze e Steffen Ball.

No capítulo 5, o autor apresenta “uma problematização do caso do IDEB a partir do exercício interpretativo dos efeitos da performatividade e da gestão enquanto tecnologias políticas” (GODOY, 2011, p. 70). As análises contemplam diferentes elementos de tal referencial teórico, como controle, biopolítica e biopoder, gerencialismo, territorialidade, enunciados e discursos.

Dentre as conclusões, está a de que “o IDEB marca uma nova racionalidade de controle sobre as políticas educacionais da educação básica, todavia o controle e a potência instituídos são, agora, tecnologias políticas em devir” (Godoy, 2001, p. 169).

Oliveira, S. (2011) realizou estudo sobre a implementação do ensino fundamental de nove anos, procurando privilegiar percepções de crianças sobre a experiência. A pesquisa foi realizada no município de Poços de Caldas (MG), em duas escolas estaduais e uma municipal.

O estudo foi realizado em abordagem quantitativa e qualitativa, com pesquisa bibliográfica e documental, além de entrevista e questionário. O Ideb é mencionado na parte da pesquisa descrita como quantitativa, em que são analisados dados de “avaliações sistêmicas” (OLIVEIRA, S., 2011, p. 86). São apresentadas tabelas e interpretações do Ideb de Minas Gerais e das escolas de Poços de Caldas, além de outros indicadores.

Nas considerações finais, há uma alusão indireta aos dados de avaliações analisados: “em busca de melhores resultados nas avaliações sistêmicas e de mais recursos sacrificou-se o aprender brincando” (OLIVEIRA, S., 2011, p. 146).

Rodermel (2011) analisou documentos e referencial teórico relativos à educação em tempo integral. Uma parte de seu trabalho voltou-se para a análise de dados de avaliação externa de escolas em que foram implantados projetos de ampliação da jornada.

Para a análise dos dados de avaliação externa, a pesquisadora tomou como campo empírico duas escolas estaduais pertencentes à 11ª Secretaria de Desenvolvimento Regional de Curitiba, em Santa Catarina. Além de informações da Prova Brasil e índice de aprovação, são apresentados dados do Ideb referentes aos anos iniciais do ensino fundamental de 2005, 2007 e 2009.

Entre os resultados das análises, considera que as propostas de escola integral apresentaram “contradições”, uma vez que o aumento da jornada escolar não apresentou resultados de aprendizagens comprovados pelos resultados de avaliações e pelo Ideb.

Artoni (2012) utilizou dados do Ideb, entre outros indicadores, para analisar desempenho, abandono e perfil socioeconômico de escolas rurais e urbanas no estado de São Paulo.

Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo e quantitativo. Na parte qualitativa, a autora realizou um levantamento bibliográfico sobre políticas públicas educacionais e educação no campo. Ao identificar diferentes definições para rural e urbano, estabeleceu os critérios de sua análise pela classificação do IBGE e pela tipologia desenvolvida por Veiga referente a municípios rurais e urbanos.

A pesquisa quantitativa consistiu em análise de dados por meio de Estatística Descritiva e Multivariada. A abrangência da amostra compreendeu escolas municipais e estaduais de ensino fundamental (anos iniciais e anos finais) do estado de São Paulo. As variáveis foram compostas por dados de desempenho (Prova Brasil e Ideb de 2007 e 2009), taxas de abandono, aprovação e reprovação.

As análises das variáveis foram aplicadas à amostra pela classificação de rural e urbano do IBGE, pela “tipologia Veiga” e pelo perfil dos alunos informado no Censo Escolar como proveniente de área rural ou urbana.

Como resultados, apresentou diferentes achados de desempenho e abandono pela classificação do IBGE e pela “tipologia Veiga”.

A análise dos dados de desempenho escolar (média da Prova Brasil e a pontuação do IDEB) demonstra que as escolas urbanas apresentam melhores resultados do que as escolas rurais (tanto escolas estaduais quanto municipais). Entretanto, nos dados de aprovação, reprovação e abandono, os resultados obtidos apontam para melhores performances das escolas rurais, contrariando a literatura.

Ao contrário do resultado obtido com a tipologia de classificação do IBGE, a análise dos resultados, seguindo a tipologia de Veiga (2003), demonstra que os municípios

rurais apresentam melhor desempenho nas provas e nas taxas de aprovação, reprovação e abandono (ARTONI, 2012, p. 89).

Entre as conclusões, aponta, ainda, a incidência do indicador socioeconômico no desempenho dos alunos.

Diniz (2012) mensurou a eficiência da aplicação de verbas em educação no ensino fundamental nos municípios brasileiros. Teve como foco as transferências intergovernamentais de recursos, ao defender a tese de que transferências condicionais (como a destinação de 60% do Fundeb à valorização do magistério, por exemplo) são desfavoráveis à eficiência.

O autor adotou como fundamentação a teoria do federalismo fiscal. A pesquisa empírica, para mensurar a eficiência, baseou-se na técnica de Envoltória de Dados em painel (DEA). A população do estudo compreendeu 3.013 municípios brasileiros, correspondente a 54,15% do total. O universo da pesquisa foi delimitado em função do Ideb, compreendendo municípios brasileiros que tiveram o Índice calculado nas edições de 2005, 2007 e 2009.

Na parte empírica da pesquisa, constituída de duas fases, o Ideb foi utilizado no primeiro estágio, em que “foi calculada a eficiência da alocação de recursos na educação fundamental municipal” (DINIZ, 2012, p. 101). O cálculo foi feito por meio da DEA, utilizando-se o modelo dinâmico baseado em folgas (DSBM). Para estimação da fronteira de eficiência, o Ideb foi utilizado como desempenho do sistema educacional (*outputs*) da “função de produção da educação” (DINIZ, 2012, p. 101).

A análise da influência das transferências condicionais sobre a eficiência dos recursos aplicados na educação fundamental comprovou a tese do autor, referenciada na literatura utilizada, de que “as transferências condicionais impostas à educação fundamental conspiram contra a eficiência do gasto público municipal” (DINIZ, 2012, p. 136-137).

Matos (2012) analisou concepções de professores sobre a Prova Brasil e o ensino de matemática. A autora realizou estudo qualitativo, com coleta de dados por meio de entrevista e questionário a professores e coordenadores pedagógicos de duas escolas municipais de ensino fundamental de Aracaju (SE). A escolha do campo empírico foi baseada, entre outros critérios, no Ideb das unidades escolares: uma de alto e outra de baixo resultado no Ideb dos anos iniciais.

Uma das categorias de análise de dados elaborada para o estudo consistiu na “diferença entre as notas do IDEB para os 5º e 9º anos” (MATOS, 2012, p. 35). Entre os achados da pesquisa, expõe percepções dos entrevistados quanto ao fato do Ideb do 5º ano ser mais alto que o Índice do 9º em uma mesma unidade, evidenciando o desconhecimento dos entrevistados quanto à composição do Ideb.

3.2.5 Menção ao Ideb como um dos critérios de seleção de estados, municípios e/ou escolas a serem pesquisadas ou como elemento de caracterização do contexto de realização do estudo

Neste agrupamento estão quatro teses e 17 dissertações, num total de 21 trabalhos, o que corresponde a 18% das pesquisas defendidas entre 2007 e 2012 constantes da presente base de análise. Apesar da representatividade quantitativa que tal agrupamento apresenta no conjunto analisado, a característica de abordar o Ideb de modo circunstancial leva a um tratamento diferente do material, por isso seu posicionamento no final desta análise.

Nos trabalhos que utilizam o Ideb como critério de seleção do campo de pesquisa é possível observar alguns aspectos sobre como a escolha se realiza. O critério pode ser Ideb mais alto e Ideb mais baixo de escolas ou redes. Quando o pesquisador utiliza esse mecanismo para selecionar escolas que serão campo empírico de seu estudo, geralmente analisa a classificação (ou *ranking*) das escolas no Ideb de determinada rede de ensino, procurando aquelas que se situam nas posições mais altas e mais baixas. Há, ainda, a opção por uma unidade de Ideb médio na classificação da rede.

Uma variação da seleção de escolha por Ideb mais alto e Ideb mais baixo consiste em eleger escolas ou redes de ensino que apresentem maior ou menor variação entre diferentes edições do Ideb. Essa característica foi encontrada em alguns trabalhos, cujos autores participaram da pesquisa “Bons resultados do IDEB: estudo exploratório de fatores explicativos”, que utilizou tal procedimento para definir o campo. No entanto, muitos dos trabalhos com essa característica alocaram-se em outros agrupamentos, pois, em geral, fizeram algum tipo de apropriação do Ideb descrita nos demais tipos de abordagens.

Ainda quanto ao uso do Ideb como critério de seleção do campo empírico, há pesquisas que investigam determinada rede ou escola por ter obtido destaque em alguma

edição do Ideb (melhor município na região ou no estado, ou melhor escola de um município). O mesmo ocorre, pelo motivo inverso, quando o Ideb é baixo.

Entre as pesquisas deste agrupamento, algumas, ao interpretarem as informações coletadas no estudo, fazem considerações relacionadas ao alto e/ou baixo Ideb obtido pelas escolas ou redes analisadas. No entanto, essas são escassas e aligeiradas; portanto, não são tratadas nesta pesquisa como evidências que associam dadas condições ao alto e/ou baixo Ideb. É o que acontece, por exemplo, em Aguiar (2009):

Neste sentido, verificamos que a escola de maior IDEB, era a menor em termos de estrutura física, pessoal, equipamentos, número de alunos e programas. Entretanto, possuía um maior enraizamento na comunidade, ainda que a escola maior possuísse mais condições de ofertar serviços à comunidade (AGUIAR, 2009, p. 91).

O critério de seleção por Ideb também pode incorporar o posicionamento do Ideb em relação às metas: se foram atingidas, superadas ou se o resultado ficou abaixo do esperado. Uma variação é escolher municípios que ficaram com nota baixa e, por esse motivo, tornaram-se prioritários para o recebimento de programas federais atrelados ao mau desenho no Ideb.

A seleção do campo empírico pelo Ideb de escolas ou redes tende a denotar uma busca dos pesquisadores por um critério de qualidade. Em alguns estudos, os autores chegam a realizar algumas considerações, justificativas e ressalvas ao associar o Ideb à qualidade. Há, ainda, pesquisas que utilizam o Ideb como critério de seleção em conjunto a outros elementos.

O uso do Ideb como critério de seleção do campo empírico, nas diferentes formas aqui relatadas, também pode ser observado em trabalhos incluídos em outros agrupamentos.

Cabe observar que, em alguns textos, a identificação da edição e do nível de ensino (anos iniciais ou anos finais do ensino fundamental) do Ideb utilizado como critério de escolha não fica imediatamente clara. Essa característica tornou-se evidente no processo de sistematização de tais informações para fins de análise na presente pesquisa.

Neste agrupamento também foram alocados trabalhos que mencionam o Ideb na caracterização do campo empírico. Neste caso, o Índice consiste em um dos elementos da descrição de determinado município ou unidades de ensino e os autores apresentam o dado como noção de qualidade ou desempenho, sem tecer considerações ou justificativas sobre tal informação, uma vez que as pesquisas tratam de outros temas e conteúdos. Há, ainda, alguns

casos em que o autor contextualiza sua pesquisa ou seu referencial teórico e cita o Ideb em meio ao histórico de avaliação em larga escala ou do PDE.

O uso do Ideb como critério de seleção do campo empírico a ser investigado ou como elemento de caracterização ou contexto do estudo denota apropriação do Índice pela produção acadêmica atrelado ao conceito de qualidade. Pela sucinta referência ao tema nos trabalhos assim classificados, além de apresentarem focos de interesses alheios ao Ideb, consideramos que os elementos deste agrupamento pouco contribuem a respeito da expansão do conhecimento sobre o Índice e questões relativas, sem necessidade de detalhar como cada pesquisa o incorporou.

3.3 NOTA SOBRE O CONJUNTO DAS PESQUISAS

Apresentou-se, assim, uma análise descritiva de como se deu a incorporação do Ideb em pesquisas realizadas no âmbito de programas de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado, no período de 2007 a 2012. A leitura na íntegra dos textos levou a um movimento de interpretação das formas de abordagem ao Índice, tendo em conta conhecimentos acerca do Ideb apreendidos na revisão de literatura extensiva realizada no capítulo de abordagem teórica.

Foram encontradas recorrências nos modos pelos quais as teses e dissertações lidas trataram do Ideb, o que permitiu formar agrupamentos segundo a abordagem preponderante em cada trabalho. Isso porque, conforme a descrição demonstrou, ocorreram casos em que o Ideb integrou um mesmo trabalho em diferentes perspectivas.

Mesmo tendo empreendido procedimento (leitura integral e em quantidade significativa) que permitiu um aprofundamento no contato com o objeto de análise, os agrupamentos extraídos ainda não constituem categorias analíticas sólidas, uma vez que carecem de uma sistematização em um segundo nível de profundidade para se comparar similaridades, compatibilidades, rupturas e diferenciações em seu interior, que melhor os caracterizem. Tal movimento, no interior de cada agrupamento, ficou fora do escopo da pesquisa.

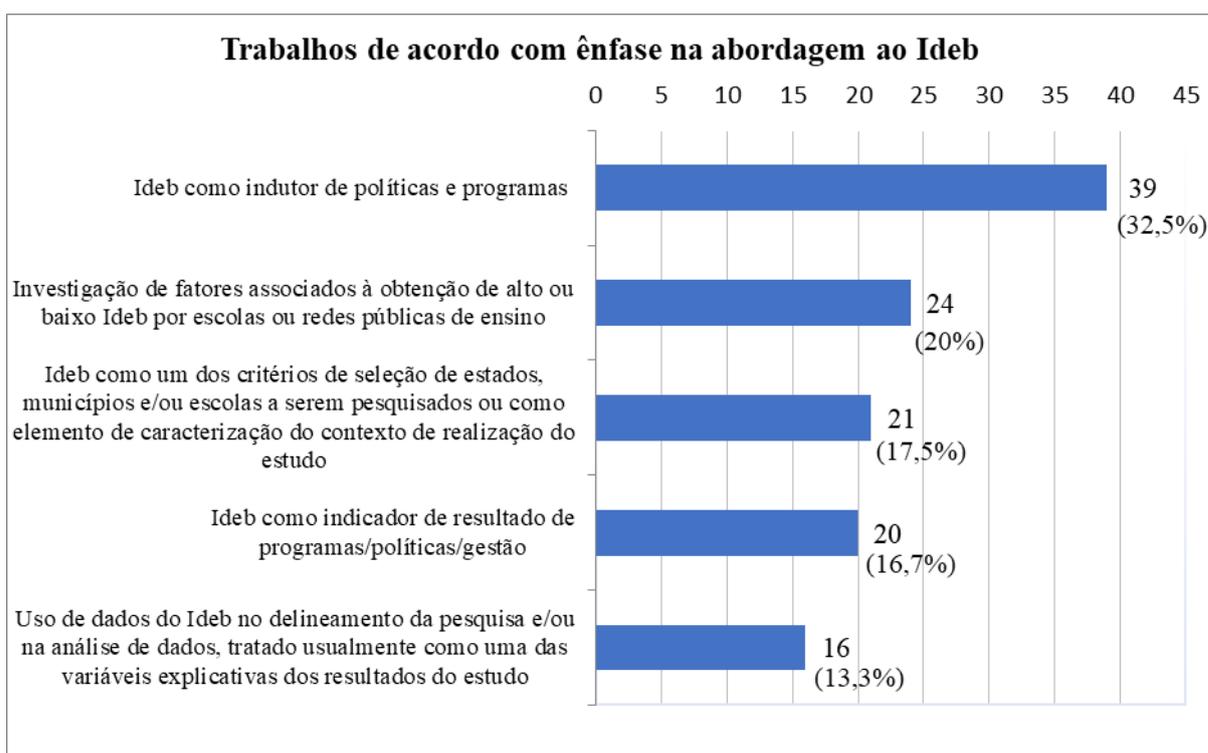
Ainda assim, a leitura integral de número significativo de produções acadêmicas levou a estabelecer importantes diferenciações, que se dão em nuances, e só se tornaram evidentes ao se debruçar sobre o material em toda sua extensão.

4 APONTAMENTOS SOBRE AS ABORDAGENS AO IDEB NA PESQUISA ACADÊMICA

A leitura integral do conjunto selecionado de teses e dissertações que abordam o Ideb levou à identificação de algumas convergências nas formas pelas quais os pesquisadores incorporam o Índice em seus estudos. Tais modos de abordar o Ideb em pesquisas foram caracterizados nos cinco agrupamentos em que a produção acadêmica foi classificada, segundo a ênfase que cada tese ou dissertação apresentou em seu desenvolvimento.

As abordagens ao Ideb em pesquisas acadêmicas, analisadas no presente estudo, foram distribuídas em cinco agrupamentos: como elemento de indução de políticas públicas e seus desdobramentos nas práticas e na gestão educacional; como indicador de resultados ou de contextos de políticas, programas ou projetos implementados em redes ou escolas; pela investigação de fatores que levaram à obtenção de alto ou de baixo Índice; e como elemento de caracterização ou critério de seleção do campo empírico. A distribuição das produções nos agrupamentos pode ser apreciada no Gráfico 4.

Gráfico 4 - Distribuição de teses e dissertações segundo a ênfase na abordagem ao Ideb (2007–2012)



Fontes: BRASIL; MEC/Capes; USP; UNICAMP. Dados sistematizados pela autora.

A classificação da produção, segundo ênfase em determinada abordagem ao Ideb, resultou em predominância de trabalhos que investigam desdobramentos do Índice no contexto de políticas públicas educacionais, relativos ao seu potencial de indução de políticas e programas e de determinada agenda do governo federal e das redes de ensino e unidades escolares.

A interpretação das teses e dissertações identificou, como segunda característica mais forte na abordagem ao Ideb, a investigação de fatores presentes, em determinado contexto educacional, que levam à obtenção da nota, baixa ou alta, do Ideb. Do mesmo modo que no agrupamento anteriormente descrito, tais pesquisas podem se referir tanto ao nível de políticas e gestão de redes de ensino, quanto a especificidades, condicionantes e iniciativas de gestão no plano escolar.

O agrupamento seguinte com maior incidência de abordagens ao Ideb apresenta estreita relação com aqueles que investigam fatores para obtenção de alta ou de baixa nota. A semelhança está associada ao fato de que alguns estudos também procuram estabelecer alguma relação entre seu objeto de análise e o Índice. A diferença, no entanto, se faz pelo ângulo oposto de apreciação de tal relação: em vez de verificar se os elementos em pauta levam a determinado Ideb, apresentam resultados de análises segundo as categorias adotadas no próprio estudo, elencando o Ideb como expressão ou indicador dos achados. Em algumas das produções que tomam o Ideb como expressão de resultados das análises, os pesquisadores eximem-se, declaradamente, de afirmar relação de causalidade entre seu objeto e o Índice.

As três abordagens com maior número de produções acadêmicas consideradas até aqui formam um conjunto com maior potencial de fornecer elementos de análise para compreensão de como o Ideb vem operando na configuração e na implementação de políticas públicas educacionais. Algumas considerações serão exploradas adiante.

Antes, dando sequência à distribuição dos trabalhos pelos agrupamentos, pode-se apreciar um número considerável de pesquisas que fazem uma abordagem secundária ao Ideb. São produções com temas diversos, que apresentam como características o uso do Ideb no sentido mais estrito de indicador educacional — para calcular associações ou estabelecer comparações com outros campos da administração pública — e o amparo no Índice como critério de seleção ou caracterização do campo empírico.

Essas formas secundárias de apropriação denotam que houve um reconhecimento do Ideb como indicador educacional, possibilitando extrair medidas de um determinado contexto,

com implicações na administração pública e na alocação de recursos ou políticas/programas. Há, ainda, pesquisadores que se detêm na apresentação do Índice em suas produções para justificar sua incorporação. Em ambos os casos, a noção de qualidade da educação pode ser vislumbrada. O quanto cada pesquisador compreende e expõe que tal noção de qualidade, no caso do Ideb, está dimensionada nos componentes desempenho em provas (de duas disciplinas) e aprovação, é uma questão a se investigar em análise que extrapola o presente escopo. Restringe-se, aqui, a apresentar sua ocorrência.

Essa forma de tratar o Ideb — como elemento que denota qualidade educacional — foi considerada, na presente análise, como uma abordagem secundária ao Índice, que contribui em menor profundidade para a compreensão de como o Ideb opera nas políticas públicas. Mas a quantidade de produções dos dois últimos agrupamentos atinge 30% da base de análise (Gráfico 4), valor¹⁷ não desprezível como indicador de um movimento recorrente, em pesquisas acadêmicas que se voltam à área, de incorporação do Ideb como qualidade da educação.

4.1 O IDEB NA POLÍTICA EDUCACIONAL SEGUNDO A PRODUÇÃO ACADÊMICA

A apropriação do Ideb na produção acadêmica que contribui para a compreensão do Índice no seio da política educacional foi descrita por meio de duas características abrangentes: reconhecimento do Ideb como indutor de políticas ou como indicador do resultado de políticas e busca por fatores que levaram a determinado Índice. Tais pesquisas desenvolveram-se, predominantemente, sob os seguintes temas: políticas públicas educacionais (compreendendo análise de programas e relações entre os entes federados, bem como da atuação estatal por processo de regulação); avaliação externa e em larga escala (tanto em abordagens mais gerais como de temas específicos, em que se destaca a Prova Brasil) e gestão educacional — desde a gestão de sistemas públicos até o nível de escolas; neste último caso, com ênfase ora em questões administrativas, ora no âmbito pedagógico.

O reconhecimento do Ideb como indutor de políticas públicas foi a abordagem presente com maior recorrência e à qual foi dedicado maior esforço analítico/interpretativo por parte dos pesquisadores. Inicialmente, a elaboração do agrupamento assim descrito

¹⁷ Tal inferência ganha força ao se considerar que algumas produções foram descartadas da base de dados pelo fato de terem apresentado menções superficiais ao Ideb, conforme relatado no capítulo 2.

identificou que as teses e dissertações relatavam efeitos do uso do Ideb em variadas dimensões do sistema educacional, principalmente em relação a políticas, gestão e práticas pedagógicas.

Ao se analisar a produção classificada no grupo que reconhece o Ideb como indutor, foi possível destacar, ainda, um esforço de compreensão do PDE e do PAR, que podem ser definidos como “instrumentos de gestão de políticas implementadas no país” (VIEIRA; VIDAL, 2013, p. 123). Tal consideração passa pela compreensão do Índice como elemento de racionalidade técnica, típica do discurso da ação estatal delineada pela regulação gerencial, que se desenvolve por mecanismos de descentralização e desconcentração — que operam pela distribuição de atribuições a níveis subalternos de gestão (referindo-se, aqui, a relações entre os entes federados, embora a subordinação não seja definida *a priori* no caso dos entes federal, estaduais e municipais do Brasil).

Assim, pesquisas que revelam o Ideb como indutor da adoção de determinado conjunto de ações na gestão pública e prescrição de políticas estão de acordo com a interpretação de Barroso (2013), de que informações e conhecimento científico estão entremeados à política, de modo interativo e coconstitutivo. Isso porque, em variadas abordagens, pesquisadores buscaram e relataram efeitos e desdobramentos disseminados a partir do Ideb, além de procurar esclarecer quais ações e contextos produzem determinado resultado. A informação portada pelo Índice transita, assim, desde o nível de formulação de política até a ponta, na sala de aula, em processo contínuo de retroalimentação.

Quanto às investigações que aportam conhecimento sobre processos, contextos, iniciativas e diferentes dimensões da ação educativa que incidem no resultado obtido no Índice por escolas ou redes, algumas recorrências foram destacadas. Uma delas refere-se à incorporação do referencial teórico de eficácia escolar (BROOKE; SOARES, 2008). Trabalhos com tal abordagem produziram conhecimento principalmente no campo da gestão educacional, elencando uma série de dimensões de gestão que possivelmente incidem em resultados de provas e, por conseguinte, no Ideb. Podem-se inferir, ainda, alguns delineamentos de pesquisas e interpretações referenciados a categorias que autores do campo da avaliação denominam como “usos de resultados” (BROOKE; CUNHA; FALEIROS, 2011). Trata-se, portanto, de uma abordagem atrelada ao campo de avaliação externa. Embora o Índice comporte dimensões de avaliação (tanto desempenho quanto aprovação), há de se confirmar a adequação de transpor análises de referencial teórico próprio das avaliações para apreciação desse objeto, que, no limite, opera em outra esfera.

O conjunto de produções analisadas também foi composto por estudos que se voltam a temáticas relativas a práticas e percepções de docentes, em diferentes especificidades, e procuram estabelecer algum tipo de relação com os resultados de provas e indicadores. Ainda no âmbito pedagógico, inserem-se pesquisas sobre ensino e aprendizagem, que abrangem apenas leitura e matemática (os componentes da Prova Brasil e do Saeb). Apenas uma pesquisa abordava o ensino de Artes, tendo se apropriado do Ideb de forma secundária, para critério de seleção do campo empírico, conforme já descrito. O foco em leitura e matemática em teses e dissertações que estão preocupadas com os resultados do processo educacional — pois, se aborda o Ideb, existe essa questão no horizonte — pode fornecer elementos à construção da crítica que aponta estreitamento curricular decorrente da hipervalorização de avaliações externas. Um estreitamento que, em última análise, restringe a educação escolar a um conjunto limitado de aprendizagens, em detrimento da formação humana, cultural e para a cidadania.

Um tipo de resultado para a investigação de fatores que levam a alto ou a baixo Ideb merece menção não em função do número de recorrências, mas pelo resultado inusitado. Análises, nesses casos, apontaram inexistência de associação ou causalidade entre os elementos definidos para investigação e o Ideb obtido. Contribuições do referencial sobre uso de resultados de avaliações externas podem iluminar a compreensão de tais ocorrências, apreciação que escapa aos limites desta pesquisa.

Produções que investigaram fatores para obtenção de alto ou de baixo Ideb demonstraram apropriação da necessidade de decomposição do Índice, analisando o quanto cada componente (desempenho e aprovação) contribuiu para determinado resultado. Tal apropriação foi relatada pela maioria das pesquisas do tipo. O que se pode especular é sobre a capacidade de aprofundamento em aspectos que incidem em cada componente — isso, tendo em conta que o componente aprovação está muito mais relacionado ao âmbito da gestão educacional e de determinações de políticas. Quanto ao desempenho, há uma multiplicidade de dimensões envolvidas, tanto relativas à gestão quanto relativas ao âmbito pedagógico.

Em todo caso, houve apropriação da composição do Ideb pelos pesquisadores. A investigação do quanto escolas e redes e os sujeitos aí atuantes conhecem tal questão e como lidam com ela carece de evidências. Os resultados apresentados não permitem afirmar, por exemplo, que professores, diretores e secretarias de educação tenham lidado, como anunciado, com facilidade de compreensão e simplicidade de cálculo e opções diante da “taxa de troca”

entre probabilidade de aprovação e proficiência dos estudantes” (FERNANDES, 2007, p. 8) presente na formulação do Índice.

As considerações a seguir procuram estabelecer diálogo com os achados relatados nas publicações constantes da pesquisa bibliográfica que também procuraram compreender como o Ideb está sendo abordado na pesquisa científica.

Sousa (2015), em pesquisa de levantamento de teses e dissertações que abordam relações entre gestão escolar e Ideb, igualmente identificou, a partir da análise dos resumos, que um conjunto significativo de trabalhos investiga as variáveis para obtenção de maior ou menor Ideb. Trata-se de fatores intraescolares, participação da comunidade escolar, relacionamento entre gestores e equipe (clima organizacional) e conjugação de fatores diversos.

A análise de Sousa (2015) classificou um segundo grupo de trabalhos que relacionam qualificação e função dos gestores e órgãos colegiados com resultados nos índices. Tais trabalhos, na presente pesquisa, estão descritos no agrupamento aqui designado pela abordagem ao Ideb como indicador de resultado de política/programa ou iniciativa de gestão. A organização de Sousa (2015) partiu do pressuposto da gestão escolar, em caminho diverso para elaboração de categoria analítica ao desta pesquisa, conforme relatado na metodologia. Da análise apresentada no artigo, é possível interpretar que se estabeleceu uma relação indireta entre o objeto em questão (qualificação e função dos gestores e órgãos colegiados) com o Índice. Tal relação está em concordância com a presente interpretação da abordagem do Ideb como expressão ou indicador do objeto de análise das pesquisas.

Andrade (2015) classificou teses e dissertações que se apropriam do Ideb e da Prova Brasil segundo focos de interesse. O grupo de teses e dissertações “que envolvem a testagem de variáveis, fatores ou elementos que possam afetar de alguma forma o desempenho dos alunos observados pelos indicadores” (ANDRADE, 2015, p. 66) apresenta elementos semelhantes aos do agrupamento que agrega pesquisas em busca de fatores para obtenção de alto ou de baixo Ideb.

A interpretação de que pesquisas desse grupo investigam “possível existência de relações, ou espécies de correlações e impactos que possam se estabelecer com os indicadores” (ANDRADE, 2015, p. 66) apresenta elementos em comum tanto com os do agrupamento sobre fatores para obtenção de alto ou de baixo Ideb, quanto com aqueles que associam o Índice a resultados de políticas ou iniciativas de gestão. Conforme descrito no

capítulo anterior, foi possível estabelecer tal distinção no presente trabalho, pela apreciação de teses e dissertações na íntegra, uma vez que são tênues as diferenças de abordagem nos textos.

A investigação de fatores que levam à obtenção de alto ou de baixo Ideb e o uso do Ideb como expressão do resultado de determinado evento que se esteja investigando constituem “dois lados da mesma moeda”. A presente reflexão está de acordo com Andrade quando considera tal interesse na produção acadêmica como decorrente da própria institucionalização do Ideb. Em sua análise, “a construção de indicadores de qualidade da educação, como a Prova Brasil e o IDEB, potencializou essa possibilidade” (ANDRADE, 2015, p. 66) e interesse de investigação, apontando para o caráter indutor do Ideb na política educacional brasileira recente.

Ainda quanto a estudos com tal foco de interesse, “resultados dessas pesquisas demonstram evidências de que dados impactantes num contexto não significam correlação estabelecida noutro” (ANDRADE, 2015, p. 68). Conforme descrito no capítulo anterior sobre o agrupamento de investigação de fatores para alto ou de baixo Ideb, tal ocorrência se relaciona a abordagens amparadas em estudos de caso em seus delineamentos teórico-metodológicos, com coleta de dados por meio de questionário, entrevista e/ou observação. Tal procedimento tem como característica (reconhecida pela maioria dos autores) a limitação quanto à generalização de resultados.

A presente análise revelou que as produções acadêmicas que investigaram possíveis fatores que conduzem a determinado Ideb forneceram um minucioso exame de práticas, políticas e iniciativas de gestão, tanto no âmbito de redes de ensino como no plano das escolas. A riqueza de detalhes daí proveniente pode aportar informação sobre o que está acontecendo nas escolas e nos sistemas brasileiros, gerando conhecimento para além da obtenção de um baixo ou um alto Ideb.

Andrade identificou teses e dissertações que captam efeitos dos indicadores sobre variáveis de contexto empírico. Os trabalhos assim classificados encontram-se em diferentes agrupamentos da presente pesquisa. Conforme já explicitado, as teses e dissertações apresentam características de mais de um agrupamento. Como os elementos de análise foram diferentes (textos na íntegra em um caso e resumos no outro), também com pontos de partida distintos, essas aparentes divergências não representam inconsistência do referido trabalho ou da presente análise, mas, sim, corroboram a interpenetração de mais de uma característica em muitas das teses e dissertações da amostra, além de confirmarem o movimento mais forte de

caráter indutor do Ideb — indutor de políticas, iniciativas de gestão e de adoção de práticas pedagógicas.

No foco de interesse identificado por Andrade (2015) como apropriação da política avaliativa por profissionais da educação, sua análise condiz com os achados da presente pesquisa quanto a estudos que expressam o Ideb como indutor de políticas educacionais, reunidos no terceiro agrupamento. Ao descrever como os estudos em questão “demonstram como ocorre e quais problemas estão presentes quando são considerados os ajustamentos dos profissionais da educação” em relação aos indicadores Ideb e Prova Brasil (ANDRADE, 2015, p. 86), a referida tese põe no centro do debate a política com ênfase em avaliação.

Um conjunto de pesquisas classificadas como foco de interesse no debate da política educacional, principalmente em relação à avaliação externa e em larga escala, foi uma distinção elaborada pela pesquisadora que não encontra correspondente direto com os agrupamentos identificados na presente pesquisa. No entanto, pode-se captar o debate quanto à política educacional distribuído nas teses e dissertações do conjunto analisado, algumas com maior ou menor aprofundamento nas reflexões sobre a temática.

A presente interpretação aprecia a política pública educacional como um dos temas tratados pelos pesquisadores, destacada, juntamente com gestão educacional, nos agrupamentos de abordagem mais consistente ao Ideb. A própria caracterização dos três primeiros agrupamentos diz respeito à política educacional.

4.2 IDEB E A IDEIA DE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

A presente análise constatou contribuição mais contundente acerca de implicações e desdobramentos do Ideb no seio da política educacional nas abordagens anteriormente analisadas. Entende-se, entretanto, que os agrupamentos em que o Ideb aparece apenas como critério de seleção ou caracterização do campo empírico oferecem subsídios à reflexão sobre qualidade da educação, uma vez que tal associação ficou evidenciada tanto nas teses e dissertações analisadas, quanto na revisão de literatura elaborada no primeiro capítulo. Nesse sentido, apresenta-se, na sequência, apreciação sobre o tema, dando continuidade ao movimento de interlocução com as referidas publicações que se dedicaram a analisar apropriação do Ideb em teses e dissertações.

Das abordagens ao Ideb caracterizadas nos dois últimos agrupamentos, pode-se afirmar que os pesquisadores estabelecem associação entre o Ideb e noções de qualidade da educação. Tal associação pode ser feita com implícita ou explícita aceitação do Ideb como sinônimo ou expressão de qualidade educacional. Referências ao Ideb como desempenho ou resultado educacional encontram-se em situação similar.

Muitos pesquisadores problematizaram a associação do Ideb com o conceito de qualidade em educação. Tais problematizações apresentam-se em questionamentos quanto às limitações do Ideb no sentido de se referir a apenas duas dimensões do processo educacional (desempenho e aprovação) e quanto ao sentido político-ideológico relacionado à criação e à operacionalização do Índice em seu contexto de administração pública regida pela lógica gerencial, assentada em princípios de racionalidade técnica. Alguns textos recorrem a reflexões com questionamentos, críticas e explicações — contexto histórico, apropriação do conceito e composição do Índice — em sua justificativa para adoção do Ideb na pesquisa, tanto nos casos em que o Índice é utilizado no delineamento metodológico do estudo, quanto naqueles em que é tomado como critério de seleção do campo empírico.

Pesquisas que apresentam problematizações do Ideb em sua associação à noção de qualidade da educação apresentam, em geral, revisão de literatura quanto a limites e possibilidades do próprio Índice, estabelecendo relações com iniciativas de avaliações externas e em larga escala e seus efeitos e implicações em políticas e gestão educacional.

O uso do Ideb como critério de seleção do campo empírico ou como elemento de caracterização do contexto de desenvolvimento da pesquisa em trabalhos acadêmicos com temáticas diversas foi também descrito por Silva (2013) e Andrade (2015). Em sua tese, Andrade (2015) interpreta tal apropriação do Ideb como justificativa ou argumento de qualidade da educação por parte dos pesquisadores.

Ao agrupamento que descreve o uso de dados do Ideb como variáveis, nos delineamentos dos estudos, pode-se estabelecer correspondência com o grupo de pesquisas que utilizam Ideb (e, no caso, Prova Brasil) como denotativo das condições dos sistemas de ensino, como aparece na tese de Andrade (2015).

Um detalhamento quanto às diferentes maneiras pelas quais o Ideb é tomado como critério de seleção do campo empírico pode ser encontrada no trabalho de Silva (2013). Dentre 65 teses e dissertações, a autora identificou que

Para 31 delas, a amostra é escolhida em função do notório resultado obtido no Ideb, com denotações de “maior”, “melhor”, “alto”, “superior à meta” ou “expressivo”, enquanto que a opção por contexto com “baixo” Ideb aparece somente em 8 estudos. Em 19 pesquisas há o interesse comparativo de contextos contrastantes “maior/menor”, “abaixo/acima”, “melhor/pior”. Por fim, sete informam que o Ideb foi critério de seleção da amostra, mas não há especificação do critério. (SILVA, 2013, p. 33)

A incorporação do Ideb por pesquisas que recorrem a indicadores educacionais mostra que a política educacional sob a qual o Índice foi criado tem produzido dados sobre a situação da educação brasileira (pelo menos no que se refere a alguns aspectos de processo tão complexo) que puderam ser utilizados no aprofundamento de conhecimentos sobre a área e em outros campos de estudos (ANDRADE, 2015). Os desdobramentos da criação do Ideb se traduzem, dessa forma, em contribuição para a expansão do conhecimento sobre situação educacional e possibilidades de aperfeiçoamento de políticas públicas. Uma apreciação a respeito da viabilidade e da adequação dessa referida expansão do conhecimento e sua implicação em políticas públicas apresenta-se em perspectiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito desta dissertação foi analisar como a produção acadêmica brasileira tem se apropriado do Ideb. Para tanto, realizou-se um levantamento bibliográfico de teses e dissertações que abordam o Ideb, defendidas entre os anos de 2007 e 2015, em programas de pós-graduação de instituições de ensino superior do país.

O mapeamento levou à identificação de 383 trabalhos, que se apresentaram em número crescente ao longo dos anos do período delimitado. Quanto à origem, as produções concentraram-se nas regiões Sul e Sudeste, desenvolvidas predominantemente em universidades públicas federais, em cursos da área de educação, em conformidade ao panorama de oferta de cursos de pós-graduação no país.

Para caracterizar a apropriação do Ideb em tais pesquisas, procedeu-se a uma apreciação das abordagens e tendências interpretativas nelas presentes, a partir da leitura dos textos na íntegra, com foco nas teses e dissertações defendidas entre os anos de 2007 e 2012. A análise levou à identificação de cinco formas predominantes na incorporação do tema: referência ao Ideb como indutor de políticas e programas; investigação de fatores para obtenção de alto ou de baixo Ideb por escolas ou redes públicas de ensino; referência ao Ideb como indicador de resultado de programas/políticas/gestão; uso de dados do Ideb no delineamento da pesquisa e/ou na análise dos dados, tratado usualmente como uma das variáveis explicativas dos resultados do estudo; e menção ao Ideb como um dos critérios de seleção de estados, municípios e/ou escolas a serem pesquisadas ou como elemento de caracterização do contexto de realização do estudo.

As formas de abordagem do Ideb identificadas foram examinadas em suas contribuições para a compreensão do Índice no seio das políticas públicas educacionais empreendidas nos últimos anos, que são marcadas fortemente por iniciativas de avaliação externa da educação. Identificou-se que o Ideb é reconhecido como elemento indutor de políticas, com consequências para diferentes níveis do processo educativo, desde a gestão de redes de ensino, até a sala de aula. Ainda, foi possível observar o acolhimento ou associação do Ideb à noção de qualidade educacional.

As abordagens do Índice foram encontradas em pesquisas que procuraram compreender os desdobramentos e implicações da política educacional brasileira, com foco

delimitado a questões relacionadas: gestão (de sistemas de ensino e de unidades escolares), financiamento, avaliação, letramento, ensino de matemática, formação e práticas docentes, regulação estatal e qualidade, entre outros.

Os trabalhos que abordam fatores da gestão educacional ou pedagógica que incidem na obtenção de alto ou de baixo Ideb constituíram o grupo em que há recorrência de motivações voltadas para o interior da escola. Fatores intraescolares e desempenho de estudantes, eficácia escolar, sucesso escolar e práticas e concepções de professores sobre aprendizagem de leitura são exemplos de tais motivações.

A adoção do Ideb como um referencial, como uma informação sintética do contexto e situação da educação escolar formal, de determinado recorte no tempo e no espaço, como expressão ou indício de qualidade, parece estar tornando-se tendência na pesquisa científica, seja pela força e facilidade de apropriação que o número oferece, seja pelo reconhecimento do esforço político-administrativo de monitorar, medir, quantificar os resultados dos programas, políticas e ação pública objetiva. Quanto a esta observação, cabe refletir que o uso de dados numéricos pretensamente se imbuí de objetividade. Trata-se de questão própria da lógica pautada pela racionalidade técnica, que tem forte apelo na administração pública, conforme abordado no primeiro capítulo. No entanto, não se pode deixar de considerar o caráter político-ideológico de qualquer iniciativa de políticas públicas, mesmo na opção técnica subjacente ao delineamento do Índice e de avaliações externas.

De certa forma, as características descritas em cada tipo de abordagem do Ideb na produção acadêmica apontam para o Índice como elemento indutor de políticas públicas e assumido como referencial de qualidade. O mecanismo de indução da política ancorada em processos de regulação atinge inclusive a produção científica, uma vez que ao fomentar projetos de pesquisas, a administração estatal condiciona concepção, execução e enfoques acadêmicos, haja vista as referências encontradas nos trabalhos a pesquisas de escopo mais amplo, financiadas por agências do governo.

O quanto os resultados das pesquisas empreendidas no âmbito dos cursos de mestrado e doutorado, analisadas neste estudo, trazem informações sobre se o Ideb está incidindo em ações potencialmente capazes de contribuir para melhoria da qualidade da educação mostrou-se a questão mais desafiante. Por um lado, os resultados proporcionaram uma série de elementos sobre relações que se estabelecem na gestão educacional de redes de ensino, além da dinâmica escolar; no entanto, pela pluralidade de abordagens de qualidade, pelo caráter não

generalizante de boa parte dos delineamentos metodológicos e por conclusões voltadas a questões próprias de cada pesquisa, apenas se pode vislumbrar experiências e elementos que contribuem para qualidade. Afirmar que a qualidade da educação do País está avançando continua no plano das aspirações de todos os que se dedicam a pensar a política educacional.

Como ideia geral das análises e reflexões empreendidas, admite-se que o entendimento do Ideb, apreendido pela leitura e interpretação de publicações oficiais e pesquisas acadêmicas a seu respeito, transita entre os conceitos de indicador de qualidade educacional – dadas as contingências de sua elaboração e propósitos no âmbito da política educacional –, bem como o de avaliação, em função de usos e apropriações que vêm sendo feitas deste Índice para a gestão educacional e formulação de políticas, bem como pela produção acadêmica.

O conhecimento humano está sempre em movimento e evolução. Ao alinhar os achados e considerações do que foi analisado, algumas questões apresentaram-se em novas frentes possíveis de investigação.

Quanto ao resultado da elaboração de cinco formas de abordagem ao Ideb nas pesquisas acadêmicas, conforme explicitado, identificou-se que tais abordagens não foram observadas exclusivamente em cada produção; assim, uma possibilidade de aprofundamento e aperfeiçoamento da compreensão da apropriação do Ideb pela produção acadêmica seria quantificar, no plano geral, quais abordagens aparecem com maior frequência e em quais combinações. Tal opção pode contribuir para aprofundar o conhecimento sobre como opera a indução e seus efeitos, além de verificar o quanto a noção de qualidade está se reduzindo ao Índice.

O grupo de trabalhos em que foi identificada apropriação do Ideb como variável dependente/independente no delineamento das pesquisas consistiu na análise com maior grau de dificuldade. Há indícios de que uma exploração mais profunda do conjunto de abordagens do tipo pode levar a um melhor entendimento de como o Ideb está sendo incorporado no meio científico. Isso porque ficou em aberto a hipótese de que esta forma de apropriação acontece com maior recorrência/ frequência em trabalhos de outros campos do conhecimento, ou mesmo quando no campo da educação, com temas relativos a áreas alheias.

Uma questão específica da abordagem ao Ideb, identificada a partir das pesquisas que investigam fatores para obtenção de nota alta ou baixa no Índice, merece consideração. Trata-se da apropriação, por parte dos pesquisadores, do cálculo do Ideb e sua composição pelos

indicadores de desempenho e rendimento. Conforme afirmado, parece ter havido certo domínio do tema pela comunidade científica. O mesmo não pôde ser confirmado no que as pesquisas relatam sobre os sujeitos da ação escolar, suscitando o questionamento de características de facilidade e de clareza do cálculo, anunciadas em sua criação. Como implicação, o Índice apresentaria certa opacidade em relação ao que representa sobre qualidade.

Esta dissertação se apresenta no momento em que ingressam na etapa do ensino fundamental estudantes que farão a Prova Brasil de 2021, aquela que vai compor o Ideb do bicentenário da Independência, para o qual está estipulada a meta 6,0, o que representaria padrão de qualidade educacional compatível com países economicamente desenvolvidos. Como tal associação vem sendo questionada tanto em aspectos técnicos como políticos concernentes ao Ideb, conclui-se que a pretendida qualidade da educação para o país está além da obtenção da meta.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. A dinâmica federativa da educação brasileira: diagnóstico e propostas de aperfeiçoamento. In: Romualdo Portela de Oliveira; Wagner Santana. (Org.). **Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade**. Brasília: UNESCO, 2010, v., p. 39-70.

AFONSO, Almerindo. Janela. **Avaliação educacional: regulação e emancipação**. 3ª ed., São Paulo: Editora Cortez, 2005.

ALAVARSE, Ocimar Munhoz; BRAVO, Maria Helena; MACHADO, Cristiane. Avaliações externas e qualidade na educação básica: articulações e tendências. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 24, n. 54, p. 12-31, jan./abr. 2013.

ALAVARSE, Ocimar Munhoz; MACHADO, Cristiane. Avaliações externas e desafios para a qualidade do trabalho escolar. In: COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL – CGI.br. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas brasileiras: TIC Educação 2014**. Coord. Alexandre F. Barbosa. São Paulo: CGI.br, 2015. p. 35-41.

ALVES, Maria Teresa Gonzaga; SOARES, José Francisco. Contexto escolar e indicadores educacionais: condições desiguais para a efetivação de uma política de avaliação educacional. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 177-194, Mar. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022013000100012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20 Dez., 2015.

AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A educação como política pública**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2004. 75p.

BARDIN. Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROSO, João. O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 725-751, Out. 2005.

_____. Conhecimentos, políticas e práticas em educação. In: MARTINS, A. M. et al. (Org.). **Políticas e gestão da educação: desafios em tempos de mudança**. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

BAUER, Adriana; REIS, Adriana Teixeira. Balanço da produção teórica sobre avaliação de sistemas educacionais no Brasil: 1988 a 2011. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 36., 2013, Goiânia – GO.

_____. Base de Dados Avaliação: Balanço da produção teórica sobre avaliação de sistemas educacionais no Brasil: 1988 a 2011. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2014. Disponível em <<http://acervo.fcc.org.br>>. Acesso em 20 Mai. 2015.

BAUER, Adriana et al. Avaliação em larga escala em municípios brasileiros: o que dizem os números? **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 26, n. 62, ago. 2015. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-68312015000200326&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 09 jan. 2016.

BONAMINO, A. C. **Tempos de avaliação educacional: O SAEB, seus agentes, referências e tendências.** Rio de Janeiro: Editora Quartet, 2002.

BONAMINO, A. C.; SOUSA, S. Z. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. **Educação e Pesquisa**, S.P., v.38, n. 2, p. 373 - 388, 2012.

BRANDÃO, Zaia. **Pesquisa em Educação** – conversas com pós-graduandos. Rio de Janeiro: Loyola/PUC-RJ, 2002.

BRASIL. Congresso Nacional, (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal.

BRASIL. Presidência da República. Câmara da Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado.** Brasília. 1995.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 9.394, DE 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. 23 dez. 1996, p. 27894. Brasília, DF, 1996.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Indicadores da Qualidade na Educação. Unicef, PNUD, Inep – MEC. São Paulo: Ação Educativa, fev. 2004.

_____. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria Nº 931, de 21 de março de 2005. Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB. Brasília: DOU, 2005.

_____. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto Nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. 2007a.

_____. Ministério da Educação. **O Plano de Desenvolvimento da Educação.** Razões, Princípios e Programas. Brasília: MEC, 2007b.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB):** Metas Intermediárias para a sua Trajetória no Brasil, Estados, Municípios e Escolas. Brasília: INEP, 2007c. Disponível em <<http://portalideb.inep.gov.br/>>. Acesso em: 04 jan. 2016.

_____. Ministério da Educação. **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil.** Brasília: MEC/SEB, 2009.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (Inep). Nota metodológica sobre a compatibilização de desempenhos do Pisa com a escala do Saeb. Brasília, DF: MEC/Inep, 2009.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil.** Brasília: MEC/SEB, 2009. Coordenação Geral da Educação Infantil. Monitoramento do uso dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil. Relatório Final. MEC/SEB/COEDI. 2011.

_____. Secretaria de Educação Básica. Coordenação Geral da Educação Infantil. **Educação Infantil: subsídios para construção de uma proposta de avaliação**. Relatório Síntese. Brasília: MEC/SEB/COEDI, 2012.

_____. Portaria nº 482, de 7 de junho de 2013. Dispõe sobre o Sistema de Avaliação da Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, p. 17, 10 jun. 2013.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 26 jun. 2014.

BROOKE, N. P.; CUNHA, M. A. A avaliação externa como Instrumento da gestão educacional nos Estados. **Estudos & Pesquisas Educacionais**, São Paulo v. 01, pp. 17-79, 2011. Disponível em <<http://www.fvc.org.br/estudos-e-pesquisas/avulsas/%20avaliacao-externa-instrumento-gestao-educacional-estados.shtml>>. Acesso em: 24/07/2015.

BROOKE, N. P.; CUNHA, M. A.; FALEIROS, M. **A Avaliação externa como instrumento da gestão educacional nos estados**: Relatório Final. GAME/ Fundação Victor Civita, agosto/2011.

BROOKE, N. P.; SOARES, J. F. **Pesquisa em eficácia Escolar**: origem e trajetórias. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

CAPES. Banco de Teses e Dissertações. Disponível em <<http://bancodeteses.capes.gov.br/>>. Acesso em 12 dez. 2015.

CARVALHO, Ana Beatriz Gomes. As categorias de análise. e-letramento: Letramento Digital, Autoria e Colaboração em rede. 03 de novembro de 2012. Disponível em <<http://pesquisaletramentodigital.blogspot.com.br/2012/11/as-categorias-de-analise.html>> , acesso em 20 de janeiro de 2016.

COSTA, L. A.; DALBEN, A.; FREITAS, L. C. de. O Ideb: limites e ilusões de uma política educacional. **Educação & Sociedade**, vol. 34, n. 125, p. 1153-1174. Centro de Estudos Educação e Sociedade. Campinas, Brasil, outubro-dezembro, 2013.

CUNHA, J. M. P. da; PEREZ, J. R. R.; AIDAR, T. Proposta metodológica de elaboração de indicador educacional sintético para os municípios, 12/2001, **Revista Brasileira de Estudos de População** (Impresso), Vol. 16, pp.131-159, Campinas-SP, SP, BRASIL, 2001.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. *Cad. CEDES*, Campinas, v. 29, n. 78, p. 201-215, Ag. 2009.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de; SANTOS, Catarina de Almeida. A Qualidade da Educação: conceitos e definições. Textos para discussão. **Série Documental**, Brasília, v. 24, n. 22, p. 5-34, 2007.

FERNANDES, R. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)**. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP (Série Documental. Textos para Discussão, 26), 2007.

FRANCO, Creso; ALVES, Fátima; BONAMINO, Alicia. Qualidade do ensino fundamental: políticas, suas possibilidades, seus limites. **Educação & Sociedade**, vol.28, n.100, pp. 989-1014, 2007.

FRANCO, Creso; BONAMINO, Alicia; COSCARELLI, Carla. Avaliação e Letramento: Concepções de aluno letrado subjacentes ao SAEB e ao PISA. Campinas: **Educação & Sociedade**, n. 81, vol. 23, p. 91-113, 2002.

FREITAS, Dirce Nei Teixeira de. **A avaliação da educação básica no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

_____. Avaliação da Educação Básica no Brasil.: Características e Pressupostos. In: BAUER, Adriana; GATTI, Bernadete A.; TAVARES, Marialva R. (Orgs.). **Vinte e cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil**: origem e pressupostos. Florianópolis: Insular, 2013. (Ciclo de debates; v.1).

FREITAS, Dirce Nei Teixeira de; REAL, Giselle Cristina Martins (org.). **Políticas e monitoramento da qualidade do ensino fundamental**: cenários municipais. Dourados: Ed. UFGD, 2011. 368p.

GATTI, Bernadete A. Possibilidades e Fundamentos de Avaliações em Larga Escala: Primórdios e Perspectivas Contemporâneas. In: BAUER, Adriana; GATTI, Bernadete A.; TAVARES, Marialva R. (Orgs.). **Vinte e cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil**: origem e pressupostos. Florianópolis: Insular, 2013. (Ciclo de debates; v.1).

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2004.

HORTA NETO, João Luiz. IDEB: Limitações e Usos do Indicador. In: BAUER, Adriana; GATTI, Bernadete A. (Orgs.). **Vinte e cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil**: implicações nas redes de ensino, no currículo e na formação de professores. Florianópolis: Insular, 2013. 294 p. (Ciclo de debates; v. 2).

INEP. Instituto nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). Disponível em <<http://inep.gov.br/web/guest/home>>. Acesso em: 20/12/2015.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores Sociais no Brasil**: conceitos, fontes de dados e aplicações. Campinas, SP: Alínea, 2004.

_____. Indicadores para avaliação sistêmica de programas sociais: o caso Pronatec. **Estudos em Avaliação Educacional**. v. 27, n. 66, set./dez., 2016.

KLEIN, Ruben. Aspectos Metodológicos e Técnicos: Delineamentos Assumidos nas Avaliações, Limites e Perspectivas de Aprimoramento. In: BAUER, Adriana; GATTI, Bernadete A.; TAVARES, Marialva R. (Orgs.). **Vinte e cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil**: origem e pressupostos. Florianópolis: Insular, 2013. (Ciclo de debates; v.1).

LUNA, Sergio Vasconcelos de. **Planejamento de pesquisa**: uma introdução. São Paulo: EDUC, 2012.

MACHADO, Cristiane; ALAVARSE, Ocimar Munhoz. Qualidade das escolas: tensões e potencialidades das avaliações externas. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 39, n. 2, p. 413-436, 2014.

MAROY, Christian; VOISIN, Annelise. As transformações recentes das políticas de *accountability* na educação: desafios e incidências das ferramentas de ação pública. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 34, n. 124, p. 881-901, Set. 2013.

MARTINS, Ângela Maria (Org.). **Estado da arte: gestão, autonomia escolar e órgãos colegiados (2000-2008)**. Brasília: Líber Livro, 2011.

MATOS, Daniel Abud Seabra; RODRIGUES, Erica Castilho. Indicadores educacionais e contexto escolar: uma análise das metas do Ideb. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo v. 27, n. 66, pp. 662-689, set./dez., 2016.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Diretoria de Avaliação. **Documento de Área: Educação**. 2016.

MELO, Manuel Palácios da Cunha e. Sistemas de Avaliação e Reforma Educacional: Possibilidades e Desafios. In: BAUER, Adriana; GATTI, Bernadete A. (Orgs.). **Vinte e cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil: implicações nas redes de ensino, no currículo e na formação de professores**. Florianópolis: Insular, 2013. 294 p. (Ciclo de debates; v. 2).

MELLO, Guiomar Namó. **Cidadania e Competitividade: desafios educacionais do terceiro milênio**. 4ªed. São Paulo: Cortez, 1995.

MINHOTO, Maria Angélica Pedra. Políticas de avaliação em larga escala e institucional: perfil da produção na pós-graduação. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 26, n. 62, p. 294-324, maio/ago. 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Diretoria de Avaliação. Documento de Área. Educação. 2016. 38.educ@capex.gov.br

MOREIRA, Antonio Nilson Gomes. Melhores Ideb do Ceará 2005-2007: aprendizagem efetiva ou aprovação automática? In: FREITAS, Dirce Nei Teixeira de; REAL, Giselle Cristina Martins (org.). **Políticas e monitoramento da qualidade do ensino fundamental: cenários municipais**. Dourados: Ed. UFGD, 2011. 368p.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ARAUJO, Gilda Cardoso de. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 28, p. 5-23, jan./abr. 2005.

OLIVEIRA JÚNIOR, Rafael Gabriel. Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo: um estudo a partir da produção científica brasileira (1996-2011). 2013. 152f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2013.

PESTANA, Maria Inês Gomes de Sá. A Experiência em Avaliação de Sistemas Educacionais. Em que Avançamos? In: BAUER, Adriana; GATTI, Bernadete A.; TAVARES, Marialva R.

(Orgs.). **Vinte e cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil**: origem e pressupostos. Florianópolis: Insular, 2013. (Ciclo de debates; v.1).

PONTES, L. A. F.; SOARES, T. M. As metas escolares do Ideb: uma proposta alternativa de cálculo. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 27, n. 66, set./dez. 2016.

SAVIANI, Dermeval. O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1231-1255, out. 2007.

SILVA, Edina Pischaraka Itcak Dias da. **O Ideb enquanto referencial de pesquisa no âmbito acadêmico**: usos e concepções. Monografia – Especialização em Políticas Educacionais, Setor de Educação, Núcleo de Política, Gestão e Financiamento da Educação. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2013.

SOARES, José Francisco; DELGADO, Victor Maia Senna. Medida das desigualdades de aprendizado entre estudantes de ensino fundamental. **Estudos em Avaliação Educacional**. v. 27, n. 66, set./dez., 2016.

SOARES, José Francisco; XAVIER, Flávia Pereira. Pressupostos educacionais e estatísticos do Ideb. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 34, n. 124, p. 903-923, Set. 2013.

SOLIGO, Valdecir. Indicadores: conceito e complexidade do mensurar em estudos de fenômenos sociais. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 23, n. 52, maio/ago. 2012.

SOUSA, Sandra M. Zákia L. Possíveis Impactos das Políticas de Avaliação no Currículo Escolar. *Cadernos de Pesquisa*, n. 119, p. 175-190, julho/ 2003.

_____. Ensino médio: perspectivas de avaliação. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 5, n. 8, p. 99-110, jan./jun. 2011a.

_____. Estado da arte: gestão, autonomia escolar e órgãos colegiados (2000/2008). **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 41, n. 143, p. 662-664, ago. 2011b. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742011000200017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 18 Dez. 2015.

_____. Avaliação Externa e em Larga Escala no Âmbito do Estado Brasileiro: Interface de Experiências Estaduais e Municipais de Avaliação da Educação Básica com Iniciativas do Governo Federal. In: BAUER, Adriana; GATTI, Bernadete A. (Orgs.). **Vinte e cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil**: implicações nas redes de ensino, no currículo e na formação de professores. Florianópolis: Insular, 2013. 294 p. (Ciclo de debates; v. 2).

SOUSA, Sandra Novais. As ações gestoras e sua relação com o desempenho dos alunos no índice de desenvolvimento da educação básica. **Revista Diálogos Interdisciplinares - GEFPFIP**, Aquidauana, v. 1, n.2, p. 249-261, out. 2015.

SOUSA, S. Z.; OLIVEIRA, R. P. Sistemas estaduais de avaliação: uso dos resultados, implicações e tendências. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 40, n. 141, p. 793-822, Dez. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742010000300007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 07 Jan. 2016.

UNICEF; UNDIME; MEC. **Redes de Aprendizagem**: boas práticas de municípios que garantem o direito de aprender. Brasília, 2008.

VIEIRA, Sofia Lerche; VIDAL, Eloísa Maia. Estudos & Pesquisas: contribuições para políticas educacionais. **Estudos & Pesquisas Educacionais** – n. 4, Fundação Victor Civita, São Paulo, p. 113-166, 2013.

APÊNDICE A - Teses e dissertações que abordam Ideb (2007-2015)

ABDULMASSIH, Marília Beatriz Ferreira. **Programa Mais Educação e Escola a Tempo Inteiro: um olhar sobre as experiências de ampliação da jornada escolar no Brasil e em Portugal.** 2015. 181 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

AGUIAR, Clarissa Maria Bezerra de. **Gestão democrática da educação e o papel dos Conselhos escolares: o caso do Município de Olinda.** 2009. 111 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

ALBUQUERQUE, Eugênia Morais de. **A implantação do programa Gestão Nota 10 no sistema municipal de educação em Mossoró/RN.** 2010. 181 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

ALBUQUERQUE, Severino Vilar de. **Formação continuada, novos olhares e novos fazeres: tempos e espaços de construções e significados.** 2008. 184 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2008.

ALCARÁ, Jucleides Silveira Pael. **As concepções de desigualdade social dos professores de uma escola pública com alto Ideb.** 2014. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2014.

ALMEIDA, Cinthia Nolácio de. **Experiências escolares e os processos de construção identitária de raça e de gênero de alunas adolescentes negras.** 2010. 154 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) - Universidade do Estado da Bahia, 2010.

ALMEIDA, Diana Patrícia Gomes de. **Representações sociais do ensino da matemática e suas relações com o Ideb.** 2011. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática e Tecnológica) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

ALMIRON, Adão Luiz de Jesus. **O Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE-Escola) na rede municipal de ensino de Campo Grande - MS (2007 - 2010): a experiência em uma unidade escolar.** 2014. 115 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2014.

ALVES, Andréia Vicência Vitor. **Fortalecimento de conselhos escolares: propostas e práticas em municípios sul-mato-grossenses.** 2010. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2010.

ALVES, Andresa Guedes Kaminski. **Uma experiência de formação continuada com professores de Língua Portuguesa: um olhar para os conceitos de linguagem e leitura.** 2012.

314 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2012.

ALVES, Cristovam da Silva. **A constituição da profissionalidade docente**: os efeitos do campo de tensão do contexto escolar sobre os professores. 2012. 174 p. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

ALVES, Márcia da Conceição Pereira. **Desenvolvimento, educação e qualidade**: uma interpretação do índice de desenvolvimento da educação básica (Ideb). 2014. 129 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade) - Instituto de Engenharia de Produção e Gestão, Universidade Federal de Itajubá, Itajubá, 2014.

AMARAL, Maria Clara Ede. **Relações público-privado na educação de Mato Grosso**. 2014. 221 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

AMORIM, Érica Pereira. **O esquema de financiamento da educação básica no Brasil (1998 a 2007)**: atribuições e responsabilidades, fontes e distribuição dos recursos e sistema de incentivos na transição Fundef-Fundeb. 2007. 151 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Departamento de Sociologia e Política, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

AMORIM, Milene Dias. **A qualidade da educação básica no PDE**: uma análise a partir do Plano de Ações Articuladas. 2011. 182 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2011.

ANDRADE, Alenis Cleusa de. **Avaliação em larga escala na educação básica, Prova Brasil, em perspectiva da gestão democrática**: um estudo a partir da associação de municípios do Vale do Rio dos Sinos e município de São Leopoldo - RS. 2010. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

_____. **Indicadores de qualidade da educação básica sob o olhar da pesquisa científica**: Prova Brasil e Ideb. 2015. 193 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.

ANDRADE, Márcio Sales de. **Os demonstrativos contábeis publicados para a comprovação do atendimento do Artigo 212 da Constituição Federal e a eficácia dos gastos com o desenvolvimento do ensino pelos municípios brasileiros**. 2010. 113 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2010.

ANDRADE, Virginia Vaiano de. **Gestão pública por resultados no governo de Minas Gerais**: análise da pactuação do acordo de resultados da Secretaria de Estado de Educação.

2013, 100 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

ANJOS, Rosilene Amorim dos. **A avaliação nas escolas públicas municipais de Florianópolis: avaliar para regular.** 2013. 225 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

ANTONINI, Vanessa Lara. **Mobilização social pela educação e a legitimação das políticas educacionais no PDE.** 2012. 173 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2012.

ARMACOLLO, Fabiana. **Mediação docente: aprendizagem e desenvolvimento na perspectiva de Reuven Feuerstein.** 2013. 162 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

ARRUDA, Cristiano Pereira. **Análise do sistema de avaliação das escolas municipais (SAEM) aplicado na rede municipal de Educação Básica de Uberaba-MG: um estudo de caso.** 2011. 208 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Organizações) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2011.

ARTONI, Carla Baraldi. **Relação entre perfil socioeconômico, desempenho escolar e evasão de alunos: escolas do campo e municípios rurais no estado de São Paulo.** 2012. 119 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Organizações) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2012.

ASSIS, Cristina Ferreira de. **A relação família-escola em um território de alta vulnerabilidade social: um estudo de caso em Mariana-MG.** 2014. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2014.

ASSIS, Renata Machado de. **O Ideb nas escolas da rede municipal de ensino de Jataí-GO: qualidade, avaliação e interferências.** 2014. 302 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

ASSUMPÇÃO, Ester de Azevedo Correa. **A correlação das práticas avaliativas no interior da escola com a política de controle público por meio da avaliação: um estudo em Duque de Caxias/RJ.** 2013. 108 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

ASSUNÇÃO, Mariza Felipe. **O mito da virtuosidade da avaliação: trabalho docente e avaliações externas na educação básica.** 2013. 193 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

ATTIE, João Paulo. **Relações de poder no processo de ensino e aprendizagem de matemática**. 2013. 164 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

AZEVEDO, Jacy de Araújo. **Qualidade em educação: relação entre PDE-Escola e a evolução do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica nas escolas públicas de Maceió**. 2014. 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2014.

BARBOSA, Mariana Carvalho. *The impact of mayor leadership on education: evidence from Brazil*. 2015. 49 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2015.

BARROS, Cláudia Cunha Melo. **A gestão escolar e sua relação com o Ideb: estudo de caso em dois municípios do Maciço de Baturité/CE**. 2014. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014.

BASSANI, Elizabete. **As políticas quantificadoras da educação e as “novas” formas de exclusão: os “inclassificáveis”**. 2013. 215 f. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

BATISTA, Daniela Conegatti. **O PDE Escola e a representação de problemas a serem superados na perspectiva de escolas da rede estadual do RS**. 2015. 123 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

BATISTA, Luana Cristina de Moraes. **Uma escola que deu certo: as práticas de letramento de escola pública brasileira**. 2010. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

BEZERRA, Sandra Sinara. **Impactos educacionais em escolas públicas de Pau dos Ferros: um estudo sobre o programa de extensão Biblioteca Ambulante e Literatura nas Escolas - BALE**. 2013. 161 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2013.

BIANCARDI, Luciane Maria Jayme. **Uma análise crítica do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB): proposição de indicadores locais**. 2010. 146 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro Universitário de Araraquara, Araraquara, 2010.

BITENCOURT, Tamara Vêras de. **Protagonismo da leitura: escola e formação de leitores (Alvorada/RS)**. 2014. 317 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

BORGES, Jesus Rosemar. **Levantamento da situação escolar em sistemas municipais de ensino do Rio Grande do Sul: uma determinação política de financiamento do ensino**

público e/ou ferramenta de gestão?. 2014. 304 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.

BORGES, Leticia. **Institucionalização de crianças e adolescentes em Caxias do Sul: narrativas sobre as trajetórias de vida de egressos de medida de proteção (1990-2011)**. 2013. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2013.

BORGHETTI, Júlio César. **Capital social e o nível do desenvolvimento da educação básica no estado do Rio Grande do Sul**. 2013. 53 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2013.

BORN, Bárbara Barbosa. **Prova São Paulo e currículo: imbricações e tensões da avaliação externa na rede municipal de ensino de São Paulo**. 2015. 289 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

BOTTI-MANOEL, Karina. **Eficácia coletiva de professores, variáveis pessoais e contextuais**. 2014. 83 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

BRAND, Paulo Rogerio. **Papel do Fundeb na educação pública de um município do norte do RS: impactos na qualidade do ensino e valorização dos profissionais da educação**. 2013. 82 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Frederico Westphalen, 2013.

BRANDÃO, Júlia Barbosa. **O rateio de ICMS por desempenho de municípios no Ceará e seu impacto em indicadores do sistema de avaliação da educação**. 2014. 87 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2014.

BURGIE, Daniela Borba. **O PDE Escola e a representação de problemas a serem superados na perspectiva de escolas da rede estadual do RS**. 2015. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

CAMARA, Rodnei Oliveira de Lima. **O capital social e os resultados do Ideb: um estudo de caso nas escolas públicas estaduais da 26ª GERED**. 2015. 110 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade do Contestado, Canoinhas, 2015.

CAMINI, Lucia. **A gestão educacional e a relação entre entes federados na política educacional do PDE/Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação**. 2009. 293 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

CAMPOS, Milene da Silva. **Gestão escolar e seus resultados nos atuais indicadores de avaliação do ensino**. 2013. 150 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

CARDOSO, Ana Paula Lima Barbosa. **Políticas de educação inclusiva em tempos de Ideb**: escolarização de alunos com deficiência na rede de ensino do município de Sobral-CE. 2011. 262 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.

CARDOSO, Camila Avelino. **Diálogos sobre Diferença & Avaliação**: (re)significando o debate sobre os exames standardizados a partir de experiências docentes no cotidiano escolar. 2013. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

CARDOSO, José Carlos Martins. **Plano de Ação Articulada (PAR)**: política sistêmica do PDE - o município de Portel no Arquipélago de Marajó. 2013. 198 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

CARDOSO, Leticia Silveira. **Capital social e atenção primária ambiental**: fundamentos constitutivos para o trabalho da enfermagem em grupos comunitários organizados adstritos a estratégia saúde da família. 2013. 132 f. Tese (Doutorado em Enfermagem) - Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2013.

CARDOSO, Maria Ângela de Moraes. **Participação do colegiado escolar no processo de avaliação institucional**: do discurso à realidade. 2012. 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2012.

CARLOTTO, Odila Bondam. **Contribuições da revista Ciência Hoje das Crianças para o letramento**. 2013. 186 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2013.

CARNEIRO, Túlio Andrade. **Financiamento, gestão e qualidade da educação escolar pública**: um estudo de caso em escolas públicas da cidade do Recife. 2012. 186 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

CARON, Márcia Dorigon. **O legado educacional de Arvorezinha/RS**: um estudo sobre suas escolas do campo e seus professores alfabetizadores. 2009. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2009.

CARVALHO, Débora Aldyane Barbosa. **O Sistema de Avaliação de Desempenho Escolar de Jaguaruana - CE (SADEJ) para a prática pedagógica**. 2013. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

CARVALHO, Elaine Cristina Leão. **Análise do comportamento das demandas escolares da educação básica decorrentes da construção da UHE Belo Monte em Altamira-PA, período 2005-2013**. 2014. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano) - Universidade da Amazônia, Belém, 2014.

CARVALHO, Malena Xavier de. **Processos escolares como indicadores de qualidade em educação: um estudo a partir da formação para cidadania**. 2015. 214 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

CARVALHO, Patrícia Meireles de. **Simbologia algébrica: a questão do “x” sob o olhar de estudantes de um curso Pró-Técnico**. 2015. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação Tecnológica) - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

CARVALHO, Patrícia Montenegro Freire de. **Políticas públicas educacionais e o resultado do Ideb das escolas do município de João Pessoa: reflexões sobre o desempenho escolar e a qualidade do ensino**. 2013. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

CASTELAR, Pablo Urano de Carvalho. **Escolha Pública Municipal: modelos de escolha discreta aplicados à política e educação**. 2012. 115 f. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

CAVALIERI, Alessandra Moreira. **Análise de incidências do Saeb sobre a atuação profissional do professor nos anos iniciais do ensino fundamental**. 2013. 135 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem) - Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Bauru, 2013.

CELLA, Rosenei. **Educação em tempo integral no Brasil: história, desafios e perspectivas**. 2010. 94 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2010.

CERDEIRA, Diana Gomes da Silva. **Apropriações e usos de políticas de avaliação e responsabilização educacional pela gestão escolar**. 2015. 257 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

CERQUEIRA, Leonardo Meirelles. **Gestão escolar e o programa Mais Educação em duas escolas de Belford Roxo**. 2014. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2014.

CHAPPAZ, Raíssa de Oliveira. **A Prova São Paulo e as tensões das avaliações externas: diálogos com o currículo oficial da rede municipal de ensino de São Paulo**. 2015. 325 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

CHIAPPA, Rosemar Ramos. **Sucesso escolar na rede municipal de Porto Alegre/RS: fatores e possibilidades.** 2010. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

CHIRINEA, Andréia Melanda. **O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e as dimensões associadas à qualidade da educação.** 2010. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2010.

COLOMBO, Bruna. **Prova Brasil e SARESP: repercussões na construção da qualidade da educação na percepção de professores e gestores de escolas públicas estaduais do município de Campinas (SP).** 2014. 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2014.

COLUCCI, Lucas. **O impacto na ponderação do peso da Prova Brasil e do indicador de rendimento no perfil das escolas municipais do ensino fundamental consideradas eficientes pela técnica DEA em transformar investimento financeiro em desempenho no IDEB em 2011.** 2014. 128 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Organizações) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2014.

CONINCK, Lara Cristina Merlini. **São Luiz do Paraitinga: história, cultura e educação.** 2014. 201 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2014.

CORRÊA, Nesdete Mesquita. **Salas de recursos multifuncionais e Plano de Ações Articuladas em Campo Grande - MS: análise dos indicadores.** 2012. 249 f. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2012.

CORREIA-ZANINI, Marta Regina Gonçalves. **Um estudo prospectivo sobre o percurso escolar de crianças nos três primeiros anos do ensino fundamental.** 2013. 212 f. Tese (Doutorado em Psicologia). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2013.

COSTA, Cláudia Cristina Rios Caxias da. **Os sistemas de ensino baiano e mineiro: uma análise das desigualdades regionais utilizando indicadores escolares 2007 - 2009.** 2011. 186 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

COSTA, Elaine. **Gestão pública escolar e avaliação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica: da reflexão à transformação da prática pedagógica.** 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Planalto Catarinense, Lages, 2012.

COSTA, Flora Maria de Athayde. **Escola pública e ensino médio**: formação da juventude na perspectiva dos documentos oficiais nacionais da educação básica (1996 - 2009). 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

COSTA, Gisele Alves da. **O olhar de professores sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)**: possibilidades e limitações. 2015. 84 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

COSTA, Glória Figueiredo. **Interfaces entre avaliação externa e percepções de qualidade da educação e do ensino**: um estudo de caso em uma escola pública de Minas Gerais. 2015. 98 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre, 2015.

COSTA, Ildenice Lima. **As concepções e práticas avaliativas em Matemática de um grupo de professores do 5º ano do ensino fundamental e suas relações com a Prova Brasil**. 2015. 164 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

COSTA, Janaina Carneiro da. **Aspectos das relações de gênero no trânsito família/escola no Plano de Mobilização Social pela Educação**. 2013. 103 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

COSTA, Loany Larissa Ferreira da. **Avaliação da Educação Básica**: o que pensam professores e gestores de uma escola pública amazônica sobre o Ideb. 2015. 121 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2015.

COSTA, Regis Eduardo Coelho Argüelles da. **Tempo de escola e tempo de vida**: uma análise comparativa de duas escolas da rede municipal de Teresópolis/RJ. 2011. 146 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

COSTA, Simone de Assis. **O valor agregado em leitura como indicador de qualidade das escolas municipais de Belo Horizonte**. 2011. 101 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

COSTA, Valdeney Lima da. **Mais tempo na/de escola**: estudo sobre as experiências de ampliação da jornada escolar no município de Russas, Ceará. 2011. 161 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

COUTO, Norma Suely Gama. **Desempenho educacional de alunos beneficiários do Programa Bolsa Família**: um estudo em duas escolas públicas estaduais em

Salvador/Bahia/Brasil. 2012. 113 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania) - Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2012.

CRUZ, Gersonita Paulino de Sousa. **A política de avaliação da aprendizagem da Secretaria Municipal de Educação de Natal no contexto do PAR 2007-2011**. 2015. 181 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

CRUZ, Rosana Evangelista da. **Pacto federativo e financiamento da educação: a função supletiva e redistributiva da União - o FNDE em destaque**. 2009. 434 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

CUNHA, Eudes Oliveira. **A gestão escolar e sua relação com os resultados do Ideb: um estudo em duas escolas municipais de Salvador**. 2012. 172 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

CUNHA, Isabela Bilecki da. **O currículo escolar e as reformas na rede pública municipal de São Paulo**. 2015. 389 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

CUNHA, Sergio Gonçalves da. **Corolários do Ideb: o posicionamento da comunidade escolar em uma instituição pública petropolitana**. 2014. 161 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

CURI, Andrea Zaitune. **Ensaio sobre a gestão educacional no Brasil**. 2014. 342 f. Tese (Doutorado em Economia) - Escola de Economia de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2014.

DAMACENO, Taysa Mércia dos Santos Souza. **Sujeitos e atores sociais nas representações discursivas de docentes da rede estadual de ensino em Sergipe: uma análise crítica em tempos de Ideb**. 2013. 210 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada; Literatura Comparada) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

DAMASIO, Leandro. **Desenvolvimento institucional do INEF**. 2011. 118 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2011.

DASCANIO, Marilu. **Formação continuada de professores: novos arranjos institucionais após a descentralização do ensino fundamental**. 2013. 235 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

DEUSDARÁ, Bruno. **Fazendo planos para a educação: políticas do dizer e processos de subjetivação**. 2011. 266 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

DI NALLO, Rita de Cássia Zironi. **Avaliação externa: instrumento de controle ou inclusão?** 2011. 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2011.

DIAS, Priscila dos Santos Ferreira. **Mercado e educação: a política do Instituto Ayrton Senna no município de Cabedelo/PB.** 2009. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

DIAS, Rubia Mara Ribeiro. **Ideb, quantificação e qualidade: avaliação de desempenho no ensino fundamental e os impactos no trabalho docente em escolas de Araguari-MG.** 2014. 98 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

DINIZ, Josedilton Alves. **Eficiência das transferências intergovernamentais para a educação fundamental de municípios brasileiros.** 2012. 173 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

DINIZ, Silvio Brandão. **Gestão de organizações escolares e resultados: estudo de caso de dois municípios da região metropolitana de Curitiba/PR.** 2015. 171 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

DITTRICH, Douglas Danilo. **Impactos da política educacional do município de Curitiba-PR sobre a melhoria do Ideb dos anos iniciais do ensino fundamental.** 2010. 290 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

DUARTE, Adriene Bolzan. **A participação de escolas da rede escolar pública municipal de Santa Maria (RS) no Sistema de Avaliação da Educação Básica.** 2014. 249 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

DUARTE, Natalia de Souza. **Política social: um estudo sobre educação e pobreza.** 2012. 253 f. Tese (Doutorado em Política Social) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

DUTRA, Marcone Antonio. **O fetichismo da avaliação numérica do Ideb e a reificação da cultura nas escolas ludovicenses.** 2014. 163 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014.

ECOTEN, Marcia Cristina Furtado. **Gestão educacional e avaliação em larga escala: um estudo a partir da visão dos sujeitos de escolas do município de Canoas/RS.** 2013. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2013.

ESCOBAR, Maria Mônica Carvalho. **Políticas de informação e de avaliação educacional: instrumentos efetivos para a melhoria da gestão pedagógica?** 2010. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

ESTEVES, Tatiana Ribeiro dos Santos. **Mais tempo de escola: estudo sobre a repercussão de um projeto de ampliação de jornada escolar, na experiência de escolarização dos alunos participantes.** 2014. 102 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2014.

ESTRELA, Maria do Socorro. **Proteção às crianças e aos adolescentes em processo de escolarização à luz dos Direitos Humanos.** 2014. 177 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

FACANHA FILHO, Eriberto Barroso. **Possíveis fatores extraescolares e intraescolares vinculados ao desempenho em matemática na Prova Brasil de alunos dos anos iniciais do ensino fundamental de uma escola pública de Manaus/AM.** 2013. 111 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciência e Matemática) - Universidade Luterana do Brasil, Canoas, 2013.

FALCÃO, Mary Silva Miguel. **A gestão democrática dos recursos financeiros nas escolas do município de Dourados (MS) 2005-2008.** 2011. 350 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

FANIZZI, Sueli. **Políticas públicas de formação continuada de professores dos anos iniciais em Matemática: uma experiência da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo.** 2015. 325 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

FARIA, Geniana Guimarães. **Política de financiamento e desempenho educacional: um estudo comparativo sobre a capacidade de atendimento dos municípios brasileiros.** 2009. 206 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

FARIAS, Andrea Torres Vilar de. **O discurso e a prática pedagógica do professor alfabetizador em aulas de leitura.** 2013. 224 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

FARIAS, Maria Adalgiza. **Avaliação externa e gestão da escola: apropriações e usos dos dados do Ideb na gestão de escolas públicas municipais de Fortaleza.** 2015. 226 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2015.

FASSBINDER, Carla Tatiani Kossman. **Território e políticas públicas para a educação básica**: um estudo de caso. 2015. 121 f. Dissertação (Mestrado em Diversidade Cultural e Inclusão Social) - Universidade Feevale, Novo Hamburgo, 2015.

FELDHAUS, Diego Calegari. **Gestão estratégica e desempenho na educação básica**: um estudo multi-caso das escolas catarinenses melhores colocadas na avaliação do Ideb. 2013. 146 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

FERNANDES, Alessandra Nogueira. **O discurso da placa do Ideb**: foi nota mesmo o que você disse? 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) - Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre, 2014.

FERNANDES, Ângela Mara de Oliveira. **Avaliação sistêmica da educação básica**: a Prova Brasil no contexto das escolas do município de Juiz de Fora. 2012. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

FERNANDES, Caroline Falco Reis. **O Ideb no município de Vitória-ES**: um estudo sobre variações e variáveis no sistema e nas escolas (2005-2007). 2010. 189 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

FERNANDES, Malú de Souza. **Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp)**: motivações, usos e mudanças nas ações de gestores e docentes em uma unidade escolar da rede estadual de São Paulo (2007 - 2012). 2015. 233 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

FERNANDES, Maria Anunciata. **Desafios para uma educação de qualidade: o Ideb no município de Juara-MT**. 2010. 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2010.

FERRARI, Rafael Martins. **Uma ideia cujo tempo chegou**: a institucionalização da avaliação de políticas públicas em educação no contexto do governo federal. 2010. 234 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

FERREIRA, Carla Cristiane Alexandre. **Indicadores de desempenho do ensino público no município de Jaboaão dos Guararapes**. 2013. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

FERREIRA, Cristiane Gomes. **O Programa Mais Educação na perspectiva da gestão escolar**: a dinâmica da tomada de decisão e a gestão participativa. 2012. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2012.

FERREIRA, Jonas. **Boas práticas administrativo-pedagógicas que colaboram para o desempenho dos alunos de escolas municipais do ensino fundamental do estado de São Paulo no Ideb**. Dissertação (Mestrado em Administração de Organizações) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2015.

FERRONATO, Georgete. **Avaliação em larga escala e *accountability* no ensino fundamental**: implicações na gestão de escolas públicas. 2014. 109 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, 2014.

FIRMINO, Rafaelle Gomes. **Avaliação da eficiência na aplicação dos recursos públicos da educação básica**: um estudo nos municípios paraibanos. 2013. 102 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Programa Multi-Institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, da Universidade Federal da Paraíba e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, João Pessoa, 2013.

FONSECA, Emanuelle Oliveira da. **Os percursos formativos dos docentes que atuam na gestão escolar**. 2013. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2013.

FONSECA, Gilson Luiz Bretas da. **Qualidade dos principais indicadores educacionais para o ensino básico no Brasil**. 2010. 91 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010.

FONTANA, Evelline Cristhine. **Tradução das políticas de inclusão escolar em dois municípios catarinenses**. 2013. 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2013.

FRANKLIN, Rodrigo Dias. **Avaliação da qualidade através do Ideb**: o caso de Trajano de Moraes/RJ. 2011. 242 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

FREITAS, Fabricio Monte. **As avaliações externas na percepção dos(as) diretores(as) das escolas municipais de Rio Grande**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2014.

FREITAS, Pâmela Félix. **Usos das avaliações externas**: concepções de equipes gestoras de escolas da rede municipal de ensino de São Paulo. 2014. 194 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

GALLANI, Mariângela Rodrigues Borges. **Avaliação da qualidade da educação**: aspectos para a administração escolar. 2012. 290 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

GARBIN, Monica Cristina. **Desenvolvimento de um programa de capacitação para professores de matemática do ensino público brasileiro com enfoque na aprendizagem colaborativa**. 2014. 117 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

GARCIA, Ana Lúcia. **Gestão da escola, qualidade do ensino e avaliação externa: desafios na e da escola**. 2010. 98 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2010.

GARCIA, Janaina Pires. **Retóricas das novas tecnologias na sociedade contemporânea: instrumentos de ensino/aprendizagem no contexto escolar**. 2015. 160 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

GATTIBONI, Rita de Cassia Krieger. **Ideb e investimentos públicos obrigatórios no Ensino fundamental gaúcho 2005-2011**. 2013. 168 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) - Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2013.

GEWEHR, Glaer Gianne. **Avaliação da educação básica: políticas e práticas no contexto de escolas públicas municipais na cidade de Pato Branco - Paraná**. 2010. 113 f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2010.

GIL, Lara Gonzalez. **Implementação de Políticas Públicas: um estudo de caso sobre a ampliação do ensino fundamental para nove anos no município de São Bernardo do Campo**. 2012. 233 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

GODOY, Daniel. **Gestão da educação e controle das performatividades no Brasil: um estudo do caso do Índice de Desenvolvimento da Educação - IDEB**. 2011. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2011.

GÓES, Anderson Roges Teixeira. **Uma metodologia para a criação de etiqueta de qualidade no contexto de descoberta de conhecimento em bases de dados: aplicação nas áreas elétrica e educacional**. 2012. 146 f. Tese (Doutorado em Métodos Numéricos em Engenharia) - Setor de Tecnologia e Setor de Ciências Exatas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

GOMES, Eva Pauliana da Silva. **O papel da representação profissional na gestão democrática das escolas alagoanas**. 2015. 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2015.

GONÇALVES, Ruy Carlos de Almeida. **Tecnologias em ambiente escolar: o impacto da integração das TIC na avaliação do Ideb de duas escolas de tempo integral de Campo Grande**

- MS. 2014. 181 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2014.

GONZAGA, Núbia Martins. **Qualidade da educação: o que dizem os pesquisadores da área e os professores do ensino fundamental.** 2013. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

GORGES, Lucia Steinheuser. **Relação entre qualidade de ensino e legislação educacional: um município catarinense em análise.** 2009. 109 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências Humanas e da Comunicação, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2009.

GOUVÊA, Maria Elena de. **Desafios da formação permanente de professores no município de Diadema.** 2012. 285 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

GRIBEL, Deborah Senid. **Coordenação Pedagógica: entre o desejado e o vivido.** 2014. 171 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

GRINKRAUT, Ananda. **Conflitos na implementação da política educacional brasileira: as relações entre a União e os municípios a partir do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).** 2012. 194 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

GUARALDO, Sônia Regina. **A formação contínua em serviço: um estudo das representações de professores e gestores em três municípios paulistas.** 2015. 216 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

GUIDI, Janete Aparecida. **A influência do Ideb na formação continuada de professores.** 2013. 164 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

GURJÃO, Mônica Vieira de Sousa. **Memórias, práticas e discursos sobre a leitura.** 2009. 112 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Centro de Ciências Humanas e Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

HILÁRIO, Rosângela Aparecida. **A escola de linha em Rondônia: a pedagogia da diversidade e acolhimento discente no interior da Floresta Amazônica.** 2013. 231 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

HIRSCH, Katiele Naiara. **O impacto dos indicadores da leitura no Brasil na formação de leitores no Vale do Rio Pardo.** 2014. 147 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2014.

HOPPE, Marcia Cristina. **Concepções de leitura dos professores: possíveis relações com resultados da Prova Brasil.** 2015. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2015.

HORNICK, Cleudane Andrade. **Identificação e análise dos possíveis fatores que influenciaram os resultados elevados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) apresentado por duas escolas públicas.** 2012. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2012.

HORTA NETO, João Luiz. **As avaliações externas e seus efeitos sobre as políticas educacionais: uma análise comparada entre a União e os estados de Minas Gerais e São Paulo.** 2013. 257 f. Tese (Doutorado em Política Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

INÁCIO, Mariana da Gama Leite. **Educação integral em tempo integral: do movimento Todos Pela Educação à rede pública de ensino de Nova Iguaçu.** 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015.

INNOCENTE, Maria Ângela Paié Rodella. **Participação e avaliação: relações e possibilidades.** 2007. 257 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

JACOBSEN, Cristina Cerezuela. **A Prova Brasil e o conteúdo escolar da Língua Portuguesa: um estudo com as escolas paranaenses.** 2010. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.

JAMMAL, Rosana de Fátima Silveira. **O acesso e as condições de qualidade na educação do município de Guaratuba entre os anos de 2001 a 2006.** 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

JORGE, Tiago Antonio da Silva. **Trabalho docente e desempenho estudantil.** 2014. 197 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

KAULFUSS, Marco Aurélio. **Atribuição causal para o sucesso e fracasso em ensinar e eficácia coletiva de professores.** 2013. 104 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

KERN, Ana Paula. **Evidências da relação entre governança municipal e qualidade da educação: uma análise exploratória.** 2012. 107 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) - Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

KLAUCK, Giseli Aparecida Caparros. **Indicadores de qualidade de ensino: estudo em escola destaque no Ideb.** 2012. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2012.

KOGA, Viviane Terezinha. **O estudo nas representações sociais dos alunos concluintes do ensino fundamental.** 2012. 123 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2012.

KULCHETSKI, Darlene Melo. **Formação continuada de professores da educação básica e prática pedagógica: aproximações e distanciamentos.** 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2013.

KUNZ, Sidelmar Alves da Silva. **Qualidade educacional e perfil socioeconômico: expressão espacial do ensino público no Distrito Federal.** 2014. 189 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

LARANJEIRAS, Osmar da Silva. **Crítica à metodologia dos indicadores para designar o espaço urbano.** 2015. 149 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

LAURENTINO, Vania Marcia da Silva. **O olhar do gestor escolar sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.** 2013. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2013.

LEITE, Lucila Carvalho. **Gêneros do discurso e escrita: o que as coleções didáticas de português (des)prestigiam no ensino da produção textual?** 2014. 266 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

LIMA, Itaise Moretti de. **O docente dos anos iniciais do ensino fundamental e suas concepções sobre alfabetização e letramento.** 2012. 117 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2012.

LIMA, Jucimara Bengert. **Formação continuada e desempenho estudantil: o caso de Araucária - Paraná.** 2010. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

LIMA, Lucianna Ribeiro de. **Atuação do psicólogo escolar nos Colégios de Aplicação das Universidades Federais: práticas e desafios.** 2015. 294 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

LIMA, Magali Bernardes Vargas de. **A organização do trabalho de uma equipe gestora e o desempenho escolar dos alunos.** 2013. 108 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2013.

LIMA, Simone Estigarribia de. **A política educacional em municípios com bons resultados no Ideb**: mapeamento de características. 2011. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2011.

LIMA, Waldísia Rodrigues. **Conselhos escolares e resultados de avaliação em larga escala (Ideb)**: uma interlocução possível sobre qualidade da educação escolar? 2011. 164 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica de Santos, Santos, 2011.

LINO, Claudia de Souza. **Qualidade na escola e qualidade da escola**: as repercussões da cultura do exame em duas escolas públicas de Duque de Caxias. 2014. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2014.

LIRA, Patrícia Rocha de Brito. **A atuação do governo federal na disseminação da cultura do desempenho na educação básica brasileira (1995-2012)**. 2013. 223 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

LOBO, Gilneide Maria de Oliveira. **O que é feito dos dados do Ideb**: um estudo sobre o processo de legitimação das estatísticas oficiais. 2013. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2013.

LOPES, Elaine Ferreira da Silva. **A prática pedagógica como o diferencial para um desempenho escolar efetivo** - um estudo abordando as séries finais do ensino fundamental em escolas da periferia urbana de Porto Alegre. 2013. 287 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

LOPES, José Eduardo Ferreira. **Educação básica do campo no Brasil**: organização federativa, perfil socioeconômico e desempenho. 2014. 280 f. Tese (Doutorado em Administração de Organizações) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2014.

LOPES, Valéria Virgínia. **Cartografia da avaliação educacional no Brasil**. 2007. 396 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

LUNA, Maria Cecília de Carvalho Silva. **Responsabilidade internacional do Brasil por descumprimento ao direito fundamental à educação**: uma análise qualitativa. 2015. 345 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Fundamentais) - Universidade de Itaúna, Itaúna, 2015.

LUZ, Luciana Soares. **O impacto da repetência na proficiência escolar**: uma análise longitudinal do desempenho de repetentes em 2002-2003. 2008. Dissertação (Mestrado em Demografia) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

LYRIO, Luzinete Barbosa. **A construção do Plano Municipal de Educação: concepção e prática nos municípios do território de identidade médio Rio das Contas - Bahia.** 2013. 201 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano) - Universidade Salvador, Salvador, 2013.

MACHADO, Gilson Batista. **Comitê local do compromisso Todos pela Educação: mobilização e participação no município de Uberlândia.** 2015. 170 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

MACHADO, Ledo Vaccaro. **Avaliação de larga escala e proficiência matemática.** 2010. 172 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Matemática) - Instituto de Matemática, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

MACHADO, Magali de Fátima Evangelista. **Identidade com a profissão docente na trama da eficácia escolar.** 2012. 278 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2012.

MAINARDI, Márcia Helena Pilon. **Paulo Freire e o PDE do Governo Lula: bem mais que simples coincidências.** 2011. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2011.

MALTA, Valéria Duarte. **Absenteísmo docente no ensino público: um modelo de influências e correlações com o desempenho discente.** 2014. 213 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Ciências Empresariais, Universidade FUMEC, Belo Horizonte, 2014.

MARCHAND, Patrícia Souza. **Implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação no RS: uma regulação entre União e municípios estabelecida pelo Plano de Ações Articuladas.** 2012. 275 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MARQUES, Rafaela Nunes. **Escolas bem-sucedidas: como são?** 2012. 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2012.

MARTINS, Áurea Peniche. **O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE/MEC) e sua efetivação por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR) em São Miguel do Guamá (PA).** 2012. 209 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

MARTINS, Edivaldo Cesar Camarotti. **Construindo uma escola eficaz: boas práticas escolares e fatores de alto desempenho em escolas de alta vulnerabilidade social.** 2015. 224 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2015.

MATHEUS, Natália de Mesquita. **A sensibilidade do Ideb a variáveis educacionais avaliada por um modelo matemático**. 2014. 266 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

MATOS, Andrea Maria dos Santos. **Prova Brasil: concepções dos professores sobre a Avaliação do Rendimento Escolar e o ensino de matemática no município de Aracaju (SE)**. 2012. 158 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012.

MEDEIROS, Mirna de Lima. **Gestores escolares: um estudo das características e práticas administrativas presentes na gestão de escolas públicas com melhor desempenho relativo do estado de São Paulo**. 2011. 235 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Organizações) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2011.

MEDEIROS, Sonayra da Silva. **O gerencialismo na educação pública: a implementação do Sistema de Gestão Integrado (SGI) na rede municipal de Campina Grande/PB**. 2013. 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

MELLO, Liliane Ribeiro de. **A prática pedagógica e avaliativa de uma escola do interior paulista**. 2014. 276 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho, Rio Claro, 2014.

MELLO, Valter Acássio. **A expansão da educação superior pela estratégia da interiorização: nexos com os bons resultados do Ideb em Mato Grosso do Sul**. 2010. 174 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2010.

MELO, Clóvis Alberto Vieira de. **Corrupção e políticas públicas: uma análise empírica dos municípios brasileiros**. 2010. 230 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

MELO, Gerlanne Luiza Santos de. **Federalismo: o que revelam o controle de contas e o desempenho educacional? O caso do Piauí**. 2014. 314 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Fundação Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014.

MELO, Sandra Cristina Lousada de. **Impactos da Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC/ Prova Brasil) entre os anos de 2007 a 2009 na gestão do processo de ensino-aprendizagem em um município baiano**. 2012. 95 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2012.

MENDES, Josefa Eliane Ribeiro. **Música no Programa Mais Educação: um estudo sobre as práticas de canto coral em escolas paraibanas**. 2013. 113 f. Dissertação (Mestrado em Música) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

MENDES, Maria Luiza Maciel. **Tradução do fracasso: *burnout*** em professores do Recife. 2015. 139 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

MENEGAO, Rita de Cassia Silva Godoi. **Impactos das avaliações externas nos currículos escolares: percepção de professores e gestores.** 2015. 200 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

MESQUITA, Silvana Soares de Araújo. **Fatores intraescolares e desempenho escolar: o que faz a diferença?** 2009. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

MILANO, Lydia Godoy. **Políticas educacionais, avaliação e desempenho escolar: a rede municipal de educação de Goiânia.** 2012. 138 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2012.

MIRANDA, Jéssica Gagete. **Descontinuidade política, rotatividade de diretores e desempenho dos alunos: efeitos adversos de novos prefeitos na educação municipal.** 2015. 140 f. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2015.

MIRANDA, Josiane Liebl. **Localização, conceitos dos programas e revistas científicas na área de planejamento urbano e regional/demografia: suas relações com indicadores de educação no Brasil.** 2015. 84 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade do Contestado, Canoinhas, 2015.

MONTEIRO, Ivone Rodrigues Diniz. **As práticas exitosas de leitura no ensino fundamental: vozes sociais de professores e de estudantes.** 2013. 152 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada; Literatura Comparada) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

MORAIS, Simony Araújo de. **Programa Escola Ativa em Campina Grande - PB (2002-2012): um estudo de suas propostas de participação social e de gestão escolar.** 2014. 160 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

MOREIRA, Antonio Nilson Gomes. **Aplicação dos recursos da educação: estudo exploratório em municípios cearenses com melhores resultados do Ideb.** 2011. 170 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.

MOREIRA, Marcia Greid Brito. **A formação de leitores e a perspectiva de políticas públicas para a leitura em Manaus.** 2013. 126 f. Dissertação (Mestrado em sociedade e cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

MOREIRA, Mayra da Silva. **Práticas de sucesso**: um estudo sobre escolas municipais de Juiz de Fora que possuem índices satisfatórios no Ideb. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

MOREIRA, Sebastiana Aparecida. **Avaliação da contribuição do programa mais educação para as escolas municipais de Rio Verde - GO**: dos números do Ideb à percepção qualitativa dos sujeitos. 2013. 98 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2013.

MOREIRA, Sueli de Lima. **O sentido da aprendizagem escolar para jovens de meios populares**. 2014. 150 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

MOSER, Fernanda. **O uso de desafios**: motivação e criatividade nas aulas de matemática. 2008. 103 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

MOTOYAMA, Juliane Francischeti Martins. **Escrita e liberdade**: as relações de causa e consequência na expressão discente. 2015. 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2015.

MUNIZ, Luis Robson. **Avaliação da disponibilidade de chumbo em ambientes escolares no ensino público da cidade de Diadema**. 2013. 95 f. Dissertação (Mestrado em Ciência e Tecnologia da Sustentabilidade) - Universidade Federal de São Paulo, Diadema, 2013.

NADAI, Gisele Santos de. **Práticas de leitura em turmas de quarta série do ensino fundamental em escolas da Prefeitura Municipal de Serra - ES**. 2013. 214 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, 2013.

NANNI, Giovanni. **Desempenho de uma escola pública estadual de ensino fundamental no Ideb e rendimento de seus alunos na Prova Brasil**: um estudo de caso de gestão educacional. 2015. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2015.

NASCIMENTO FILHO, José Veríssimo do. **Bons resultados no Ideb em municípios cearenses**: sucesso escolar sem novas tecnologias. 2010. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza. 2010.

NASCIMENTO, Diogo Silva do. **A política de bonificação e avaliação em larga escala**: tensões e intenções implicadas no trabalho docente em escolas estaduais do Rio de Janeiro. 2015. 115 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2015.

NASCIMENTO, Éwerton Cabral do. **Políticas públicas educacionais**: apontamentos a partir de um estudo com famílias e estudantes de Ribeirão Preto e Sorocaba no Estado de São Paulo. 2010. 167 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Organizações) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2010.

NASCIMENTO, José Almir do. **Selo Unicef Município Aprovado**: implicações nos discursos de qualidade da educação em Riacho das Almas. 2013. 224 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

NASCIMENTO, Rosangela Conceição Gomes. **Políticas educacionais e qualidade da equidade**: o Ideb em duas redes municipais de ensino. 2015. 279 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

NEGREIROS, Leticia Fernandes de. **A influência do custo direto no desempenho e eficiência das unidades escolares dos municípios da região metropolitana de Londrina**. 2014. 188 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

NUNES, Paula de Souza. **Reforma curricular na rede estadual de ensino de São Paulo**: decorrências para a organização do trabalho em uma escola. 2014. 210 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

OLIVEIRA, Adailda Gomes de. **Políticas públicas educacionais dos municípios do estado do RJ**: relações com os indicadores de qualidade 2005 e 2007. 2010. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

_____. **O processo de implementação do PDE-Escola no contexto das políticas de responsabilização**: o caso da cidade do Rio de Janeiro. 2014. 297 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

OLIVEIRA, Adolfo Samuel. **Progressão Continuada e outros dispositivos escolares**: êxito e fracasso escolar nos anos iniciais do ensino fundamental. 2014. 435 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

OLIVEIRA, Ana Paula de Matos. **A Prova Brasil como política de regulação da rede pública do Distrito Federal**. 2011. 276 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

OLIVEIRA, Andrea Silva de. **Gestão escolar e indicativos de qualidade**: o que podemos aprender com a escola Caic Madezatti, em São Leopoldo? 2015. 103 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.

OLIVEIRA, Elane de. **Gestão democrática nas escolas**: a atuação dos diretores escolares e os desafios para sua consolidação na rede municipal de Natal/RN. 2013. 126 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

OLIVEIRA, Jane Cordeiro. **Os coordenadores pedagógicos de escolas da Secretaria Municipal de Educação da Cidade do Rio de Janeiro como mediadores das políticas curriculares**. 2015. 178 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

OLIVEIRA, Livia Brassi Silvestre de. **O Programa Mais Educação**: um estudo da implantação em uma unidade escolar paulista. 2015. 194 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2015.

OLIVEIRA, Lucimara Domingues de. **Implicações da Prova Brasil na formação continuada de professores**: uma análise da rede municipal de ensino de Florianópolis (2005 - 2010). 2011. 181 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

OLIVEIRA, Mário Roberto Carneiro de. **Políticas e gestão pública educacional em Riachão do Jacuípe, Bahia, Brasil**: a elevação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb. 2011. 143 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania) - Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2011.

OLIVEIRA, Quelli Cristina da Silva. **O Ideb e a qualidade da educação**: a política do Ideb nas escolas da rede municipal de Francisco Beltrão - PR, de 2007-2013. 2015. 195 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2015.

OLIVEIRA, Rejane de. **Comportamento do Ideb nos municípios paulistas da região de Barretos e região central**: algumas discussões para responsabilização e comprometimento. 2015. 82 f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2015.

OLIVEIRA, Roberta Rezende. **As condicionalidades de educação do programa Bolsa Família**: percepções da comunidade escolar em um município de pequeno porte. 2015. 224 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

OLIVEIRA, Roseli Figueiredo Correa de. **Alunos dotados e talentosos**: estarão eles em minha sala de aula? 2015. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

OLIVEIRA, Sandro de. **Como a atuação fora da área de formação docente e a contratação emergencial, refletem no rendimento escolar das escolas públicas da 27ª**

CRE? 2013. 84 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro Universitário La Salle, Canoas, 2013.

OLIVEIRA, Sueli Machado Pereira de. **A implantação do ensino fundamental de nove anos em Minas Gerais: a visão da criança.** 2011. 184 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

OLIVEIRA, Teresa Cristina Magnabosco de. **A educação escolar e a ação intencional do professor: um estudo de caso dos anos iniciais de escolarização em uma escola pública do estado do Paraná.** 2011. 81 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

OLIVEIRA, Tereza Cristina Araújo de. **Educação a distancia e formação de professores: impactos na escola de educação básica.** 2014. 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

ORO, Rosângela. **O gênero carta do leitor em diferentes suportes e mídias: uma análise de aspectos linguístico-discursivos.** 2015. 201 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2015.

OVANDO, Nataly Gomes. **A avaliação na política educacional de municípios sul-mato-grossenses.** 2011. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2011.

PANIAGO, Zenilda Maria de Sousa. **O Plano de Desenvolvimento da Escola como política educacional para a melhoria da qualidade de ensino: um estudo em duas unidades escolares do Município de Jataí-GO.** 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

PARDAL, Poliana Priscila Matos. **O Ideb das escolas localizadas no campo no estado do Paraná: dos números à realidade local.** 2012. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2012.

PAZ, Fábio Mariano da. **O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb): um estudo do município de Santa Fé do Sul/SP.** 2011. 189 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2011.

PEREIRA, Andréia da Silva. **Avaliações de leitura em larga escala: (im)possibilidades de afetamento e experiência de leitura.** 2012. 156 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2012.

PEREIRA, Antônio Carlos. **Aprendizagem e modelos de gestão educacional**: uma abordagem à luz da teoria neoinstitucional. 2010. 196 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

PEREIRA, Danilo Alessandro Ludke. **Aplicação da análise multivariada**: índices de desenvolvimento municipais e *royalties* do petróleo. 2014. 127 f. Dissertação (Mestrado em Métodos Numéricos em Engenharia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

PEREIRA, Elaine Aparecida. **As relações de autoridade na escola e na família segundo os adolescentes**. 2014. 166 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

PICONE, Eugênia Vianna. **Sistema mundial de avaliação da educação**: impactos no ensino fundamental na cidade de Curitiba analisados a partir da aplicação e dos resultados do Ideb. 2012. 122 f. Dissertação (Mestrado em Organizações e Desenvolvimento) - FAE Centro Universitário, Curitiba, 2012.

PIERI, Renan Gomes de. **Qualidade da educação traz votos?** Um estudo sobre a importância do Ideb nas eleições municipais. 2011. 96 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Escola de Economia de São Paulo, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2011.

_____. **Ensaio em economia política aplicada**. 2015. 96 f. Tese (Doutorado em Economia) - Escola de Economia de São Paulo, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2015.

PIMENTA, Cláudia Oliveira. **Avaliações externas e o trabalho de coordenadores pedagógicos**: estudo em uma rede municipal paulista. 2012. 141 f. Dissertação (Mestrado Em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

PINHEIRO, Jussara Xavier. **Avaliação do curso de formação à distância para gestores escolares**. 2011. 100 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania) - Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2011.

PINTO, Erica Ana. **Ensino de Ciências no interior da Bahia**: propostas e ações envolvendo aulas práticas e a metodologia da problematização com o Arco de Magueres. 2014. 196 f. Dissertação (Mestrado em Ensino em Biociências e Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2014.

PIO, Camila Aparecida. **A política pública brasileira de educação integral implementada pelos governos Lula (2003/2010)**: o Programa Mais Educação. 2014. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

POJO, Oneide Campos. **A parceria público-privada do Instituto Ayrton Senna e a Prefeitura Municipal de Benevides - PA**: entre os desafios (pro)postos e os limites da realidade. 2014. 272 f. Tese (Doutorado em Educação) - Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

PONTES, Luís Antônio Fajardo. **Medidas de eficácia escolar no contexto das políticas brasileiras de responsabilização educacional**: o caso do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, o Ideb, em Minas Gerais. 2015. 243 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.

PORTELA, Carolina. **Prática docente sob pressão**: ações e percepções de professores sobre a política de responsabilização na rede municipal de ensino do Rio de Janeiro. 2015. 88 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

POSSIDONIO, Soraya Klug. **Atividade de ensino ou ação?** A prática do professor de sala de recursos multifuncional à luz dos fundamentos da psicologia histórico-cultural. 2014. 255 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.

PRESOTTI, Karine. **Representações do Exame Nacional do Ensino Médio na revista Veja (1998-2011)**. 2012. 187 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

PRÓSPERO, Daniele. **Educomunicação e políticas públicas**: os desafios e as contribuições para o Programa Mais Educação. 2013. 367 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

QUEIROZ, Marcelo Victor Alves Bila. **Avaliando as escolas pelas suas competências**: aplicação do DEA não discricionário para o ensino fundamental do Rio Grande do Norte. 2015. 72 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

RAMIRES, Vanessa Ramos. **A articulação escola-família em escolas destaques no Ideb**. 2011. 115 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2011.

RAMOS, Maria Elizabete Neves. **Influência das redes religiosas no acesso e permanência em escolas públicas com bons resultados escolares**. 2014. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

REIS, Janete Bridon. **Entre um texto e outro, o leitor em formação**. 2013. 160 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2013.

REIS, Maria Izabel Alves dos. **O adoecimento dos trabalhadores docentes na rede pública de ensino de Belém-Pará**. 2014. 216 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

REIS, Rita Aparecida dos. **O contexto escolar em análise**: as práticas do gestor escolar e as mudanças no cotidiano escolar. 2014. 145 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Humano) - Universidade de Taubaté, Taubaté, 2014.

RIBEIRO, Andreia Couto. **A trajetória da política de transporte escolar rural no Brasil**: percorrendo o caminho de indicadores de desempenho da educação básica. 2015. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2015.

RIBEIRO, Vanda Mendes. **Justiça na escola e regulação institucional em redes de ensino do estado de São Paulo**. 2012. 455 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

RICARDO FILHO, Geraldo Sabino. **O discurso sobre as políticas educacionais**: coesões e ramificações dos especialistas em educação (1990-2007). 2010. 228 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

ROCHA, Guilherme Ramos. **Avaliação das políticas educacionais no município do Rio de Janeiro**. 2014. 69 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

ROCHA, Luciene Martins Ferreira. **A concepção de formação continuada nos programas da União e repercussões no âmbito municipal**. 2010. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2010.

ROCHA, Silvailde de Souza Martins. **A inserção do índice de desenvolvimento da educação básica em escolas de ensino fundamental de Teresina - Piauí**: um estímulo para a melhoria da educação? 2013. 166 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

RODERMEL, Jeanine. **A educação escolarizada em tempo integral**: um estudo de documentos e de avaliações de uma política pública. 2011. 114 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Planalto Catarinense, Lages, 2011.

RODRIGUES, Herik Zednik. **E-maturity**: gestão da tecnologia numa perspectiva de melhoria do desempenho pedagógico. 2015. 318 f. Tese (Doutorado em Informática na Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

ROOS, Cristiane. **O PAR (Plano de Ações Articuladas) e a gestão municipal**. 2012. 99 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012.

ROSA, Douglas Corrêa da. **Encaminhamentos de produção de textos nos anos iniciais**: um exercício de escrita ou uma atividade de interação? 2014. 232 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2014.

ROSA, Isaac Gabriel Gayer Fialho da. **A formação continuada dos professores de geografia e o uso de geotecnologias: o caso do projeto “escolas do amanhã” da rede municipal de educação do Rio de Janeiro/RJ.** 2014. Tese (doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

ROSA, José Paulo da. **Gestão Escolar: um modelo para qualidade Brasil e Coréia.** 2011. 276 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

ROSA, Leonardo Santana Nunes. **Avaliação de impacto do Programa Jovem de Futuro.** 2015. 78 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

ROSA, Marlene dos Prazeres. **Intenções e ações em uma escola pública de ensino fundamental à luz do Ideb.** 2011. 184 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2011.

ROSA, Selma Almeida. **Representações sociais de alunos da rede pública estadual de ensino sobre escola, escola pública e escola particular.** 2015. 187 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

ROSA, Sonia Maria Oliveira da. **Avaliação externa como estratégia de gestão dos processos educacionais: uma análise de políticas municipais no Rio Grande do Sul.** 2014. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.

ROSTIROLA, Camila Regina. **Marcos contextuais e tendências teórico-conceituais em estudos sobre avaliação educacional, prestação de contas e responsabilização (accountability) no Brasil.** 2014. 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, 2014.

SACCO, Thays Alessandra Silva. **Influências do Ideb sobre a satisfação profissional na visão de professores do 1º ao 5º anos do ensino fundamental, em seis escolas estaduais em Juiz de Fora/MG.** 2015. 220 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.

SAMIA, Mônica Martins. **Territórios de Aprendizagem: cartografando experiências de sucesso escolar.** 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2009.

SANTANA, Cristina Fátima Pires Ávila. **A política de formação continuada de professores e a sua relação com os tópicos da avaliação de desempenho - Prova Brasil.** 2011. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2011.

SANTANA, Kátia de Cássia. **Efeitos do Programa Dinheiro Direto na Escola na gestão escolar**. 2011. 174 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2011.

SANTANA, Zósia Angélica de. **Econofísica: uma proposta de atividade de física para (o)usar no ensino do conceito de juros**. 2011. 159 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SANTOS FILHO, Manuel Roque dos. **Desenvolvimento humano dos municípios baianos: uma avaliação a partir de indicadores sociais e das demonstrações contábeis**. 2010. 174 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) - Faculdade de Ciências Contábeis, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

SANTOS, Almir Paulo dos. **Gestão democrática nos sistemas municipais de ensino de Santa Catarina: implicações da avaliação em larga escala**. 2012. 260 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012.

SANTOS, Cinthya Cristiane Galvão dos. **Transferência de renda e educação: uma análise da contrapartida educacional do Programa Bolsa Família e sua relação com o desempenho dos alunos beneficiários na cidade do Recife**. 2014. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

SANTOS, Marcella Carolina Motta dos. **Avaliação, Ideb e Nossos Professores**. 2013. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis, 2013.

SANTOS, Marcelli Evans Telles dos. **Tema transversal Saúde nos anos iniciais da educação básica: um estudo em escolas com baixo Ideb**. 2014. 117 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

SANTOS, Márcia Maria Brandão. **Em busca de escolas eficazes: a experiência de duas escolas em um município da grande São Paulo e as relações escola-família**. 2010. 188 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SANTOS, Marcos Rogerio dos. **O fenômeno fracasso escolar nas escolas de ensino fundamental de Santa Catarina: um estudo comparativo a partir dos dados da Prova Brasil 2007 e 2013**. 2015. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

SANTOS, Margarete Souza. **A implementação do ensino fundamental de 09 anos de duração no município de Camaçari/Bahia/Brasil: experiências de duas escolas da rede pública municipal**. 2011. 175 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania) - Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2011.

SANTOS, Maria Cristina dos. **A implementação da Lei nº 10.639/03 e o Ideb no Sistema de Ensino Municipal de Divinópolis - MG.** 2014. 210 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2014.

SANTOS, Osiel Antonio dos. **A Prova Brasil como instrumento de regulação do ensino fundamental no município de Porto Velho: avaliação ou manipulação de resultados?** 2014. 107 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Núcleo de Ciências Humanas, Departamento de Ciências da Educação, Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, 2014.

SANTOS, Roníria Silva dos. **Educação pública de qualidade: verso e reverso em Uberaba - MG.** 2009. 247 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Uberaba, Uberaba, 2009.

SANTOS, Valdirene Maria dos. **Prova Brasil: alguns fatores determinantes da qualidade de ensino de matemática das escolas públicas do município de Maringá.** 2013. Dissertação (Mestrado em Educação para a Ciência e a Matemática) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

SARAIVA, Mônica de Araújo. **Ações de mediação na apropriação da linguagem escrita: análise da prática docente.** 2014. 185 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2014.

SARDINHA, Rafaela Campos. **O projeto Procentro e as Escolas Charter: investigação de um modelo educacional defendido pela Fundação Itaú Social.** 2013. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SCABURRI, Glausiani Erbs da Costa. **Saúde e desempenho escolar.** 2013. 90 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2013.

SCHIMONEK, Elisangela Maria Pereira. **O Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE-Escola): instrumento de autonomia para as unidades escolares?** 2012. 278 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2012.

SCHNEIDER, Gabriela. **Política educacional e instrumentos de avaliação: pensando um índice de condições materiais da escola.** 2010. 250 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

SILVA NETO, Cláudio Marques da. **(In)disciplina e violência no espaço escolar: aprendizagem e participação como fundamentos da ordem.** 2011. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SILVA, Antonio Jose Saviani da. **O gestor escolar e a institucionalização do conhecimento sob o suporte das ferramentas jurídicas**. 2015. 125 f. Dissertação (Mestrado em Gestão do Conhecimento nas Organizações) - Centro Universitário de Maringá, Maringá, 2015.

SILVA, Ciclene Alves da. **Qualidade da educação e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica/Ideb no Município de Mossoró/RN**: percorrendo caminhos em busca do sucesso escolar. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, Mossoró, 2012.

SILVA, Claudia Heloisa Schmeiske da. **Leitura na escola**: as contribuições da coordenação pedagógica na formação de leitores competentes. 2013. 210 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

SILVA, Claudia Lucia Landgraf Pereira Valerio da. **Formação do professor de Língua Portuguesa para o contexto digital em Mato Grosso**. 2015. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

SILVA, Cláudia Virgínia Albuquerque Prazim da. **Descompassos do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**. 2011. 100 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

SILVA, Cristiano Vieira da. **Avaliação da utilização de tecnologias web no desempenho acadêmico de alunos do ensino público de Itajubá**. 2014. 124 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade) - Universidade Federal de Itajubá, Itajubá, 2014.

SILVA, Eduardo Ribeiro da. **Violência armada e educação no Rio de Janeiro**: impactos educacionais das UPPs. 2015. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

SILVA, Emanuel Lourenço da. **A parceria público-privada na gestão da escola pública em Pernambuco**: de um programa experimental à consolidação de uma política pública de gestão para resultados. 2015. 170 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

SILVA, Flaviane Ferreira da. **Liderança profissional, objetivos e visões compartilhadas na análise da eficácia escolar em Campos dos Goytacazes-RJ**: um estudo comparativo entre escolas de alto e baixo desempenho no Ideb. 2015. 238 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) - Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2015.

SILVA, Flordelia Rodrigues da. **Ideb da rede municipal de ensino de Barra Mansa**: análise das ações dos gestores. 2012. 143 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2012.

SILVA, Helaine Aparecida da. **Um estudo sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb):** como as escolas públicas municipais de Juiz de Fora melhoraram seu desempenho. 2012. 93 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

SILVA, Joanita Moura da. **Política pública de formação do gestor educacional:** Programa Par Formação UFBA/ISP/MEC no semiárido baiano Território Piemonte Norte do Itapicuru. 2012. 206 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania) - Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2012.

SILVA, Liane Miranda. **O papel do diretor na implementação do PDE escola:** experiências em Juiz de Fora. 2010. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010.

SILVA, Luiz Carlos Marinho. **Análise do rendimento escolar de turmas do 9º ano no simulado de matemática da Prova Brasil:** um estudo exploratório na rede pública municipal de Duque de Caxias, RJ. 2010. 128 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências na Educação Básica) - Escola de Educação, Ciências, Letras, Artes e Humanidades, Universidade do Grande Rio Professor José de Souza Herdy, Duque de Caxias, 2010.

SILVA, Miguel Jocélio Alves da. **Saberes e práticas das professoras do 5º ano, matéria-prima para a aprendizagem matemática das crianças.** 2011. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

SILVA, Simone da Costa. **A gestão pedagógica e o Ideb:** metamorfoses em sala de aula. 2015. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2015.

SILVA-PORTA, Wilma Carin. **Prática pedagógica aos educandos com deficiência intelectual numa escola de ensino fundamental com alto Ideb.** 2015. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

SILVEIRA JUNIOR, Olney Bruno da. **O fortalecimento da democracia deliberativa por meio dos conselhos gestores:** o caso do Conselho Municipal de Educação do município de Poços de Caldas. 2009. 180 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2009.

SIMIELLI, Lara Elena Ramos. **Coalizões em educação no Brasil:** a pluralização da sociedade civil na luta pela melhoria da educação pública. 2008. 223 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) - Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2008.

SIMIONI, Claudete Aparecida. **A sequência didática como proposta de trabalho com os gêneros discursivos:** relato descritivo-crítico de uma experiência. 2012. 223 f. Dissertação

(Mestrado em Letras - Linguagem e Sociedade) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2012.

SIMÕES, Daniele Bechtluft. **Fracasso escolar**: uma questão entre o biológico e o Educacional. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis, 2014.

SIMPLÍCIO, Antônia Vanderlúcia de Oliveira. **Egressos do curso pedagogia da terra e suas práticas educativas**: um estudo de caso no Assentamento 25 de maio, Madalena, Ceará. 2011. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

SINHORELLI, Cristiane Bartunek. **Gestão escolar**: uma análise sobre o fazer do gestor no cotidiano escolar. 2013. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

SIQUEIRA, Elaine de Cássia Ferreira. **A organização do cotidiano escolar no ensino fundamental de uma escola bem sucedida no município de Curitiba**. 2012. 215 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2012.

SOARES, Kelma Jaqueline. **A pobreza e educação formal**: a relação entre pobreza e política educacional no Distrito Federal. 2011. 137 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

SOBZINSKI, Janaina Silvana. **Valorização dos professores**: análise dos planos de carreira de municípios do Paraná. 2015. 238 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2015.

SOLANO, Cleonice Halfeld. **Plano de Desenvolvimento da Educação e Plano de Desenvolvimento da Escola**: desdobramentos da implementação dessas políticas no contexto escolar. 2011. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

SOLIGO, Valdecir. **Qualidade da educação**: relações entre características de contexto e os resultados das avaliações em larga escala nos municípios de pequeno porte da região sul do Brasil. 2013. 217 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2013.

SONOBE, Aline Kazuko. **Política pública e equidade**: análise das condições de oferta das escolas públicas de ensino fundamental do município de Ribeirão Preto-SP. 2013. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2013.

SOUSA, Melissa Barreto de. **O PDE Escola em foco: uma análise do Programa em duas unidades escolares da Rede Municipal de Salvador.** 2012. 107 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2012.

SOUZA, Elisete Rodrigues. **Accountability de professores: um estudo sobre o efeito da Prova Brasil em escolas de Brasília.** 2009. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

SOUZA, Márcia Helena de Moraes. **O Plano de Ações Articuladas - PAR - das redes municipais de ensino de Mato Grosso.** 2010. 177 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2010.

SOUZA, Marcia. **A diversidade linguística e suas implicações no processo de letramento em situação escolar.** 2014. 150 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade do Oeste do Paraná, Cascavel, 2014.

SOUZA, Silvia Cristina. **Mecanismos de quase-mercado na educação escolar pública brasileira.** 2010. 149 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2010.

SOUZA, Tiago Bittencourt de. **Avaliação em larga escala, gestão e qualidade de ensino em duas escolas públicas municipais.** 2014. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2014.

STELMASTCHUK, Anne Heloíse Coltro. **Probabilidade: significados atribuídos por alunos do Ciclo II do ensino fundamental.** 2009. 109 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

STIEG, Vanildo. **Propostas e práticas de alfabetização em uma turma de segundo ano do ensino fundamental no município de Vila Velha/ES.** 2012. 311 f. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

STRASBURG, Quenia Renee. **O Programa Mais Educação na arena da prática: um estudo de caso sobre a perspectiva dos gestores e professores da rede municipal de São Leopoldo/RS.** 2014. 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.

SWIDERSKI, Rosiane Moreira da Silva. **Gêneros orais no processo de ensino e aprendizagem: o trabalho efetivado com a notícia televisiva a partir das contribuições do GELP.** 2012. 257 f. Dissertação (Mestrado em Letras - Linguagem e Sociedade) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2012.

TAVANO, Vinicius. **Formação em serviço de professores em escolas municipais do extremo leste da capital paulista**. 2012. 218 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2012.

TAVARES, Edson Leandro Hunoff. **Avaliação em larga escala e qualidade da educação: um estudo a partir da visão dos sujeitos da rede escolar municipal de Cachoeirinha/RS**. 2013. 209 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2013.

THUMS, Angela. **Práticas de gestão e cultura escolar: um estudo de caso na escola municipal Santos Anjos**. 2014. 117 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.

TODA, Favio Akiyoshi. **Um estudo sobre a inovação nas escolas municipais da cidade do Rio de Janeiro: fatores contribuintes e relação com o desempenho**. 2013. 168 f. Tese (Doutorado em Administração) - Departamento de Administração, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

TOSTA, Késia Silva. **Análise da Qualidade do Ideb como Índice de Desenvolvimento da Educação Básica: um estudo de caso no município de Campos dos Goytacazes/RJ**. 2015. 94 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) - Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2015.

TRAVITZKI, Rodrigo. **Enem: limites e possibilidades do Exame Nacional do Ensino Médio enquanto indicador de qualidade escolar**. 2013. 320 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

TRIPODI, Maria do Rosário Figueiredo. **A instituição da agenda contratual na educação mineira: arquitetura de uma reforma**. 2014. 313 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

VALADÃO, Adriana. **O Plano de Ações Articuladas na gestão educacional: desafios à implementação das políticas educacionais em municípios de Mato Grosso do Sul**. 2015. 193 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2015.

VALE, Silvia Fernandes do. **Autonomia: reflexos da contemporaneidade na atividade docente**. 2013. 111 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2013.

VASCONCELOS FILHO, José Osmar. **Políticas de avaliação externa no cotidiano da escola: um olhar sobre a gestão escolar no Maciço de Baturité**. 2014. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014.

VASCONCELOS, Ana Claudia Celice Alves. **Efeitos da política de avaliação do PDE no sistema municipal de ensino**. 2014. 139 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2014.

VASCONCELOS, Flávia Maria de Brito Pedrosa. **Narrativas no ensino de artes visuais em Juazeiro/BA e Petrolina/PE**. 2011. 151 f. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) - Universidade Federal da Paraíba em associação com a Universidade Federal de Pernambuco, João Pessoa, 2011.

VENTURA, João Ricardo de Oliveira. **As escolas paroquiais conveniadas com a prefeitura de Petrópolis: o ensino religioso**. 2014. 93 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis, 2014.

VIANA, Vanusa Ruas Freire. **Concepções e discurso em torno da gestão educacional no plano de ações articuladas - PAR no município de Belo Campo/BA**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2015.

VIEIRA, Ada Pimentel Gomes Fernandes. **Formação dos gestores escolares no contexto das políticas de avaliação da aprendizagem**. 2011. 201 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.

VIEIRA, Alexandra da Silva. **Utilização de informações contábeis governamentais para a análise de eficiência de políticas sociais dos municípios alagoanos**. 2009. 190 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

VIEIRA, Leila Moura. **Programa de Formação Continuada a Distância SEEDUC/CECIERJ: percepções de professores da Regional Metropolitana I - Nova Iguaçu/RJ**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

VIEIRA, Raquel Arrieiro. **Políticas de Avaliação em larga escala e suas implicações para o trabalho docente em escolas públicas de Viçosa-MG**. 2014. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2014.

VOSS, Dulce Mari da Silva. **Os movimentos de recontextualização da política Compromisso Todos pela Educação na gestão do Plano de Ações Articuladas (PAR) e seus efeitos: um estudo de caso no município de Pinheiro Machado (RS)**. 2012. 162 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.

WERNER, Cecília Maria. **As possíveis implicações de fatores históricos culturais nos resultados das avaliações em grande escala (Ideb e Prova Brasil)**. 2014. 93 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, 2014.

WILKINS, Stefanie Lello. **Princípios e propostas sobre o conhecimento matemático nas avaliações externas**. 2013. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2013.

WITTHOLTER, Ana Claudia. **Ações de formação continuada e seus reflexos na sala de aula: o trabalho com os gêneros discursivos**. 2015. 152 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2015.

XIMENES, Salomão Barros. **Padrão de qualidade do ensino: desafios institucionais e bases para a construção de uma teoria jurídica**. 2014. 428 f. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

ZAGO, Lauciane Piovesan. **Concepção de leitura na formação continuada: implicações no processo de organização da prática pedagógica**. 2013. 318 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2013.

ZAMPIRI, Marilene. **Políticas educacionais e resultados estudantis: a medida da política em ação**. 2009. 182 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

ZANARDINI, João Batista. **Ontologia e avaliação da educação básica no Brasil (1990-2007)**. 2008. 208 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

APÊNDICE B – Distribuição das teses e dissertações que abordam Ideb, período 2007-2015, por Instituição de Ensino Superior

Sigla IES	Nome IES	Teses	Dissertações	Total	Porcentagem
CEFET-MG	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	0	1	1	0,26%
FEEVALE	Universidade Feevale	0	1	1	0,26%
FGV	Fundação Getúlio Vargas	2	6	8	2,09%
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz	0	1	1	0,26%
FUMEC	Universidade Fumec	0	1	1	0,26%
FURG	Universidade Federal do Rio Grande	1	2	3	0,78%
Mackenzie	Universidade Presbiteriana Mackenzie	0	2	2	0,52%
PUC Goiás	Pontifícia Universidade Católica de Goiás	1	0	1	0,26%
PUC Minas	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	1	2	3	0,78%
PUC-Campinas	Pontifícia Universidade Católica de Campinas	0	2	2	0,52%
PUCPR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná	0	3	3	0,78%
PUC-Rio	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	3	4	7	1,83%
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	2	4	6	1,57%
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	5	2	7	1,83%
UCB	Universidade Católica de Brasília	1	5	6	1,57%
UCDB	Universidade Católica Dom Bosco	0	2	2	0,52%
UCP/RJ	Universidade Católica de Petrópolis	0	3	3	0,78%
UCS	Universidade de Caxias do Sul	0	3	3	0,78%
UCSAL	Universidade Católica do Salvador	0	5	5	1,31%
UECE	Universidade Estadual do Ceará	0	8	8	2,09%
UEL	Universidade Estadual de Londrina	0	4	4	1,04%
UEM	Universidade Estadual de Maringá	0	4	4	1,04%
UENF	Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro	0	2	2	0,52%
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa	0	2	2	0,52%
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	2	4	6	1,57%
UERN	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte	0	2	2	0,52%
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	0	1	1	0,26%
UFAL	Universidade Federal de Alagoas	0	4	4	1,04%
UFAM	Universidade Federal do Amazonas	0	1	1	0,26%

Continua

Continuação

Sigla IES	Nome IES	Teses	Dissertações	Total	Porcentagem
UFBA	Universidade Federal da Bahia	0	2	2	0,52%
UFC	Universidade Federal do Ceará	1	2	3	0,78%
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo	2	3	5	1,31%
UFF	Universidade Federal Fluminense	0	3	3	0,78%
UFG	Universidade Federal de Goiás	1	1	2	0,52%
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados	0	10	10	2,61%
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora	2	7	9	2,35%
UFMA	Universidade Federal do Maranhão	0	1	1	0,26%
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais	1	3	4	1,04%
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	1	1	2	0,52%
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso	0	2	2	0,52%
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto	0	2	2	0,52%
UFPA	Universidade Federal do Pará	3	1	4	1,04%
UFPB/J.P.	Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa	0	16	16	4,18%
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco	3	6	9	2,35%
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas	1	3	4	1,04%
UFPI	Universidade Federal do Piauí	0	1	1	0,26%
UFPR	Universidade Federal do Paraná	1	10	11	2,87%
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	4	2	6	1,57%
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro	3	8	11	2,87%
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	2	5	7	1,83%
UFS	Universidade Federal de Sergipe	0	1	1	0,26%
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina	1	5	6	1,57%
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos	0	2	2	0,52%
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria	0	1	1	0,26%
UFU	Universidade Federal de Uberlândia	0	2	2	0,52%
UFV	Universidade Federal de Viçosa	0	2	2	0,52%
UI	Universidade de Itaúna	0	1	1	0,26%
ULBRA	Universidade Luterana do Brasil	0	1	1	0,26%
UNAMA	Universidade da Amazônia	0	1	1	0,26%
UNB	Universidade de Brasília	3	8	11	2,87%
UNC	Universidade do Contestado	0	2	2	0,52%
UNEB	Universidade do Estado da Bahia	0	4	4	1,04%
UNESA	Universidade Estácio de Sá	0	3	3	0,78%

Continua

Continuação

Sigla IES	Nome IES	Teses	Dissertações	Total	Porcentagem
Unesp	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	4	11	15	3,92%
UNIARA	Universidade de Araraquara	0	1	1	0,26%
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas	3	8	11	2,87%
UNICESUMAR	Centro Universitário de Maringá	0	1	1	0,26%
UNIFACS	Universidade Salvador	0	1	1	0,26%
UNIFAE-SC	Fae Centro Universitário	0	1	1	0,26%
UNIFEI	Universidade Federal de Itajubá	0	2	2	0,52%
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo	0	1	1	0,26%
UNIFOR	Universidade de Fortaleza	0	1	1	0,26%
UNIGRANRIO	Universidade do Grande Rio Professor José de Souza Herdy	0	1	1	0,26%
Unilasalle	Centro Universitário La Salle	0	1	1	0,26%
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná	0	11	11	2,87%
UNIPLAC	Universidade do Planalto Catarinense	0	2	2	0,52%
UNIR	Fundação Universidade Federal de Rondônia	0	2	2	0,52%
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	0	2	2	0,52%
UNISANTOS	Universidade Católica de Santos	0	1	1	0,26%
UNISC	Universidade de Santa Cruz do Sul	1	1	2	0,52%
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos	5	8	13	3,39%
UNITAU	Universidade de Taubaté	0	1	1	0,26%
UNIUBE	Universidade de Uberaba	0	1	1	0,26%
UNIVALI	Universidade do Vale do Itajaí	0	5	5	1,31%
UNIVAS	Universidade do Vale do Sapucaí	0	2	2	0,52%
UNOESC	Universidade do Oeste de Santa Catarina	0	3	3	0,78%
UNOESTE	Universidade do Oeste Paulista	0	1	1	0,26%
UPF	Universidade de Passo Fundo	0	3	3	0,78%
URI	Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões	0	1	1	0,26%
USP	Universidade de São Paulo	19	27	46	12,01%
UTP	Universidade Tuiuti do Paraná	0	1	1	0,26%
Total		79	304	383	100,00%

Conclusão

Fontes: BRASIL. MEC/Capes; USP; UNICAMP. Dados sistematizados pela autora.